

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LÍSIA DA LUZ REFOSCO

**CONFIGURAÇÕES DAS FUNÇÕES PATERNA E MATERNA NO CENÁRIO DA
ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI**

Prof^a. Dr^a. Mônica Medeiros Kother Macedo
Orientadora

Porto Alegre

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**CONFIGURAÇÕES DAS FUNÇÕES PATERNA E MATERNA NO CENÁRIO DA
ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI**

Dissertação de Mestrado

LÍSIA DA LUZ REFOSCO

Prof^a. Dr^a. Mônica Medeiros Kother Macedo
Orientadora

Porto Alegre, dezembro de 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**CONFIGURAÇÕES DAS FUNÇÕES PATERNA E MATERNA NO CENÁRIO DA
ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI**

LÍSIA DA LUZ REFOSCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Prof^a. Dr^a. Mônica Medeiros Kother Macedo
Orientadora

Porto Alegre, dezembro de 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**CONFIGURAÇÕES DAS FUNÇÕES PATERNA E MATERNA NO CENÁRIO DA
ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo

Presidente

Prof^a. Dra. Bianca Bergamo Savietto

Universidade de São Paulo (USP)

Prof^a. Dra. Karin Hellen Kepler Wondracek

Escola Superior de Teologia (EST)

Porto Alegre, dezembro de 2012.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Mônica Medeiros Kother Macedo, orientadora afetuosa, que me acolheu e apostou em meu trabalho. Agradeço a disponibilidade, o carinho em momentos difíceis e a oportunidade em ter podido compartilhar tantos momentos de alegria com seu convívio. Sempre motivada e competente naquilo que faz, Mônica é uma das pessoas que me inspiram para seguir adiante pelos caminhos da vida acadêmica e da Psicanálise.

AGRADECIMENTOS

Em minha trajetória do Mestrado algumas pessoas se destacam por, de alguma forma, contribuírem nesta caminhada. A estas pessoas, meu sincero e afetuoso agradecimento:

Em primeiro lugar à minha família, que acreditou no meu desejo de seguir adiante estudando e me propiciou, com grande esforço, a oportunidade de morar em Porto Alegre no intuito de realizar meus projetos. A meu pai Luiz, que compreendeu minha decisão e vendo meu entusiasmo apostou em minha escolha. Obrigada pai por tentar sempre me ajudar de alguma forma. A minha mãe Maria Inês, que sempre lutou para poder me ajudar e pela oferta de palavras de carinho e motivação quando as coisas pareciam difíceis. Ao meu irmão Dante, pela parceria e por compartilhar comigo momentos importantes neste período.

Ao meu namorado Lucas, que entrou em minha vida de forma inesperada. Apesar do pouco tempo juntos, sempre se mostrou carinhoso e incentivador de meus propósitos, estando muito presente mesmo que por vezes ausente.

Aos meus amigos que escolhi e que a vida foi me apresentando pelos lugares que passei. A Alana, Caroline e Marina, amigas de longa data e que, mesmo não estando perto, se fizeram presentes, obrigada pelo apoio!

As amigas que a Graduação me possibilitou fazer, Franciele, Fernanda, Mariana Biazi, Mariana Bauermann e Patrícia, que souberam entender que muitas vezes não poderia estar junto delas para poder seguir em meu estudo. Pela continência, escuta e sincera amizade, obrigada!

A Fernandinha, minha amiga querida que compartilhou comigo muitos momentos novos e felizes.

Aos colegas de Formação em Psicanálise na Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG), que propiciaram muitos momentos agradáveis e divertidos nas suas companhias. Foi muito bom ter vocês ao meu lado neste percurso e espero que seja o início de uma amizade duradoura.

Aos coordenadores de seminário da Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG), que me auxiliaram ao dirimir dúvidas teóricas e pelas indicações bibliográficas para a minha Dissertação.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Fundamentos e Intervenções em Psicanálise, que foram importantes pelo apoio e carinho. A Clarice Moreira, colega de Mestrado, obrigada pela parceria nesta empreitada, pelas produções compartilhadas, mas principalmente pela amizade tão bonita que foi possível tecer. Aos auxiliares de pesquisa, Jorge, Giordanna, Jaqueline e Maria Eduarda e Rafael Santos, muito obrigada por realmente auxiliarem em meu trabalho, sem dúvida seria muito mais difícil sem a ajuda de vocês. A Carolina, pelo apoio e esclarecimentos importantes tanto teóricos como metodológicos. Aos demais integrantes do Grupo, Sílvio, Paula, Fernanda e Thomás, por compartilharem momentos importantes.

A Laura Tomasi, pela oportunidade de compartilhar produções e por sua presença sempre afetuosa, buscando auxiliar em minhas dúvidas.

Aos integrantes do Projeto Justiça Instantânea, pela disponibilidade em me receber, e em especial ao funcionário Helson Alfredo Bezerra, que sempre me auxiliou muito no processo de chegar aos participantes desta pesquisa.

Aos professores e mestres da Universidade de Passo Fundo (UPF), que despertaram em mim o desejo pelo caminho acadêmico e por se oferecerem como figuras de identificação importantes em minha vida acadêmica/profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS, na pessoa de seu coordenador Prof. Dr. Christian Haag Kristensen, pela oportunidade e por me proporcionar os subsídios necessários para o meu aprimoramento profissional.

Aos colegas de mestrado dos demais grupos de pesquisa do Pós-Graduação da FAPSI, com quem tive a oportunidade de conviver na realização das disciplinas, pelo aprendizado e descontração em tantos momentos durante o mestrado.

A professora Helena Scarparo, pela participação na banca de qualificação, colaborando com importantes apontamentos para esta pesquisa;

A Karin Wondracek e Bianca Savietto, pelo aceite em participar da banca e pelas contribuições para este trabalho;

A Sonia Argollo, pelo auxílio e a disponibilidade em fazer as revisões de português.

Aos participantes deste estudo, por se mostrarem disponíveis em um momento de dificuldade, por dividirem comigo suas histórias e possibilitarem a construção desta pesquisa, meu muito obrigada.

A Capes, pelo financiamento que viabilizou a realização desta pesquisa científica.

E a todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes na minha vida pessoal e profissional, apoiando o meu crescimento!

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

Trecho da música Maria Maria, de Milton Nascimento

RESUMO

As funções paterna e materna constituem a temática deste estudo, que teve por objetivo investigar as modalidades de exercício parental no cenário da adolescência em conflito com a lei. Foram elaboradas duas seções sobre a temática: uma Seção Teórica e uma Seção Empírica. A Seção Teórica propõe, a partir de uma revisão da literatura, apresentar uma reflexão acerca da complexidade da constituição do sujeito psíquico e a importância dos cuidados oferecidos pelas figuras parentais principalmente nos tempos iniciais de vida de um sujeito. Explorou os conceitos de função paterna e materna, levando em consideração aquilo que diz respeito tanto à construção da subjetividade como a elementos invariantes da construção do psiquismo. Aportes teóricos da Psicanálise foram utilizados na tentativa de obter uma compreensão aprofundada sobre o tema, destacando os efeitos de demandas contemporâneas no exercício parental. Destaca-se a necessidade de que as relações entre pais e filhos sejam pautadas pela assimetria, pelo exercício da autoridade simbólica e da apresentação de limites para que se estabeleçam possibilidades de encontros sustentados pelo reconhecimento da alteridade. A Seção Empírica, a partir do método qualitativo de pesquisa, investigou a compreensão que as figuras parentais fazem do ato infracional do filho, buscando explorar as modalidades de funções paterna e materna na situação de filhos em conflito com a lei, bem como os significados atribuídos à paternidade e à maternidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mães, três pais e um padrasto, responsáveis por adolescentes entre 15 e 18 anos de idade, que se encontravam envolvidos com audiências no sistema judiciário. O material obtido nas entrevistas foi analisado e discutido por meio da Análise de Conteúdo. Para interpretar os dados, utilizou-se o referencial teórico psicanalítico. Identificaram-se quatro categorias finais: *A partir da ótica parental: uma leitura dos impasses à implicação no cuidado*, *Nuances singulares das configurações e das relações familiares*, *Descortinando o universo parental* e, por último, *Espaços sociais e institucionais: fatores de incremento ao desamparo parental*. Constatou-se a existência de histórias de vida parentais marcadas pela fragilidade nas relações e pela dificuldade em estabelecer modalidades relacionais de cuidado consigo e com o outro. Evidenciou-se a precária condição das figuras parentais de investirem afetivamente em seus filhos, sendo que, muitas vezes, desconheciam questões importantes referentes as suas vidas. Se pôde verificar ainda o estabelecimento de configurações familiares simétricas, nas quais não havia por parte dos pais o estabelecimento de uma autoridade simbólica necessária na apresentação de limites aos filhos. Foi possível observar que as figuras parentais atribuíam o ato infracional cometido pelos filhos a elementos externos, bem como apresentavam uma visão pouco conectada com a real dimensão da problemática explicitada por seus filhos. Também foi possível ampliar a compreensão da temática a partir da consideração dos efeitos oriundos de precárias condições sociais e da queixa dos participantes a respeito da ineficiência de algumas instituições. A teoria psicanalítica foi um importante recurso de trabalho com o material obtido, fomentando uma discussão aprofundada que contemplou a complexidade de uma situação na qual o exercício das funções parentais adquiriu contornos singulares.

Palavras-Chave: Psicanálise. Adolescente em conflito com a lei. Função materna. Função paterna.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 (Psicologia)

Subárea conforme classificação do CNPq: 7.07.10.00-7 (Tratamento e Prevenção Psicológica)

ABSTRACT

Paternal and maternal functions compose the theme developed in this study, which had as objective to investigate the modalities of parental exercise in the scenario of adolescence in conflict with the law. Two sections were detailed on the theme: a theoretical and an empirical one. The theoretical section proposes, from a literature review, the presentation of a reflection on the complexity of forming psychic human beings, and the importance of the attention offered by the parental figures, mainly in the children's first years of life. Therefore, the concepts of paternal and maternal functions were explored, taking into consideration what concerns the subjectivity building, as well as invariable elements in the psychism formation. Psychoanalysis theoretical contributions were applied in an attempt of obtaining a deep comprehension on the theme, highlighting the effects of parental function demands. It is also noteworthy the need that relations between parents and children be ruled by asymmetry, by the exercise of symbolical authority, and by presenting boundaries to establish possibilities of meetings supported by the recognition of otherness. The empirical section, from qualitative research method, investigated what comprehension the parental figures make of their children's infraction act, aiming to explore the paternal and maternal functions modalities in their children's situation in conflict with the law, as well as the meanings assigned to fatherhood and motherhood. Semi-structured interviews were assigned with four mothers, three fathers, and one stepfather, responsible for adolescents between 15 and 18 years old, who had been involved in Justice hearings. The material obtained in the interviews were analyzed and discussed via Content Analysis. For data interpretation, the psychoanalytical theory was used. Four final categories were identified: *From the parental optics: a reading from impasses to implications*, *Unique nuances of familiar configurations and relations*, *Uncovering the parental universe*, and, at last, *Social and institutional spaces: increment factors to parental abandonment*. It was verified the existence of parents' life histories marked by frailty in the relations, and by difficulty in establishing relational modalities of care with themselves and with others. It was evidenced the parental figures' precarious condition of investing emotionally in their children, and, several times, they ignored important issues related to their children's lives. It was also possible to verify the premise of symmetrical family configurations, in which there was not the constitution, by the parents, of a needed symbolic authority in the presentation of boundaries to their children. It was possible to observe that the parental figures assigned the infraction act committed by their children to external elements, as well as presented a vision vaguely connected to the real dimension of their children's problem. It was also possible to broaden the comprehension on the theme from the consideration of effects coming from precarious social conditions, and the participants' complaints regarding some institutions inefficiency. Psychoanalytical theory was an important work resource with the obtained material, promoting a deep discussion which has considered the complexity of a situation in which the parental functions have acquired a unique outline.

Keywords: Psychoanalysis. Adolescent in conflict with the law. Maternal function. Paternal function.

Area as classified by CNPq: 7.07.00.00-1 (Psychology)

Subarea as classified by CNPq: 7.07.10.00-7 (Treatment and Psychological Prevention)

LISTA GERAL DE TABELAS

Tabela 1 - Sumarização dos dados dos participantes do sexo masculino obtidos na ficha de dados sociodemográficos e na entrevista (n=4).....	67
Tabela 2 - Sumarização dos dados dos participantes do sexo feminino obtidos na ficha de dados sociodemográficos e na entrevista (n=4).....	67
Tabela 3 - Sumarização dos dados referentes aos adolescentes.....	68

LISTA GERAL DE QUADROS

Quadro 1 - Categorização Inicial, Intermediária e Final dos dados obtidos nas entrevistas com os participantes do estudo.....	69
Quadro 2 - Dados referentes à Categoria Final 1.....	71
Quadro 3 - Dados referentes à Categoria Final 2.....	88
Quadro 4 - Dados referentes à Categoria Final 3.....	101
Quadro 5 - Dados referentes à Categoria Final 4.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	13
Referências.....	19
SEÇÃO TEÓRICA - FUNÇÃO PATERNA E FUNÇÃO MATERNA: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PSÍQUICO.....	20
Introdução.....	21
A concepção de sujeito para a Psicanálise.....	27
Legados da experiência com o outro: psiquismo e subjetividade.....	30
Função materna: oferta de cuidados imprescindíveis à vida psíquica.....	32
A noção de pai em Psicanálise e a questão da lei.....	37
Transformações no exercício das funções parentais: fragilidades contemporânea.....	43
Considerações Finais.....	50
Referências do Teórico.....	55
SEÇÃO EMPÍRICA - NARRATIVAS PARENTAIS SOBRE A IMPLICAÇÃO NO CUIDADO NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI.....	61
Introdução.....	62
Método.....	64
Resultado e Discussão.....	66
Considerações Finais.....	126
Referências do Empírico.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	135
ANEXOS.....	140
ANEXO A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.....	141
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	142
ANEXO C - Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos	143

Introdução Geral

Esta Dissertação de Mestrado, intitulada *Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei*, foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa Fundamentos e Intervenção em Psicanálise, coordenado pela professora Doutora Mônica Medeiros Kother Macedo. O Grupo de Pesquisa insere-se na área de concentração *Constructos Teóricos, Modalidades de Avaliação e Intervenção na Construção do Conhecimento em Psicologia Clínica*, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O presente estudo é uma produção vinculada ao Projeto guarda-chuva *Psicopatologia Psicanalítica na Contemporaneidade* e teve como objetivo investigar as modalidades de exercício das funções paterna e materna na situação de filhos adolescentes em conflito com a lei.

Acredita-se ser fundamental explorar as condições do exercício parental no cenário marcado pela existência de atos infracionais cometidos por seus filhos adolescentes. Uma consideração importante diz respeito ao conceito de *adolescente em conflito com a lei*, que será utilizado neste estudo. A adoção de tal termo pelo Sistema Jurídico é fruto de algumas mudanças importantes adotadas pelo Estado brasileiro. Com a criação da Constituição Federal em 1988, foram incorporados ao ordenamento jurídico do país os princípios fundantes da Doutrina da Proteção Integral, os quais, entre outros, colocam a criança e o adolescente em uma condição de prioridade do Estado, respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e estabelecendo a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos. Tais ideias nortearam o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, que, por sua vez, reafirma a prioridade de cuidado e proteção à criança e ao adolescente e estabelece diretrizes para a construção de políticas públicas. O ECA trouxe em seu bojo um novo modelo de

responsabilização do adolescente em conflito com a lei. Com a adoção da Doutrina de Proteção Integral, houve uma mudança na concepção do ser criança e do ser adolescente, deixando-se de utilizar o termo “menor”, o qual faria alusão a um objeto passivo do processo (Saraiva, 2009).

É nesse contexto que a denominação para o adolescente autor de ato infracional foi modificada, sendo, de acordo com Volpi (1997), substituído o termo *menor infrator* por *jovem em conflito com a lei* ou *adolescente em conflito com a lei*. Tal substituição de terminologia vai ao encontro da condição especial em que o adolescente se encontra, a saber, a de um sujeito com sua identidade ainda em desenvolvimento.

Sabe-se que a violência se mostra cada vez mais como uma questão que está presente no cotidiano das pessoas. A intensidade com que se apresenta exige ações urgentes, em decorrência de seus efeitos nocivos a curto e longo prazo. Dentre as formas de violência, destaca-se a violência juvenil como umas das modalidades que mais vem sendo discutida e que preocupa a sociedade (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2003).

Na maioria dos países, segundo relatório elaborado pela Organización Panamericana de la Salud (2003), os adolescentes e os adultos jovens são as principais vítimas de violência, como também os principais protagonistas de atos infracionais. Destaca-se que a violência juvenil não afeta apenas as suas vítimas diretas, mas suas famílias, amigos, comunidade, e seus efeitos podem ser observados não somente em casos de morte, doença e incapacidade, mas, também, nos efeitos produzidos na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a violência que afeta os jovens ocasiona uma série de repercussões em toda a sociedade, pois faz aumentar muito o custo dos cuidados de saúde e de assistência social, reduzindo a produtividade, e ainda desorganiza uma série de serviços essenciais (Krug et al., 2003).

Deve-se ressaltar que o fenômeno referente ao envolvimento de adolescentes com atos infracionais necessita ser estudado a partir de um olhar multifacetado, sendo necessário abordá-lo considerando diversos fatores. É pertinente, na busca de ampliar o olhar sobre este importante fenômeno, considerar os fatores relativos às modalidades do exercício das funções parentais quando o tema diz respeito a adolescentes em situação de conflito com a lei.

A produção de atos de violência e a transgressão de regras e valores sociais não podem prescindir de aportes referentes ao processo de constituição de um sujeito. Nesse sentido, a Psicanálise, como método, teoria e técnica, oferece possibilidades de refletir sobre o ser humano e os fenômenos por ele produzidos. Abordar a complexidade referente à constituição do sujeito psíquico e os fenômenos decorrentes de sua inserção no contexto político e social torna necessário levar em conta também o *locus* no qual o sujeito está inserido. Daí a relevância de buscar explorar, neste estudo, as modalidades de exercício parental como sendo primordiais nas condições de existência de um sujeito, bem como na promoção de sua inserção no meio social.

A temática da delinquência na adolescência vem sendo abordada em diversas pesquisas sob distintas concepções teóricas e metodológicas, evidenciando a complexidade do problema e da possibilidade de sua investigação. Nesse sentido, no contexto da área da Psicologia, uma vasta gama de estudos (Dell’Aglío, Santos & Borges, 2004; Feijó & Assis, 2004; Gallo & Williams, 2005) vem sendo desenvolvida no sentido de investigar a questão a partir dos efeitos da exposição de adolescentes que cometeram atos infracionais a fatores de risco e de vulnerabilidade. Branco, Wagner e Demarchi (2008) desenvolveram estudo a respeito da importância de redes sociais constituídas como recursos de apoio ao adolescente e, ainda, Nardi (2010) realizou uma pesquisa sobre a percepção dos próprios adolescentes sobre o ato infracional cometido.

Nesse sentido, é importante destacar que a presente pesquisa teve como objetivo adentrar e explorar o cenário da adolescência em conflito com a lei a partir de recursos de um método qualitativo. Buscou-se, assim, priorizar a escuta de experiência narradas pelos participantes, tais como assuntos relativos à suas histórias de vida à relações estabelecidas com os filhos.

O tema da violência nos dias atuais, e mais especificamente o envolvimento de jovens com a situação de delinquência são problemas amplos e que desafiam os pesquisadores. Estudos anteriores desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa no qual o presente estudo está inserido, os quais tiveram a adolescência como temática de investigação, evidenciaram o quanto os familiares (pais, irmãos ou responsáveis) se mostravam necessitados e motivados para serem escutados acerca dos problemas enfrentados por estes jovens. Dessa forma, dentre várias possibilidades a serem exploradas em relação à adolescência, optou-se por privilegiar a visão parental a respeito do ato infracional cometido por seu filho adolescente. Neste estudo procurou-se dar voz àquelas pessoas que exercem funções paternas e maternas frente à situação de conflito com a lei de seus filhos.

O presente estudo buscou, portanto, investigar a compreensão, por parte do pai e da mãe (ou responsáveis) a respeito da situação de conflito com a lei enfrentada por seu(sua) filho(a). O eixo principal que orientou esta investigação relaciona-se à consideração da relevância que têm as relações intersubjetivas estabelecidas desde o início da vida no processo de estruturação de um sujeito. Dessa forma, escutar os pais participantes do estudo possibilitou desvelar alguns fatores implicados na produção do ato infracional destes adolescentes.

Esta Dissertação de Mestrado foi desenvolvida a partir do projeto *Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei*, remetido à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia da PUCRS e ao Comitê de Ética em Pesquisa da

PUCRS para apreciação, e tendo obtido aprovação em 17 de fevereiro de 2012 (Anexo A). Baseadas no referido projeto, foram elaboradas duas seções de estudo sobre o tema, segundo a Resolução nº 002/2007, de 06/11/2007, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. A primeira Seção, de cunho teórico, é intitulada *Função paterna e função materna: Implicações no processo de construção do sujeito psíquico*; e a segunda Seção, de cunho empírico, foi denominada *Narrativas parentais sobre a implicação no cuidado no contexto da adolescência em conflito com a lei*.

A Seção Teórica teve como objetivo, a partir de uma revisão da literatura, fornecer subsídios para fomentar uma pertinente reflexão sobre o tema das funções paterna e materna. Para tal, foram utilizados aportes psicanalíticos na busca de um aprofundamento de tais conceitos, dando ênfase também a questões como o processo de constituição do sujeito psíquico e os efeitos das demandas da cultura contemporâneas no exercício das funções parentais. A Seção Empírica, por sua vez, responde ao Projeto por meio da realização de um estudo qualitativo que explorou as modalidades e peculiaridades do exercício parental no cenário da adolescência em conflito com a lei. Para tal, foram realizadas entrevistas com oito participantes genitores e/ou responsáveis por estes adolescentes. Ressalta-se que todos os adolescentes se encontravam em julgamento ou cumprindo Medida Socioeducativa. O material obtido nas entrevistas foi analisado e discutido por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1991), na proposta de Moraes (1999). Para a interpretação dos dados, optou-se pelo referencial da Psicanálise.

As seções teórica e empírica que compõem esta Dissertação de Mestrado permitiram abordar as contribuições que a Psicanálise pode oferecer sobre a importância do exercício das funções paterna e materna, cada qual com suas vicissitudes, no processo de construção de um

sujeito psíquico. Pôde-se constatar a importância da qualidade dos primeiros encontros entre bebê e figuras parentais e os efeitos decorrentes na construção psíquica dos filhos quando tais encontros não são pautados no exercício do cuidado e do amor, mas na dor, abandono e violência. Foi possível investigar os efeitos de características da contemporaneidade nos modos como as figuras parentais exercem suas funções. Os aportes psicanalíticos explorados neste estudo, na busca de compreensão do exercício parental no cenário da adolescência em conflito com a lei e da visão das figuras parentais acerca do ato infracional dos filhos, evidenciam que os fatores sociais e a interação do sujeito com o meio no qual vive são aspectos fundamentais na construção da subjetividade das figuras parentais e de seus filhos.

Destaca-se que este estudo buscou aprofundar a temática em questão, problematizando as relações entre aportes teóricos sobre as exigências e expectativas relativas às funções parentais e aspectos relatados pelos participantes em suas histórias de vida. Nesse sentido, a presente Dissertação de Mestrado investigou a temática a partir de uma perspectiva que possibilitou ampliar a compreensão a respeito das implicações e dificuldades do exercício parental no cenário da adolescência em conflito com a lei. Com efeito, este estudo optou por uma leitura do tema que se distanciasse de um julgamento prévio e preconceituoso em relação aos participantes. A postura adotada permitiu considerar a singularidade presente no material obtido, realizando um trabalho de exploração e estudo das temáticas que emergiram e confirmaram a complexidade presente no exercício da paternidade e da maternidade.

Referências

- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Dell’Aglío, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Revista Interação em Psicologia*, 8(2), 191-198.
- Feijó, M. C. & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Revista Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescente em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (2003). Informe mundial sobre la violencia y la salud. *Organización Panamericana de la Salud*.
- Saraiva, J. B. C. (2009). *Adolescente em conflito com a lei - da indiferença à proteção integral*. Porto Alegre: Livraria do advogado.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 37(22), 7-32.
- Nardi, F. L. (2010). *Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre família, ato infracional e medida sócio-educativa* (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS.
- Volpi, M. (1997). *Adolescente e Ato Infracional*. São Paulo: Cortez.

SEÇÃO TEÓRICA

FUNÇÃO PATERNA E FUNÇÃO MATERNA: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PSÍQUICO

Introdução

A família e as relações que se dão em seu interior continuam, nos dias de hoje, sendo um pertinente objeto de estudo. Apesar de inegáveis modificações da sociedade nas últimas décadas e suas ressonâncias na constituição da família, esta mostra-se, ainda, como uma instituição significativa no processo de constituição de um sujeito psíquico. Segundo Lévi Strauss (1956), a família desempenha um papel de extrema importância, uma vez que praticamente não é conhecida nenhuma sociedade na qual a família não tenha cumprido um lugar relevante na história da humanidade. De acordo com este importante antropólogo francês, estudos comparativos entre diferentes povos demonstram que, mesmo em lugares nos quais os costumes sexuais e educacionais contrastam com os das comunidades ocidentais, é possível observar uma estrutura social comum. Lévi Strauss (1956) afirma ser fácil identificar nessas investigações casais constituídos por meio de laços sentimentais, pela cooperação econômica, ou pela criação dos filhos oriundos dessas uniões, ou seja, observam-se diferentes modalidades de organizações que se pode nomear como família.

A importância que ela adquire na vida de um sujeito, ou seja, os significados que inscreve tanto no que diz respeito à ordem psíquica, como à ordem social, faz das temáticas referentes ao ambiente familiar objeto pertinente à investigação, promovendo, pela dinamicidade e complexidade que envolve, importantes estudos e reflexões. Nesse contexto, entende-se ser a família espaço de experiências humanas essenciais, as quais desempenham papel fundamental e estruturante na vida de um sujeito.

De acordo com Kobarg, Sachetti e Vieira (2006), as relações estabelecidas entre as figuras parentais e os filhos produzem importantes efeitos nas esferas cognitiva, emocional e social de uma criança. Os autores ressaltam o fato de que tais relações geram grande interesse de

pesquisadores de distintas áreas, uma vez que esse assunto pode ser abordado sob perspectivas teóricas diferentes.

Sabe-se que a produção científica, de acordo com cada campo de estudo, resulta da abordagem e do estudo de um fenômeno a partir de distintos pontos de vista. Logo, partir dessa constatação e frente ao objetivo de abordar questões referentes às funções parentais, torna-se necessário colocar em pauta aspectos oriundos de diferentes áreas do conhecimento que contribuem significativamente com aportes sobre a temática da família e de especificidades próprias ao exercício parental. Assim, é imprescindível abordar contribuições de saberes decorrentes do Direito, da Educação, da Sociologia e, principalmente, da Psicologia.

Em um mundo que opera sob a égide das especialidades, no qual cada campo de saber se preocupa, muitas vezes, apenas com seu objeto de estudo, torna-se fundamental um esforço no sentido de agregar conhecimentos advindos de distintas áreas do conhecimento. Assim, demonstra-se a fecundidade de, a partir do respeito e consideração às especificidades de cada área, lançar mão de conceitos próprios a diferentes campos, visando à compreensão e à intervenção frente aos desafios pertinentes de estudar fenômenos que envolvem experiências do campo intersubjetivo.

Partindo dessa perspectiva interdisciplinar, o Direito, por exemplo, aporta relevantes ferramentas ao estudo do tema da parentalidade e da importância da responsabilidade pertinente aos papéis paterno e materno na relação com seus filhos. De acordo com a legislação vigente nos dias de hoje, cabe ao poder parental, segundo Strenger (2003), o dever de proteger os filhos menores (e não emancipados), bem como propiciar uma convivência baseada em amplo diálogo e entendimento. O ordenamento jurídico estabelece que tais obrigações devam ser efetuadas tanto pelo pai, como pela mãe, denominando essas ações como integrantes do *poder familiar*. É

necessário destacar que, segundo Strenger (2003), tal terminologia passou a ser utilizada em contraposição à antiga denominação *pátrio poder*. Essa mudança de termo advém de inúmeras modificações históricas e culturais ocorridas nos últimos tempos que culminaram, no ano de 2002, na alteração dessa denominação com o advento do novo Código Civil Brasileiro. Com efeito, a expressão *pátrio poder*, passou a ser questionada, uma vez que *pátrio* que significa *do pai* em latim, alude, portanto, apenas à autoridade advinda do patriarca.

No que concerne ainda ao Direito, encontram-se autores que abordam as questões referentes à condição de submissão dos filhos perante o poder exercido pelo patriarca ou do chefe da família na antiguidade (Malpique, 1998; Tavares, 2001); bem como autores que destacam os efeitos da herança de valores e costumes patriarcais na concepção do Direito Romano e do Direito contemporâneo (Cachapuz, 2004; Venosa, 2008). Nesse sentido, cabe referir investigações jurídicas sobre as novas configurações familiares e as possíveis alterações legais em decorrência de mudanças socioculturais (França, 2006).

Na área da Sociologia destaca-se o projeto coordenado pelas Professoras Dras. Mary Garcia Castro e Ana Maria Almeida Carvalho, realizado no programa de pós-graduação Família na Sociedade Contemporânea, na Universidade Católica do Salvador. A partir desse projeto produziu-se um artigo que enfoca a economia e a ética do cuidado. O objetivo desse estudo foi analisar a dinâmica e a atuação nas tarefas diárias de adultos cuidadores, questionar sobre as relações de gênero nesse contexto e analisar como estas se refletem no cotidiano doméstico. Para tal, o estudo foi dividido em duas etapas, utilizando-se de um método quantitativo-qualitativo de pesquisa. Na primeira etapa quantitativa do estudo foi utilizado um banco de dados com 300 indivíduos e foram abordadas questões sobre a divisão do tempo efetuada por pais e mães no cuidado com seus filhos pequenos. Em uma segunda etapa foram realizadas entrevistas com 10

cuidadores (pais, mães, avós, babás), abordando questões concernentes à divisão de trabalho, às condições de trabalho remunerado e de trabalho doméstico. Destaca-se que a principal contribuição desse estudo diz respeito à consideração de que, apesar das modificações na estrutura da família e das relações de gênero ocorridas nas últimas décadas, ainda permanecem, na fala dos adultos, atribuições de tarefas de acordo com o sexo, por exemplo, em relação ao tema do cuidado com filhos pequenos (Cavalcanti, Barbosa & Caldeira, 2012). Evidencia-se, também, uma investigação que explora o cenário familiar ao eleger como eixo de estudo a perda de poder tanto da família como da educação no processo de construção da identidade social do sujeito (Setton, 2005).

Ainda referente à Sociologia, cabe ressaltar as proposições de dois importantes sociólogos que desenvolvem com muita propriedade e consistência reflexões acerca das transformações evidenciadas na contemporaneidade, bem como exploram os efeitos destas nas relações humanas. São eles o britânico Anthony Giddens e o polonês Zygmunt Bauman. Ao abordar as características e as consequências da modernidade, Giddens (1991) refere que, mesmo com todas as transformações decorrentes do mundo globalizado em que se vive hoje, os laços de parentesco, principalmente aqueles que se dão no seio da família nuclear, ainda permanecem importantes para a maioria das pessoas. Bauman (2001), porém, ressalta que as relações entre as pessoas estão mais vulneráveis. A condição humana, na contemporaneidade, está inserida, segundo o autor, em um fenômeno que articula a experiência de falta de garantias, incertezas em relação às possibilidades para o futuro e de insegurança quanto ao seu próprio corpo, ao próprio eu e também à suas *extensões*, como posses, vizinhança e comunidade. Esse pano de fundo econômico e social converge, assim, para um resultado: o enfraquecimento dos laços humanos.

Neste cenário descrito pelos autores cabe considerar os inegáveis efeitos decorrentes dessas transformações sociais e culturais em relação ao espaço familiar.

Como bem afirma Birman (2006a), a partir de algumas modificações sociais ocorridas, principalmente, nas décadas de 50 e 60, deu-se uma subversão na *ordem familiar*. Segundo o autor, as transformações decorrentes, por exemplo, da inserção da mulher no mercado de trabalho fizeram com que os interesses femininos se deslocassem do *espaço privado*, concernente aos cuidados do lar e dos filhos, para o *espaço público*, pleiteando lugares antes ocupados, quase que de modo exclusivo, pelo homem. Tais alterações, entre outras, contribuíram para a produção de uma nova configuração familiar. Com a atenção dos pais voltada mais para as aspirações profissionais, a família parece ter sido deixada em segundo plano. Em decorrência disso, a família nuclear, antes formada por pai, mãe e filho, passou a se organizar de uma forma diferente (Birman, 2006a). Os divórcios passaram a ser mais frequentes, bem como a união de pessoas que já tinham filhos de outros casamentos. Dessa forma, novos conflitos emergiram, como, por exemplo, a questão de quem possui a responsabilidade efetiva dos filhos frente a esse cenário de famílias reconstituídas. Com efeito, a relação entre pais e filhos se transformou de modo radical.

Estudos relativos à produção de conhecimento em Educação promovem interessante articulação de ideias referentes ao processo educativo e aos aportes da Psicanálise, visando à compreensão das atuais configurações sociais e seus efeitos nas modalidades contemporâneas de exercício parental. Esta articulação de conhecimentos produzidos por duas diferentes áreas do saber tem o objetivo de buscar subsídios que auxiliem os professores a melhor compreender seus alunos e as condições mediante as quais ocorre o processo de aprendizagem (Cabistani 2007; Vitorello, 2011). A Psicologia também oferece expressivo número de pesquisas sobre o papel

dos pais frente às demandas da atualidade, explorando as dificuldades enfrentadas por estes na educação de seus filhos (Kamers, 2006; Moreira, Bedran & Carellos, 2011; Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005; Zanetti & Gomes, 2011).

Dentre os estudos da Psicologia, observam-se trabalhos que enfocam as contribuições da Psicanálise no que concerne à temática do exercício dos papéis tanto de pai quanto de mãe, e de suas peculiares atribuições (Borges, 2005; Carvalho, 2007; Gavarini, 2008; Monteiro, Gonçalves, Refosco & Macedo, 2012a; Monteiro, Gonçalves, Refosco & Macedo, 2012b; Perfeito, 2007; Zanetti & Gomes, 2011). É pertinente destacar que, em tais estudos, evidencia-se a ênfase na importância da qualidade e das condições psíquicas que marcam o encontro no qual se estabelecem os primeiros laços afetivos, fundamentais para o processo de constituição psíquica e construção subjetiva. Ainda, nessas produções científicas que tomam a Psicanálise como eixo de argumentação, encontra-se o destaque atribuído ao tema da função materna e da função paterna. Dessa forma, identifica-se nessas produções uma forma de abordar as modalidades de exercício parental a partir de especificidades próprias ao campo psicanalítico, levando, então, a denominá-las como *funções*. Tais concepções vão além de considerar os atributos conferidos ao pai e à mãe apenas levando em conta questões biológicas ou de gênero, mas, sim, concebem a denominação de *função* como uma entidade que está, de acordo com Dor (1991), imersa num campo simbólico.

Ao abordar as implicações concernentes à noção de pai em Psicanálise, Hurstel (2010) faz uma distinção entre as condutas esperadas do pai pelas normas sociais e o sentido de um pai para o sujeito. Essa diferenciação diz respeito por um lado a formulações da norma educativa e, por outro lado, ao registro da norma psicológica. Nesse sentido, para Hurstel (2010), a denominação *função* remete a outro lugar que não a “condutas ou particularidades de

personalidade” (p. 115), mas, sim, a um registro que se refere aos sentidos e significações, que se inscreve na ordem da linguagem e da palavra. Dessa forma, a autora, ao conceituar a função paterna, fornece subsídios para que se pense nas atribuições simbólicas presentes, também, no exercício da função materna. Entende-se, portanto, que ambas as funções podem ser efetivadas por outras pessoas que não necessariamente os pais biológicos, justamente por tratar-se de uma função que remete à concepção de uma ação simbólica exercida junto ao outro.

Ao propor um modelo de produção do conhecimento que enfatiza a investigação de aspectos subjetivos, entende-se ser a Psicanálise uma ferramenta importante e essencial para a compreensão de experiências nas quais estejam implicadas as relações humanas e a singularidade do processo de construção psíquica de um sujeito. A Psicanálise, segundo Dockhorn (2010), prioriza a escuta e a singularidade de uma história de vida, demarcando-se como um eficiente instrumento para refletir e compreender fenômenos humanos. Destaca a autora que, mesmo nos tempos atuais, nos quais predominam a fluidez nos vínculos e o imediatismo, os aportes psicanalíticos podem dar conta da pesquisa de fenômenos humanos. A partir do exposto, pode-se apresentar a proposta deste artigo teórico, o qual tem como objetivo explorar as implicações do exercício tanto da função materna como da função paterna no processo de construção do psiquismo e na produção de subjetividade do sujeito.

A concepção de sujeito para a Psicanálise

O sujeito concebido sob a ótica da Psicanálise não está constituído como um sujeito *psíquico* desde o começo de sua vida. A partir da inicial condição biológica de imaturidade, passa a ser imperiosa a presença de uma pessoa responsável pelos cuidados a serem ministrados ao bebê na manutenção de sua vida. Assim, marca-se a peculiar condição do ser humano, a qual o diferencia das demais espécies, ou seja, a inegável e vital necessidade de cuidados despendidos

por outra pessoa para que possa, *a priori*, sobreviver. Seu estado inicial é descrito, então, como uma situação de desamparo. Nesse sentido, a noção de desamparo, abordada por Freud (1895/1996) em sua obra, torna-se um elemento fundamental para a compreensão do processo de constituição psíquica.

De acordo com a Psicanálise, o conceito de desamparo remete a um estado inerente à condição humana, e, portanto, relacionado à necessidade do encontro com um outro ser humano que seja capaz de exercer uma ação de cuidado em relação às demandas do bebê. No texto *Projeto para uma Psicologia Científica*, Freud (1895/1996) ressalta ser fundamental que um adulto, frente ao desamparo da criança, efetue uma ajuda alheia que consiste em executar uma ação específica que supra a necessidade em questão. Ou seja, no encontro humano primordial é essencial ao bebê contar com alguém que possa atender a suas demandas, as quais consistem primeiramente em necessidades básicas ou autoconservativas.

Freud (1895/1996) propõe um modelo de aparelho psíquico que funciona baseado no processamento de quantidades de energia e no que denominou de princípio de constância. Nesse sentido, o aparelho psíquico, no processo de constituição, recebe dois tipos de estímulos: exógenos e endógenos. Do primeiro tipo de estímulo, que provém do exterior do psiquismo, o sujeito pode escapar. Por outro lado, do estímulo endógeno, não há como fugir de sua imposição. O acúmulo de excitações endógenas gera, de acordo com Freud (1895/1996), um estado de tensão no bebê, o qual será apenas aliviado mediante uma descarga motora. Destaca-se que, no começo da vida, tal descarga só será possível mediante o auxílio de outra pessoa, devido ao fato de que “o organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica” (Freud, 1895/1996, p. 370). O resultado disso é o alívio provisório dessa tensão interna, gerando, assim, uma sensação de prazer ao bebê, constituindo uma vivência de satisfação. Desse modo, Castiel et

al. (2009) afirmam que a vivência de satisfação deixa uma marca, fazendo com que o sujeito queira que essa experiência se repita quando estiver diante de um novo estado de tensão. Logo, essas marcas ou traços de memória impressos por essas vivências de satisfação serão ativados em momentos futuros frente ao registro de desprazer.

De acordo com Bleichmar (1994), os estímulos endógenos são mais do que necessidades autoconservativas havendo neles um *plus irreduzível*, que obriga o psiquismo a modos de derivação diferenciados. Para a autora, esta proposta de funcionamento do aparelho psíquico sustentada por Freud (1985/1996) no *Projeto para uma Psicologia Científica* é o esboço do que mais tarde ele conceitualizará como *pulsão*. É esse incremento de quantidade de energia produzido que torna necessária, segundo Bleichmar (1994), uma ação específica, impossível de ser realizada pelo bebê nos primórdios de sua vida. Essa incapacidade de atender à própria necessidade marca a condição de desamparo do bebê e, portanto, denuncia a importância que o outro humano terá na origem e na estruturação do Eu. A partir da constatação da impossibilidade de escapar das excitações internas, se impõe a necessidade ao psiquismo, segundo Castiel et al. (2009), de fundar estruturas que sejam capazes de lidar com a tramitação interna da energia e de dar conta, por si próprio, da descarga adequada dessas intensidades.

Com a repetição de um processo de ligação da energia, de atribuição de sentido e da capacidade de traduzir uma série de demandas caóticas vivenciadas pelo bebê, este cuidado oferecido pelo outro inaugura e possibilita o desenvolvimento de um Eu. A constituição psíquica de um sujeito está, dessa forma, estreitamente vinculada com a qualidade do cuidado recebido desde o início da sua vida. Segundo Moraes e Macedo (2011), é no encontro com o semelhante que se dá o processo no qual são ofertados à criança subsídios psíquicos para que, desse modo, ela consiga fazer um trabalho de ligação e de dar sentidos à intensidades que a atacam por dentro.

Na mesma direção de aportes que enfatizam a necessidade de marcar que os cuidados ofertados pelo outro ao bebê vão muito além de atender demandas autoconservativas, Aulagnier (2004) enfatiza o fato de que a presença do outro não se refere apenas ao desempenhar de um cuidado em relação às funções vitais do bebê. É evidente que, para que possa viver, o bebê necessita ter atendidas suas necessidades autoconservativas, porém, em relação à constituição de um sujeito psíquico, exige-se também da mãe condições de investimento afetivo em seu filho que demandam outra ordem de cuidados.

O texto freudiano *Projeto para uma Psicologia Científica* se destaca como um trabalho de referência para a Psicanálise, em virtude de sua relevância teórica e por abordar conceitos que mais tarde foram retomados, desenvolvidos, transformados, e ampliados por Freud. Dentre os aportes teóricos desse escrito freudiano, sem dúvida destacam-se a noção de desamparo e a referência à importância do outro para o surgimento de uma unidade psíquica tão importante quanto o Eu.

Nesse contexto, esta seção teórica, a partir da apresentação das contribuições de outras áreas do saber a respeito da relevância das funções parentais, pretende explorar em profundidade os aportes psicanalíticos a respeito da função materna e da função paterna. Entende-se que o campo psicanalítico oferece aportes fundamentais para que se possa compreender a relevância do exercício de funções exercidas no espaço intersubjetivo que dão origem ao sujeito psíquico e o abastecem ou não de recursos para as demais relações que marcaram sua história.

Legados da experiência com o outro: Psiquismo e subjetividade

Partindo-se da proposição de um psiquismo constituído com base nas experiências com o outro, fica evidente a importância fundamental do encontro que se estabelece entre as figuras parentais e o infante. Em seu livro *Subjetividad en Riesgo*, Bleichmar (2005) reafirma a

necessidade da presença do semelhante como fator inerente à constituição do sujeito. Destaca a autora que o encontro com o outro deixa importantes marcas psíquicas, trazendo desdobramentos e efeitos distintos na vida do sujeito. Nesse sentido, Bleichmar (2005) aborda a necessidade de demarcar diferenças entre o processo de *produção de subjetividade* e a *construção do psiquismo*. A autora refere que a subjetividade contempla a influência no sujeito de um determinado tempo histórico, com suas peculiaridades sociais, culturais e políticas. Nessa direção, cada sociedade define os critérios que dão a possibilidade de construção de sujeitos integrados à cultura que pertencem. Por isso, cada sociedade tem, pode-se dizer, seu projeto de produção de subjetividade (Bleichmar, 2009).

Por outro lado, mas de modo complementar, está o processo de construção do psiquismo o qual transcende o tempo, uma vez que, mesmo com os inegáveis efeitos de um contexto histórico, podem-se identificar elementos invariantes que contribuem para o surgimento de um sujeito psíquico. Logo, a construção do psiquismo e a produção de subjetividade são entendidas como processos que se dão ao longo do tempo, denunciando o aspecto de abertura do psiquismo e o valor das experiências que o sujeito tem com o outro. Assim, na complexidade de fatores que intervêm no processo de subjetivação é imprescindível também destacar o papel exercido pelas marcas da cultura. Os pressupostos psicanalíticos, ferramentas importantes na compreensão do sujeito na relevância de uma dimensão que extrapola os domínios da consciência, podem ser utilizados também para refletir a respeito do contexto histórico no qual ele está inserido.

Salienta-se que a referência à construção da subjetividade diz respeito a considerar o que é peculiar a cada indivíduo a partir de relações historicamente construídas considerando a vida em sociedade. Nessa linha de pensamento, Lerner (2006), ao explorar as diferentes formas de produção de subjetividade, ressalta que a constituição do sujeito depende dos vínculos que foram

estabelecidos nos primeiros tempos, de como foi investido narcisicamente e da história de suas identificações. Para o autor, não há produção de subjetividade sem a participação do outro e da cultura.

Estudos no campo psicanalítico demonstram, portanto, a importância atribuída ao papel exercido pelas figuras parentais. Nota-se que, além de uma presença física, o que de fato se apresenta como fundamental é a importância da qualidade de investimento psíquico que acompanha o exercício das funções materna e paterna (Borges, 2005; Carvalho, 2007; Gavarini, 2008; Perfeito, 2007; Moraes & Macedo, 2011; Monteiro et al., 2012b; Zanetti & Gomes, 2011). Trata-se, portanto de explorar as diferentes nuances psíquicas que se fazem presentes nestas funções que marcam a história de todo sujeito.

Função materna: Oferta de cuidados imprescindíveis à vida psíquica

O sujeito, desde o seu nascimento, é atravessado por enunciados identificatórios ofertados pelos pais, que estruturam a noção de si mesmo e a visão de mundo. Na trajetória de construção de um sujeito psíquico as funções parentais desempenham um papel fundamental em seus primeiros tempos de vida. De acordo com Aulagnier (2004), o bebê, num primeiro momento, percebe seu ambiente familiar como uma totalidade, este microambiente é caracterizado por ele como metonímia do todo. Este fragmento do campo social privilegiado por sua percepção e que marcará seu devir alude a alguns fatores como, por exemplo, o discurso materno e uma série de enunciados que possuem efeitos transformadores. Aulagnier (2004) propõem o termo *porta-voz* para definir a função que designa o discurso da mãe na estruturação do psiquismo do bebê. Tal acepção é entendida pela autora em um sentido literal da palavra, no qual o bebê é conduzido, através da voz materna, por um discurso que comenta, prediz e ampara suas manifestações. A autora assinala também que esta definição de *porta voz* diz respeito a uma função de delegado,

de representante de uma ordem externa com leis e exigências próprias, que serão enunciadas por esse discurso materno.

É função da mãe oferecer ao bebê vias de ligações da energia pulsional e transcrições dessa energia, a qual, ao ser metabolizada psiquicamente, alcança novas condições de registro psíquico. É a partir da presença e de certos movimentos do semelhante materno que se dá a instalação de representações no interior da vida psíquica da cria humana (Bleichmar, 2005). Destaca-se que este outro é um ser humano sexuado, provido de Inconsciente, e que seus atos empreendidos não se restringem ao autoconservativo (Bleichmar, 1994). Logo, a relação primária que se estabelece entre a mãe e o bebê gera marcas importantes no processo de constituição do sujeito psíquico. Cabe destacar, aqui, que essas atribuições vinculadas com a figura da mãe contemplam uma perspectiva ampla e também simbólica, nas quais tais incumbências e tarefas designam uma função que pode, até mesmo, ser exercida por outra pessoa que não propriamente a mãe.

A respeito desse tema, Carleti (2007) observa que, no começo da vida, a primeira pessoa que a criança entrará em contato será a mãe ou outra pessoa que naquele momento exerça uma função de maternagem. Trata-se de uma função responsável pela manutenção de cuidados imprescindíveis para que possa sobreviver e constituir uma imagem de si. O processo de maturação do bebê, seu desenvolvimento e crescimento dependem dos cuidados maternos referentes à alimentação, dependem da voz, do aconchego, do olhar e também do desvio desse olhar. A partir disso, afirma a autora, abre-se a possibilidade de início de uma trajetória na qual se dão o reconhecimento e a diferenciação quanto a si mesmo e ao outro.

Freud (1914/1996), em seu texto *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*, considera que o Eu corresponde a uma unidade psíquica que não está presente nos primórdios da vida do sujeito,

e que sua construção dar-se-á por meio de uma *nova ação psíquica*. Nesse sentido, o narcisismo, como momento da constituição psíquica, permite a passagem de um estágio de fragmentação para uma etapa de maior integração e organização do Eu. Assim, a mãe tem a função de fornecer ao bebê vias de ligação da energia, possui a tarefa de ofertar sentido e significado a um mundo que se apresenta caótico e caracterizado pelo desamparo próprio à ausência de recursos para processar estas intensidades. Este estado original, segundo Fernandes (2006), coloca o bebê em uma posição de completa dependência do outro materno, sem o qual não seria possível conter a tensão interna.

Para Rother Hornstein (2006) o recém-nascido é marcado por um caráter de incompletude. Dessa forma, as experiências no campo intersubjetivo têm um papel central na constituição do aparelho psíquico ao permitirem que a história de cada sujeito se constitua de maneira singular. Sustenta a autora que é justamente esse caráter de processo ainda inacabado que promove no sujeito a passagem da natureza para a cultura e abre vias para projetos futuros. Ao abordar o enlace entre sexualidade, corpo e constituição psíquica, Rother Hornstein (2006) aborda a importância da mãe no estabelecimento do narcisismo primário, estado psíquico que não seria possível sem o seu investimento libidinal. Ressalta a autora que o corpo é a primeira organização que serve como referência para que o bebê possa ter algum sentido de si mesmo. Dessa forma, a autora considera que a emergência de um si mesmo está relacionada com as diversas experiências sensoriais vivenciadas pelo bebê, experiências nas quais estão implicadas ações, recordações e estados internos, vividos na relação com outro.

A temática do narcisismo e suas imbricações no processo de estruturação do aparelho psíquico são extremamente pertinentes e importantes quando se trata de abordar o exercício das funções parentais. Nessa linha de pensamento, Cardoso (2005) lembra que nos primeiros tempos

de constituição psíquica, o que existe é um corpo ainda sem delimitações de fronteiras, um *eu-corpo*. Nesse início da vida, as pulsões funcionam de modo anárquico, sob um aspecto parcial, sendo por meio da *nova ação psíquica* que se conduzirá para a consolidação dos limites e espaços egoicos. Esse processo complexo, segundo a autora, se dá a partir de um *movimento de caráter especular*, em que o outro está envolvido, movimento que promove o advento do narcisismo primário.

Na etapa do narcisismo primário há a revivência do narcisismo dos próprios pais, que atribuem ao filho uma série de qualidades, perfeições e expectativa. Esse estado é vivenciado pelo bebê como Eu ideal (Garcia Roza, 1995). Nesse sentido, segundo Hornstein (1989), o bebê é simbolizado na realidade psíquica da mãe, numa espécie de pré-lugar formado para o bebê em seu imaginário. Os enunciados identificatórios formulados pelos pais ou por aqueles de quem o bebê depende afetivamente, produzem, assim, efeitos no valor e na autoestima do sujeito.

Ao abordar o papel essencial do outro na construção do psiquismo do sujeito, Bleichmar (1994) se refere à importância das condições psíquicas deste outro cuidador, ressaltando ser o narcisismo da mãe condição imprescindível para a formação do Eu do bebê. Assim, a autora fala da necessidade da mãe de compartilhar seu psiquismo, de se apresentar como ego auxiliar ao bebê que se encontra em uma situação de desamparo e fragilidade.

Nesse sentido, Aulagnier (2004) concebe o conceito de *prótese*, o qual se refere a uma função exercida pelo psiquismo materno, que permite ao *infans* se deparar com um material, advindo do discurso materno, regido pelo registro do princípio da realidade. Assim, a mãe oferece um material psíquico que já está marcado por sua própria psique e que respeita as exigências do recalçamento. Nessa dinâmica, a autora destaca que o *infans* recebe este material que será remodelado. A partir desse encontro entre *infans* e mãe, das significações provenientes

do discurso do Outro, é que o princípio da realidade poderá advir, bem como se abrirão possibilidades de construção de *topos* no psiquismo.

Em um estágio inicial da constituição psíquica, afirma Carletti (2007), o sujeito vive de acordo com o que o outro quer e espera dele. O sujeito ocupa um lugar no qual foi desejado por aquelas pessoas que lhe deram cuidado ou proteção, podendo ser os pais ou pessoas que exerceram funções parentais. Em contrapartida, salienta o autor, pode acontecer que, em algumas situações, essas crianças não tenham sido desejadas.

No encontro que se estabelece entre mãe e filho, afirma Rother Hornstein (2006), o bebê se depara com um discurso que inevitavelmente marcará sua história de vida. Mesmo antes de compreender os significados do que ouve, aquilo que o bebê escuta de sua mãe é carregado de sentidos. Nos primeiros tempos de vida, o bebê se nutre do que a autora denomina de um *banho sonoro*, ou seja, o bebê é pensando, falado e desejado pelos seus genitores ao mesmo tempo em que é incluído por eles na cultura.

A partir da referência a aspectos essenciais ao exercício da função materna, cabe referir a fundamental abertura à entrada de um terceiro na relação estabelecida entre mãe e bebê. Assim, será a partir do exercício da função materna que ocorrerá a preparação do cenário de apresentação do pai a criança. De acordo com Hornstein (2008), a triangulação edípica abala a onipotência narcísica, vivência esta intrínseca à relação dual mãe-bebê. A trama edípica se configura, assim, como um protótipo das relações ulteriores, uma vez que abre novas possibilidades de intercâmbios ao bebê. Nesta intrincada organização, que é o complexo de Édipo, torna-se necessário, para Hornstein (2008), levar em conta alguns de seus aspectos determinantes e que dão conta de sua função estruturante no sujeito:

O lugar que ocupa o pai (ou o homem) no desejo da mãe, que lugar ocupa o pai em sua própria cadeia geracional (relação com seu próprio pai e, como efeito disso, com este filho) e que lugar ocupa o meio social. (p. 37)

O Édipo é assim, ainda segundo o autor, ponto culminante na vida de um sujeito, não determinista, mas decisivo. Nesse contexto, a função paterna apresenta-se como eixo central no cenário edípico e, por conseguinte, na constituição de um sujeito e em seus relacionamentos posteriores.

A noção de pai em Psicanálise e a questão da lei

Abordar a função paterna em Psicanálise é percorrer um caminho no qual estão, necessariamente, implicados conceitos como a representação de limites, internalização de leis, instauração do superego e o papel do pai junto à díade mãe-bebê. Para Dor (1991), a noção de pai, em Psicanálise, diz respeito a uma perspectiva que vai além daquela comumente empregada. Trata-se de uma acepção que considera o pai como uma entidade imersa no campo simbólico e que designa uma função. Essa função ao mesmo tempo estrutura e ordena o psiquismo.

No sentido de compreender e delimitar a noção de pai, Dor (1991) se utiliza de uma metáfora para designar os encargos ou atribuições do pai. Dessa forma, o pai seria um embaixador ou diplomata, na acepção daquele que representa um governo junto ao estrangeiro. Assim, o pai é encarregado de representar o governo do pai simbólico, assumindo uma autoridade junto à comunidade mãe-filho. Nem todo diplomata, porém, vai realizar suas funções de maneira igual, sendo que uns têm melhor ou pior desempenho. Este é também o caso do *embaixador paterno*, o qual, segundo Dor (1991), para que possa cumprir o que lhe foi outorgado, é necessário “praticar a língua do desejo dos protagonistas junto aos quais deve

assumir sua função” (p. 15). É nessa consideração que os pais se mostrarão como melhores ou piores diplomatas.

Nesse sentido, a função paterna, no processo de construção psíquica do sujeito, adquire um valor estruturante, e que diz respeito, para Ceccarelli (2002), a uma operação que interdita, representa a lei e insere o sujeito na cultura, pois apresenta limites e restrições referentes ao campo do desejo.

Um importante autor que investigou em profundidade as questões referentes à noção de pai para Psicanálise foi Jaques Lacan. Quando se aborda esta temática, a referência ao psicanalista francês é importante, pois suas ideias reverteram em importantes contribuições para a compreensão das dimensões implicadas na função paterna. Lacan (1957/1999) propõe que o pai deve ser entendido como uma metáfora que alude à substituição de um significante por outro e que diz respeito ao efeito que se produz entre mãe e filho no exercício de sua função. Nesse sentido, Dor (1991), a partir do pensamento lacaniano, entende que a função simbólica do pai, como agente estruturante, é mantida mesmo na ausência do pai real. O papel simbólico do pai se inscreve em uma lógica na qual não é preciso nem mesmo a presença de um homem para que exista um pai. Para que este papel seja exercido é necessário haver um terceiro, que faça uma mediação do desejo da mãe e o bebê.

No sentido ainda de explorar os significados do termo *função paterna* e investigar como é concebida a noção de pai em Psicanálise, Hurstel (2010) propõe a distinção de três sentidos contidos em termos que aludem ao conceito de paternidade: função, papel e pessoa do pai. A proposição de *função*, segundo a autora, se relaciona com o campo da linguagem e da palavra, sendo estruturante, na medida em que introduz sentido para um sujeito por meio da conflitiva edípica. O *papel* do pai é definido a partir das condutas que são esperadas pela sociedade, ou

seja, um lugar imaginário que provém do social. Já a *pessoa* chamada pai é aquela que, segundo as leis sociais em vigor, é designada como pai, é aquele dito como o *pai do sujeito*. De acordo com a autora, cada um desses termos constitui-se como pontos de vista ou enfoques diferentes pelos quais se pode compreender o exercício da paternidade.

No que concerne à *função paterna*, conceito explorado nesta seção teórica para compreender o exercício da paternidade, destaca-se que esta se caracteriza por uma dupla inscrição. A função paterna, então, segundo Hurstel (2010), se inscreve por meio tanto de montagens jurídicas como de montagens familiares. As primeiras se dão no campo social e dizem respeito a aspectos tais como genealogia, filiação e ao parentesco. A segunda inscrição se refere à subjetividade e ao complexo de Édipo como estrutura que designa a existência de um pai como representante da Lei. Nesse contexto, como afirma Hurstel (2010), “o que se coloca em questão é a *passagem* de uma inscrição à outra e da relação das leis à Lei. A noção de ‘transmissão da Lei’ dará conta dessa passagem” (p. 119). Logo, quando o tema da função paterna é abordado, o que necessariamente se coloca em pauta é a representação/instauração de leis no campo do psíquico, bem como a transmissão de uma Lei maior, que corresponde à proibição do incesto e que legisla sobre as relações entre sujeitos de uma mesma comunidade.

No texto *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996) faz referência a um mito sobre primitivas tribos aborígenes para abordar a construção da civilização. Por meio desse mito, Freud conta a história da união de irmãos de um mesmo clã para assassinar o pai, chefe da horda primitiva que detinha ilimitados poderes, a posse das mulheres e agia de maneira despótica. O mito conta que, a partir da morte do pai da horda primitiva, há o estabelecimento de regras e impedimentos ao acesso àquilo que o pai tinha, e, a partir disso, surge a lei simbólica, aquela que barra, protege e cuida. Os irmãos, ao reunir suas forças para matar o pai, estabelecem a passagem da natureza

para a cultura barrando a satisfação pulsional desmesurada. Com isso, há a instituição de leis que devem ser cumpridas para que se possa viver em sociedade e não na barbárie.

A partir disso, o discurso freudiano evidencia a importância do estabelecimento de leis, ou seja, restrições e condições necessárias para o convívio em sociedade. Dessa maneira, impõem-se a interdição ao incesto e o imperativo da renúncia a forças destrutivas. Muito mais do que um texto social ou antropológico, em *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996) explora a importância das leis na organização psíquica de um sujeito e para a fundação/organização de uma ordem social. Nesse sentido, salienta-se que o sujeito está submetido a dois tipos distintos de lei. Trata-se, de um lado, de leis sociais que organizam e regulam a vida em sociedade. Por outro lado, o sujeito se constitui a partir da internalização de uma lei que impõe limites e restrições do que deve ou não ser feito, e que designa valores morais.

Adentra-se, com isso, no terreno do Complexo de Édipo, experiência importante para a constituição psíquica do sujeito. É a partir do Complexo de Édipo, segundo Hornstein (1989), que se produz a estruturação da subjetividade. Para o autor, essa etapa se refere: ao conjunto das relações da criança com seus pais, a diferenças dos sexos e das gerações, à questão dos desejos sexuais, da inibição da agressividade, e ao deslocamento libidinal para objetos exogâmicos. Dessa forma, na conflitiva edípica, o exercício da função paterna é fundamental para estabelecer a separação da relação de completude vivenciada por mãe e bebê.

O complexo de Édipo é uma experiência humana que possui importância central na primeira infância. Nas vivências que se dão no percorrer dessa conflitiva, o que é proibido para a criança é a obtenção de prazer em relação ao objeto que é, ao mesmo tempo, amoroso e incestuoso. No complexo de Édipo estão em jogo sentimentos e desejos opostos que agem concomitantemente e provocam angústia. Dessa forma, um aspecto que marca a trama edípica é

a presença intensa de sentimentos ambivalentes em relação aos genitores ou aquelas pessoas que exercem funções parentais. No que diz respeito às saídas do complexo de Édipo, Hornstein (1989) afirma que estas se dão “mediante a identificação com o rival, pela dessexualização dos desejos destinados ao objeto de amor, pela inibição da agressividade, e pelo deslocamento libidinal para objetos exogâmicos” (p. 186).

De acordo com Freud (1923/1996), os investimentos libidinais relacionados aos objetos parentais são abandonados e substituídos por identificações, base esta para a formação do superego. Destaca-se, porém, que as vivências dessa época, mesmo recalçadas, continuam produzindo derivados e efeitos ao longo da vida do sujeito de Inconsciente.

Partindo de concepções lacanianas a respeito da vivência edípica, Melloni (2007) concebe que a Lei paterna só pode ser internalizada a partir da vivência do complexo de Édipo. A partir disso abrem-se possibilidades para o amor ao pai. A Lei do pai, afirma Melloni (2007), interdita o “desvario pulsional do incesto, protege a criança do desamparo fundamental e a insere na ordem simbólica, possibilitando que ela deseje” (p. 294). A função paterna é definida pela autora como aquela que é representada pelo pai, mas que não necessariamente precisa de sua presença física para ser operante. É uma operação lógica instituída a partir do lugar que o pai ocupa como representante do desejo da mãe.

A importância do complexo edipiano na constituição do sujeito é tema abordado por vários autores (Ceccarelli, 2002; Dor, 1991; Hornstein, 1989; Hurstel, 2010; Lacan, 1957/1999; Melloni, 2007) que destacam que as vivências que ocorrem nesse momento de vida deixam marcas no sujeito, estabelecem limites entre a cultura e a natureza e permitem a inauguração de recursos simbólicos. Porém, para que isso ocorra, a mãe deve oferecer uma abertura para a entrada do pai, reconhecendo-o como objeto de desejo. A vivência da triangulação edípica,

segundo Hornstein (1989), abre a possibilidade para a criança do estabelecimento de um ideal de Eu. A construção desse ideal de Eu se dá a partir de um processo no qual a negação do outro que é própria do estágio de Eu ideal é substituída pelo reconhecimento do outro e por sua estima. O ideal do Eu é uma subestrutura do superego que se constrói a partir de renúncias pulsionais e que possibilita “certa regulação interna da autoestima” (Hornstein, 2008, p. 67).

O resultado do complexo de Édipo, assim, é a instauração do superego, instância que representa o estabelecimento de proibições, agenciador da lei e da moral. Freud (1923/1996) conceitua o superego como uma gradação no Eu, uma diferenciação dentro dele e que está menos firmemente vinculada à consciência. Afirma que a origem do superego é resultante de dois fatores: um de natureza biológica, relacionado ao id, e outro de natureza histórica, que se refere à noção de desamparo e às identificações. Ainda, Freud (1923/1996) aponta que a constituição do superego é marcada pelas primeiras identificações que ocorrem com as figuras parentais na infância. Nesse sentido, o superego, como instância herdeira dos preceitos morais, tem a função, segundo Dallazen e Kupermann (2012), de resguardar o princípio da realidade e proteger o psiquismo contra a irrupção de intensidades pulsionais. Porém, afirmam os autores, o superego vai mostrar seu lado violento ou benevolente de acordo com o que o ideal do ego vigente preconiza. A formação do superego dar-se-á, assim, por meio de um processo psíquico no qual estão envolvidas questões identificatórias e a constituição de um ideal de Eu.

Contata-se que a noção de pai trazida pela Psicanálise subverte a concepção biológica por vezes atribuída à paternidade, mediante a qual se restringe o ser pai ao ser genitor. A partir das investigações de Freud acerca do funcionamento psíquico e de suas incursões no campo da cultura, inaugura-se uma nova concepção de sujeito na medida em que é ultrapassada a acepção

concreta de ser pai, colocando em questão a fundamental importância da representação simbólica (Senna, Bar, Gomes, Guilhon & Kupferberg, 2010).

De acordo com Hurstel (2010), a noção de função paterna está estreitamente ligada ao campo social, pois é na sociedade que operam transformações que influenciam nas formas como tal conceito é compreendido. Propõe a autora, portanto, que a definição do conceito de função paterna leve, também, em consideração as mudanças acerca da experiência de paternidade ocorridas nos últimos tempos e o enlace destas mudanças com o cenário cultural atual.

Transformações no exercício das funções parentais: Fragilidades contemporâneas

O ser humano é engendrado a partir de duas características: a imaginação e o imaginário social, logo, o homem é ao mesmo tempo composto pelo psíquico e pela sociedade. Sua existência se dá apenas na sociedade, pela sociedade e suas instituições e pelas significações do imaginário social, sendo a partir destas que a vida psíquica se torna apta. O homem se constrói, assim, a partir de seu tempo e, mesmo na sociedade mais arcaica, o vivido no presente é sempre precedido e constituído por um passado que o antecede e também por um futuro vislumbrado. O momento presente é, portanto, sempre histórico, e o agir do ser humano sofre, inevitavelmente, os efeitos do social-histórico (Castoriadis, 1992).

Dessa maneira, ao conceber o ser humano e seu processo de constituição a partir de uma ótica que leva em consideração o contexto histórico no qual está inserido, é necessário destacar, nesta seção teórica, algumas características que marcam a singularidade dos tempos atuais. Trata-se de conhecer e refletir sobre tais peculiaridades no sentido de vislumbrar os efeitos destas na construção da subjetividade e no exercício das funções parentais.

No mundo contemporâneo, de acordo com Kehl (2010), há a marca de uma experiência subjetiva do tempo que produz efeitos no modo de viver do sujeito. A vida social hoje é

caracterizada pela urgência, pela compressão do tempo e pelo aparente usufruto das ofertas de gozo que a sociedade oferece. O sujeito da sociedade atual, de acordo com a autora, é regido por um imperativo de felicidade e de um gozo pleno e sem limites. Pode-se considerar, portanto, o predomínio na atualidade de um modo de subjetivação dominado pelo imediatismo. Nesse modelo de sociedade, o sujeito deve estar sempre pronto e preparado para o próximo desafio, tudo tem que ser conduzido de forma rápida e sem erros. Vive-se hoje em uma sociedade com enormes dificuldades de tolerar frustrações e de respeitar o tempo e o sofrimento do outro.

Nesse sentido, Bauman (2001), com o objetivo de descrever o mundo contemporâneo, se utiliza da descrição dos estados físicos da matéria, sólido, líquido e gasoso, para fazer uma analogia com a forma como ocorrem os relacionamentos humanos nos dias atuais. Ele enfatiza o conceito de *fluides*, qualidade inerente aos estados líquido e gasoso, utilizando-o como metáfora para o estágio presente da contemporaneidade. A proposição do autor baseia-se no fato de que os líquidos ou fluidos, em contraposição aos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade nem se prendem ao espaço. O que está em jogo nos estados fluidos é o tempo e não o espaço que eles ocupam, uma vez que estão sempre propensos a mudar, movendo-se com facilidade. Assim, a partir dessa metáfora, Bauman (2001) aponta que se vive hoje em uma *modernidade líquida ou fluida*, ou seja, uma estrutura sistêmica fluida que produz profundas mudanças na condição humana e nos laços humanos.

Ao descrever o mundo de hoje instável como os líquidos, Bauman (2001) denuncia o predomínio de um modo de existir calcado na precariedade e na vulnerabilidade. Segundo o autor, frente à falta de uma segurança a longo prazo, a satisfação imediata se apresenta como uma estratégia. Uma vez que adiar a satisfação pensando nos benefícios que isso pode proporcionar em um tempo futuro parece não ser mais atraente, as oportunidades devem ser

aproveitadas no “aqui e agora” sem um refletir sobre suas consequências. As relações humanas, segundo o autor, são vividas sob a mesma ótica das relações de mercado, nas quais o produto é atraente para o sujeito na medida em que lhe traz satisfação, caso contrário, é descartado. O consumo é predominante considerando-se que a satisfação imediata seria uma forma de lidar e buscar tamponar a sensação de insegurança nos tempos atuais.

Lebrun (2003) afirma que as mutações na organização da sociedade atual produzem consequências e efeitos que induzem ao aparecimento de novas patologias ou mesmo de uma nova fenomenologia do comportamento. Nessas transformações o papel outorgado pela ciência é fator central, pois, segundo o autor, esta auxilia a promover uma sociedade em que tudo vale, na qual há evidente perda de referências externas. A passagem de uma sociedade organizada em torno da religião para uma organizada em torno da ciência produz novas modalidades de subjetivação, efeitos psíquicos distintos, e, em consequência disso, outros tipos de padecimentos. Esta transposição da forma como se organiza a vida social se dá, segundo Lebrun (2003), com a introdução da ciência moderna no século XVII, que teve como figura importante Galileo Galilei. As ideias do físico italiano propunham um modo de explicar os fenômenos naturais a partir de relações matemáticas, contrariando a autoridade divina e as explicações fornecidas pela religião. Assim, o desenvolvimento da ciência moderna, para o autor, *fratura* o lugar de autoridade da religião e de Deus.

A perda da autoridade, para Lebrun (2003), não diz respeito apenas à religião, uma vez que as autoridades familiares e políticas, progressivamente, perderam também sua legitimação. O que fica evidente é um processo da perda de referências da tradição e, em decorrência disso, a predominância de um relativismo generalizado. Nesse sentido, afirma Lebrun (2003) que se vive um momento de *turbulência generalizada*, no qual cada um procura “reconstituir uma escala de

valores a partir de suas próprias referências” (p. 140). Logo, observa-se um estado em que todas as estruturas sociais parecem passar um processo semelhante, no qual se mostram pouco capazes de constituírem-se como fonte de referências para o sujeito. Esse cenário também pode ser visto no sistema jurídico, uma vez que o Direito é igualmente influenciado por esse contexto. O que se vê, segundo o autor, é um sistema jurídico inflado pela inoperância da Lei simbólica.

Nesse sentido, segundo Lebrun (2003), os efeitos decorrentes deste modo de organização da sociedade contemporânea são, por exemplo, a desvalorização de tradicionais práticas simbólicas como o matrimônio e a filiação, a desautorização do campo político, a deslegitimação do lugar do pai, a intensificação de fanatismos e seitas religiosas, o aumento nos casos de incesto e abusos sexuais, bem como o recrudescimento do racismo. Todos esses fatores demonstram o que o autor denomina de uma *erosão* daquilo que funda o vínculo social. Esses exemplos evidenciam, também, tentativas de retorno à situação que existia anteriormente. Porém, trata-se de algo perigoso, pois se corre o risco de confundir autoridade com fanatismo e servidão. Não se trata, entretanto, de se ter uma posição contrária aos avanços da ciência e tampouco de desprestigiá-la, mas, sim, de constatar as implicações no social a partir de seu advento e das formas com que esta se apresenta nos tempos atuais (Lebrun, 2003). No mundo que se vive hoje, segundo Lebrun (2003), há uma série de mutações no campo social, produzindo efeitos no que denomina de vínculo social. Constatam-se, assim, desdobramentos nas modalidades de interdição do prazer, na ordem, na segurança e na legitimidade do lugar da autoridade e da diferença de lugares.

Quando se trata de abordar a formação de vínculos entre os membros de uma sociedade, é pertinente retomar o mito da horda primitiva e a concepção freudiana a respeito da constituição do social. No texto *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996) conta sobre a morte de um pai violento e

déspota, dono de um poder irrestrito sobre os filhos. A partir da reunião de forças dos filhos, há o assassinato do pai e a constituição de uma comunidade fraterna. O poder, a partir de então, deveria ser partilhado, ninguém mais poderia gozar dos mesmos privilégios que o pai morto, sob pena de ter o mesmo fim. É pertinente destacar que, ao abordar tal mito, além de construir uma compreensão sobre a constituição de leis, de regras necessárias para o convívio em sociedade, e demarcar a passagem de um estado de natureza para o de cultura, o pensamento freudiano coloca em pauta, segundo Birman (2006b), outras questões importantes como as mudanças sociais advindas da modernidade, os impasses relativos à figura do pai e a ideia de desamparo.

Ao escrever o texto *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996) refere, entre outras questões de grande relevância, a problemática da constituição da modernidade. Ao narrar a morte de um pai tirânico e a composição de uma comunidade de irmãos, o texto faz alusão a acontecimentos de grande relevância na história e que mudaram os rumos do mundo. Com efeito, a morte do pai da horda primitiva e a destituição de seus poderes alude, no entendimento de Birman (2006b), aos limites impostos pelos cidadãos ao absolutismo monárquico. Assim, ressalta o autor que, tanto na Revolução Inglesa quanto na decapitação de Luís XVI na Revolução Francesa, coloca-se em pauta uma nova forma de governo fundada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e no poder do povo. A soberania do rei, dessa maneira, é posta em cheque, bem como a soberania de Deus, que legitimava os poderes daquele que ocupava o trono. A partir disso, salienta Birman (2006b), se observa que, na obra de Freud (1913/1996) *Totem e Tabu*, o que está em jogo também é uma leitura que fala da perda de um legislador absoluto. Tal concepção se aproxima das ideias, por exemplo, de Nietzsche, ao afirmar a morte de Deus e de outros pensadores que vão nessa mesma linha da perda de referências e de autoridade, como Heidegger, Foucault e Walter Benjamin (Birman, 2006b).

A partir do advento da Modernidade, aponta Birman (2003), ocorreu a construção de uma civilização fundada na ciência e na razão em oposição a uma sociedade tradicional erigida na figura do Deus Pai todo poderoso. O efeito disso, segundo o autor, é o sentimento de desamparo do sujeito moderno, sendo este o preço pago por desafiar o pai, tanto nos registros do simbólico como do político. É necessário destacar que não se trata aqui de uma nostalgia ao passado, uma vez que a própria ciência trouxe inúmeros benefícios ao bem-estar do ser humano, mas sim de constatar as mudanças ocorridas, pensar o contemporâneo como um produto historicamente construído e refletir os efeitos desses câmbios na subjetividade.

O sentimento de desamparo, inerente à própria condição humana, é incrementado, assim, pelas características dos tempos atuais, e de acordo com Dockhorn e Macedo (2008) produzem um *vazio identitário*. Segundo as autoras, se faz presente um cenário de instabilidade da linguagem e dos discursos, do predomínio do efêmero, sem nenhuma legitimação do passado. Em tempos em que predomina o efêmero, o fragmentário e a frágil demarcação de espaços, torna-se importante questionar e refletir sobre os efeitos deste cenário no exercício das funções materna e paterna.

Monteiro (2011) destaca que nos tempos atuais constata-se importante fragilidade no investimento amoroso nos filhos por parte dos pais, resultando em trágicas implicações no desenvolvimento dos filhos. Aqueles que deveriam se oferecer como objetos de amor e de identificação estão ausentes, o que gera um vazio que produz desdobramentos importantes. Cabe uma pertinente reflexão a respeito da definição de família para a Psicanálise proposta por Bleichmar (2009). Segundo a autora,

existe uma família na medida em que haja alguém de uma geração que se faz cargo [sic] de alguém de outra, ou inclusive quando os vínculos geram uma assimetria na qual

alguém toma a seu cargo as necessidades de outro para estabelecer seus cuidados autoconservativos e sua subjetivação. (p. 46)

Percebe-se nessa definição a referência a duas condições essenciais: o reconhecimento da assimetria e o exercício de cuidado. Logo, é inquestionável a relevância que terá para um filho a qualidade do investimento amoroso ofertados por aqueles que exercem as funções parentais.

Constata-se que a dinâmica social da cultural atual também produz efeitos marcantes na configuração tomada pelo exercício das funções parentais, as quais ficam à mercê de inúmeras demandas contemporâneas. Nesse cenário evidencia-se a debilidade em sustentar um lugar parental tanto de autoridade como de responsabilidade na criação dos filhos (Monteiro et al., 2012a).

De acordo com Savietto (2012), na atualidade as figuras parentais se veem *perdidas*, quase incapazes de demarcar quais são seus lugares. Nesse sentido, há dificuldade, segundo a autora, de exercer uma conduta de autoridade e estabelecer *diferenças simbólicas* no que concerne a uma assimetria própria da diferença de gerações. Outro fator que intensifica esse fenômeno, também destacado pela autora, diz respeito à dificuldade das figuras parentais que reconstituíram suas famílias constituírem uma hierarquia e identificarem quais são os seus papéis nessas novas configurações familiares.

Com as modificações socio-históricas ocorridas, principalmente no que se refere às transformações no mercado de trabalho e às exigências de *performance* cada vez mais intensas, Birman (2006a) aponta que os pais se ausentam mais do convívio com seus filhos do que em outros tempos, uma vez que possuem cada vez mais demandas profissionais. O efeito disso para o autor é uma alteração na *economia do cuidado*, pois a ausência das figuras parentais acarreta em uma precariedade de investimentos. Aliado a isso há uma frouxidão de interditos e uma

quase ausência dos limites, o que leva a uma fragilização na constituição psíquica do sujeito (Birman, 2006a).

Ao abordar as transformações oriundas da contemporaneidade e as implicações destas no núcleo familiar, Mayer (2001) ressalta que a família está marcada, hoje, por um *clima* de incertezas e de instabilidades. Há uma evidente perda de definição e demarcação do papel de pai, mãe, filho, bem como das atribuições pertinentes ao ser homem ou ser mulher. Em se tratando do processo de construção do psiquismo faz-se necessário, como aponta Mayer (2001), que se crie um lugar ou espaço no universo afetivo dos pais, para que o sujeito ao poucos possa constituir-se e se desenvolver como ser discriminado, demarcando-se importantes diferenças no que concerne aos papéis e gerações. Para tal, é essencial o reconhecimento do valor da alteridade.

Considerações Finais

Considerando-se as contribuições advindas de diferentes áreas do saber, constata-se a referência ao fato de que diversas características da contemporaneidade acabam imprimindo um *modus operandi* que atravessa as esferas política, econômica, social e, inevitavelmente, atinge também as configurações dos laços afetivos entre as pessoas. No predomínio destas marcas culturais contemporâneas percebe-se a fragilidade dos vínculos, a intensificação do consumo desenfreado, a fragilidade do cuidado com o outro e consigo mesmo como temas presentes no campo intersubjetivo.

Pode-se considerar que o sujeito se vê aturdido frente à inevitável rapidez das transformações de um mundo de economia globalizada, cuja velocidade da informação e das condições de acesso a diferentes culturas acabam por impor certo padrão característico aos relacionamentos humanos. Nesse sentido, como bem destacam Savietto e Cardoso (2009), um

dos aspectos marcantes da cultura contemporânea refere-se à primazia do campo da ação e da satisfação imediata em detrimento do pensar e da possibilidade de postergação.

O cenário social provoca, dessa maneira, inevitavelmente, efeitos que devem ser considerados para alcançar a compreensão do amplo e complexo processo de construção do psiquismo e de produção de subjetividade. Destaca-se o fato de que o ser humano é engendrado a partir da articulação entre elementos invariantes da constituição psíquica e condições históricas e sociais que respondem à sua inserção no campo social. Compreende-se que, mesmo mediante a ocorrência de inegáveis transformações sociais contemporâneas, é fundamental não desconsiderar a existência de elementos que, de maneira inalterável, vão se fazer presentes no processo de construção de um sujeito psíquico. Esses elementos corresponderam àquilo que é da ordem de um sujeito de Inconsciente e atravessado pelas condições de sua sexualidade. Trata-se, pois, de afirmar a originalidade e especificidade da Psicanálise na referência invariante da força da sexualidade, do encontro com o outro humano e dos destinos pulsionais na concepção de um sujeito de Inconsciente. Estes são os elementos que, independentemente do contexto histórico, serão fundamentais na instauração das condições psíquicas do sujeito na singularidade de sua história de vida.

A produção de subjetividade, por sua vez, diz respeito a relações historicamente construídas, considerando-se a influência no sujeito das peculiaridades de um determinado contexto histórico. Logo, na construção de um sujeito psíquico, há um enlace entre aspectos que transcendem o tempo que habita e os elementos sociais e históricos referentes ao processo de produção de subjetividade. Em ambas as situações, referentes ao psiquismo e à subjetividade, o contato com o outro é imprescindível, por mais que deste derivem efeitos diversos sobre o sujeito. Nessa constatação, mais do que nunca, se evidencia a condição humana de necessitar de

outro para sua inauguração como ser psíquico ou para habilitar-se como ser social inserido na cultura. Daí a relevância de lançar um olhar para aquelas figuras as quais naturalmente estão incluídas quando há referência ao outro que cuida e educa.

Nessa direção, ao abordar a subjetividade como produto das características da cultura e dos efeitos destas no sujeito, contata-se ser imprescindível levar em conta a importância da qualidade do encontro entre a criança e os outros primordiais, bem como as demandas contemporâneas e seus desdobramentos nas relações e no exercício das funções parentais. Em um mundo regido pelo imediatismo, pela *performance* e pelo estabelecimento de vínculos superficiais, como ficam os pais (ou aquelas pessoas que exercem as funções parentais) quando precisam confrontar-se com o efeito em si mesmos de tais exigências e imposição de ideais e expectativas próprias desta cultura? Quais são os recursos disponíveis por parte das figuras parentais para reconhecer a necessidade de ocupar este lugar de cuidador e de modelo identitário na vida de seus filhos? É possível que tal constatação ocorra evitando situações de violência e de danos psíquicos ou físicos que denunciam a importância do reconhecimento da assimetria entre gerações?

Por vezes, sem dúvida, observam-se dificuldades e falhas no exercício dessas funções, provocando implicações no surgimento de alguns padecimentos ou mesmo da intensificação de fenômenos como, por exemplo, a violência. Conforme Birman (2006a), o aumento da violência está, entre outras coisas, atrelado à ausência das figuras parentais no dia a dia de seus filhos, a uma precária representação de limites e à fragilidade psíquica de crianças ou jovens devido à precariedade de investimentos afetivos. Em contrapartida, mesmo diante deste cenário, das transformações sofridas na família e das novas configurações sociais lideradas por avanços

tecnológicos cada vez maiores, a família e os vínculos de afeto ainda se mostram fundamentais para a constituição do sujeito psíquico.

Sabe-se que, no começo da vida de um bebê, este não dispõe de recursos psíquicos suficientes para dar conta de um excesso de tensão interna. Tal insuficiência nos primórdios de sua vida mostra o estado de desamparo em que se encontra, e por isso deixa evidente a fundamental importância do cuidado das pessoas que exercem funções parentais. Logo, tanto o exercício da função materna, como da função paterna, cada qual com suas peculiaridades e nuances próprias, mostram-se imprescindíveis. Destaca-se, no entanto, que a qualidade com que tais funções são exercidas possui desdobramentos importantes na constituição de um sujeito.

Para exercer funções parentais, o que significa, de modo amplo, ter condições psíquicas para direcionar um olhar de cuidado e atenção às demandas do filho, faz-se necessário investimento afetivo por parte das pessoas que exerçam a função materna e paterna. Para tal, é imprescindível que esses cuidadores sejam providos de recursos/condições para que possam tomar o outro como objeto de amor e se apresentarem como figuras identificatórias com registros no âmbito da proteção e do cuidado. Quando se trata, assim, do exercício dessas funções, o que está em pauta é fundamentalmente a qualidade dos encontros que se estabelecem entre as figuras parentais e o infante. Dessa maneira, são imprescindíveis o dispêndio de tempo para com o outro (em um mundo no qual o tempo é comprimido e o sujeito autocentrado), a percepção das necessidades do outro, e um investimento amoroso que permita também a apresentação de limites. Imprescindível, ainda, é o reconhecimento de que há uma assimetria entre as figuras parentais e o filho. Não se trata, pois, de uma relação pautada pelo exercício do autoritarismo que desconhece o desejo e a existência da diferença do outro, mas sim da ocupação de um lugar de autoridade, marcando o fundamental reconhecimento da diferença entre lugares e gerações.

Desse reconhecimento advém a possibilidade de tomar a criança na sua necessidade de cuidado e no reconhecimento de sua alteridade. Assim, abre-se a possibilidade da instauração de relações sustentadas no valor das trocas afetivas, no respeito, no cuidado e na solidariedade, características estas tão escassas dos dias de hoje.

Nesse sentido, cabe marcar a importância da Psicanálise como ferramenta que sempre se destacou por interrogar os modelos vigentes de cada época, enfatizar a importância das relações no contexto intersubjetivo, desvelando a complexa implicação dos fatores que levam à produção de dor psíquica. Faz-se necessário, então, resgatar esta capacidade crítica e reflexiva da Psicanálise para além do aparente e, sobretudo, reconhecer sua importante contribuição no que aporta a respeito da singularidade do processo de constituição psíquica de um sujeito. A Psicanálise abre possibilidades de questionar, por exemplo, as sérias implicações no atendimento de demandas contemporâneas que deixam à margem as necessidades de cuidado e proteção decorrentes do reconhecimento da condição humana de desamparo, alertando para o risco de corresponder ao convite da falsa e sedutora atribuição de simetria entre o adulto e a criança. Os aportes psicanalíticos seguem vigentes para a fundamental compreensão do sujeito psíquico e do valor de suas experiências de cuidado e amor junto às figuras parentais de sua história.

Ao oferecer um olhar que se ocupa daquilo que é da ordem do Inconsciente e da Sexualidade, a Psicanálise evidencia a especificidade de suas contribuições. A compreensão da parentalidade sob uma ótica que amplia as concepções de ser pai e ser mãe por meio da denominação de *funções* amplia e introduz novas perspectivas de compreensão da complexidade envolvida no exercício parental.

Referências do Teórico

- Aulagnier, C. P. (2004). *La violencia de la interpretación: Del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Birman, J. (2003). Fraternidades: Destinos e Impasses da Figura do Pai na Atualidade. *Revista Saúde Coletiva*, 13(1), 93-114.
- Birman, J. (2006a). Tatuando o desamparo: A juventude na atualidade. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 25-43). São Paulo: Escuta.
- Birman, J. (2006b). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleichmar, S. (2005). *Subjetividad en riesgo*. Buenos Aires: Topía Editorial.
- Bleichmar, S. (2009). *El desmantelamiento de la subjetividad: Estallido Del Yo*. Buenos Aires: Topía Editorial.
- Borges, M. L. S. F. (2005). *Função materna e função paterna: Suas vivências na atualidade* (Dissertação de mestrado). Uberlândia: UFU.
- Cabistani, R. M. O. (2007). *Sentidos da função paterna na educação* (Tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS.
- Cachapuz, R. R. (2004). Da família patriarcal à família contemporânea. *Revista Jurídica Cesumar*, 4(1).
- Cardoso, M. R. (2005). A servidão ao “outro” nos estados limites. *Revista Psychê*, 9(16), 65-75.

- Carleti, P. C. (2007). A lei paterna como tratamento possível do adolescente em conflito com a lei. In R. B. D. Ângelo, V. Colagno (Orgs.), *Adolescência, Violência e Lei* (pp. 243-256). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Carvalho, L. B. (2007). Em busca de um lugar. In R. B. D. Ângelo, V. Colagno (Orgs.), *Adolescência, Violência e Lei* (195-201). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Castiel, S. N. V. et al. (2009). Freud e o projeto da psicanálise. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 8, 35-47.
- Castoriadis, C. (1992). A criação histórica e a instituição da sociedade. In C. Castoriadis, S. P. Rouanet, M. Chauí, J. C. B. Torres, D. Rosenfield (Orgs.), *A criação histórica* (pp. 81-108). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Cavalcanti, V. R. S., Barbosa, C. F. & Caldeira, B. M. S. (2012). Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo. *Estudos de Sociologia*, 17(32), 189-204.
- Ceccarelli, P. R. (2002). Configurações edípicas da contemporaneidade: Reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 161, 88-98.
- Dallazen, L. & Kupermann, D. (2012). O Superego: Enigmas metapsicológicos e desafios clínicos. In M. M. K. Macedo; B.S.G. Werlang (Orgs.), *Psicanálise e Universidade: Potencialidades teóricas no cenário da pesquisa* (pp. 304-318). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Dockhorn, C. N. F. B. (2010). *A Psicanálise como instrumento de olhar os tempos atuais*. Disponível em http://www.sig.org.br/_files/artigos/apsicanalisecomoinstrumentodeolhar_arsenostemposatuais.pdf. Acesso em: 08 de junho de 2011.

- Dockhorn, C. N. F. B., & Macedo, M. M. K. (2008). A complexidade dos tempos atuais: Reflexões psicanalíticas. *Revista Argumento Psicologia*, 54(26), 217-224.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fernandes, M. H. (2006). Entre a alteridade e a ausência: O corpo em Freud e sua função na escuta do analista. In E. U. Cintra (Org.), *O corpo, o eu e o outro em psicanálise*. Goiânia: Dimensão.
- França, A. S. L. (2006). Pais socioafetivos: Reflexões sobre o artigo 1.636 e outros. *Revista Imes – Direito*, 7(12).
- Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 381-511). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913/1996). Totem e Tabu e outros trabalhos. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 13, pp. 21-163). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/1996). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 77-81). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923/1996). O Ego e o Id. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 13-86). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (1995). *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gavarini, L. (2008). Novas normas e formas de laço familiar: A sexualidade na sombra. *Estilos da Clínica*, 13(25), 268-287.

- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Hornstein, L. (1989). *Introdução à Psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Hornstein, L. (2008). *As depressões: Afetos e humores do viver*. São Paulo: Via Lettera.
- Hurstel, F. (2010). A função paterna, questões de teoria ou – das leis à lei. In S. Altoé (Org.), *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo: Direito e Psicanálise* (pp. 107-133). Rio de Janeiro: Revinter.
- Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Revista Estilos da Clínica*, 11(21), 108-125.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: A atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Kobarg, A. P. R., Sachetti, V. A. R. & Vieira, M. L. (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Revista brasileira crescimento e desenvolvimento humano*, 16(2), 96-102.
- Lacan, J. (1999). *O seminário: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lebrun, J. P. (2003). *Um mundo s/n limites: Ensayos para uma clínica psicanalítica de lo social*. Barcelona: Ediciones Del Serbal.
- Lerner, H. (2006). Adolescência, trauma, identidade. In M. C. R. Hornstein (Org.), *Adolescência: Trayectorias turbulentas* (pp. 27-50). Buenos Aires: Paidós.
- Malpique, C. (1998). *A ausência do pai*. Porto: Afrontamento.
- Mayer, H. (2001). Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 81- 101). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Melloni, T. (2007). A função paterna e a ordem social. In R. B. D. Ângelo; V. Colagno (Orgs.), *Adolescência, Violência e Lei* (pp. 293-303). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Monteiro, R. A. (2011). Desamparo e intensidades em ato na adolescência: Riscos ao devir (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PUCRS.
- Monteiro, R. A., Gonçalves, T. G., Refosco, L. L., & Macedo, M. M. K. (2012a). O processo adolescente e as funções parentais na realidade contemporânea. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 12(1), 107-113.
- Monteiro, R. A., Gonçalves, T. G., Refosco, L. L., & Macedo, M. M. K. (2012b). Reflexiones sobre la adolescência e las funciones parentales em la realidad contemporânea. *Revista Aperturas*, 41.
- Moraes, E. G. & Macedo, M. M. K. (2011). Vivência de indiferença: Do trauma ao ato dor. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., & Carellos, S. M. S. D. (2011). A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: Desafios éticos. *Psicologia em Revista*, 17(1), 161-180.
- Perfeito, H. C. C. S. (2007). *Os impasses nas funções parentais: Da clínica psicanalítica do precoce às transformações sócio-histórico-culturais* (Dissertação de mestrado). Uberlândia: UFU.
- Rother Hornstein, M. C. (2006). Entre desencantos, apremios e ilusiones: Barajar y dar de nuevo. In M. C. Rother Hornstein (Org.), *Adolescencias: trayectorias turbulentas* (pp. 117-135). Buenos Aires: Paidós.
- Savietto, B. B., & Cardoso, M. R. (2009). A drogadição na adolescência contemporânea. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 11-19.
- Savietto, B. B. (2012). Juventude e família na contemporaneidade: Um desamparo sem fim? *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(1), 23-35.

- Senna, A., Bar, C., Gomes, M. G., Guilhon, M., & Kupferberg, M. (2010). O pai na psicanálise. *Revista Primórdios-CPRJ*, 1(1), 91-116.
- Setton, M. G. J. (2005). A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, 17(2), 335-350.
- Strauss, C. L. (1956). A Família. In H. L. Shapiro (Org.), *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Strenger, G. G. (2003). O poder familiar no novo código civil. *Repertório de jurisprudência IOB: Civil, processual, penal e comercial*, 3(2), 50-45.
- Tavares, J. F. (2001). Direito da infância e da juventude. In E. U. Cintra (Org.), *O corpo, o eu e o outro em psicanálise*, (pp. 46-47). Goiânia: Dimensão.
- Venosa, S. S. (2008). *Direito civil: Direito de família*. São Paulo: Atlas.
- Vitarello, M. A. (2011). Família contemporânea e as funções parentais: Há nela um ato amor? *Revista Psicologia da Educação*, 32, 7-24.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.
- Zanetti, S. A. S. & Gomes, I. C. (2011). A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: Determinantes e conseqüências. *Revista Temas em Psicologia*, 19(2), 491-502.

SEÇÃO EMPÍRICA

NARRATIVAS PARENTAIS SOBRE A IMPLICAÇÃO NO CUIDADO NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI

Introdução

O fenômeno da violência é um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade contemporânea. Essa temática cada vez mais se faz presente no noticiário, em discussões e em estudos (Benhaim 2008; Birman, 2006a; Vinãr, 2006) que buscam compreendê-la, considerando suas distintas formas de manifestação. Os efeitos da violência são observados e sentidos pela população, que se vê invadida diariamente por situações que desrespeitam os direitos básicos de cidadania e desconsideram os limites e as diferenças na relação com o outro. A violência se constitui, segundo Birman (2009), como traço indelével da vida em sociedade, porém, os dados novos que surgem no cenário contemporâneo são a sua disseminação e as formas peculiares como ela se apresenta. Para o autor, a violência afeta, por exemplo, de modo intenso os adolescentes nos dias atuais, se impondo com uma marca da juventude.

Nesse sentido, ao refletir sobre o envolvimento de adolescentes com atos infracionais, é necessário considerar a complexidade de tal fenômeno e as múltiplas possibilidades de abordá-lo. Dessa forma, este estudo buscou compreender as modalidades de exercício das funções parentais quando um filho comete atos infracionais e se encontra em situação de envolvimento com a Justiça. Acredita-se que as atribuições e definições a respeito das funções parentais neste cenário correspondem a um importante fator a ser investigado, a fim de contribuir para uma visão ampla quando o tema é a violência juvenil.

Hurstel (2010) aborda a questão das *funções* parentais no contexto da Psicanálise, enfatizando que a denominação *função* remete a um registro referente aos sentidos e significações, inscrevendo-se na ordem da linguagem e da palavra. Dessa forma, a autora, ao conceituar a função paterna, fornece subsídios para que se pense nas atribuições simbólicas presentes, também, no exercício da função materna. Entende-se, que ambas as funções podem

ser efetivadas por pessoas que não necessariamente os pais biológicos, justamente por tratar-se de uma *função* que remete à ação simbólica exercida junto ao outro. Nestas funções é evidente a implicação da condição de estabelecer uma relação de comprometimento, atenção e cuidado a partir da assimetria que marca a diferença geracional.

A importância da relação estabelecida pelo sujeito com o outro é um tema essencial na Psicanálise. O sujeito, desde o seu nascimento, é atravessado por enunciados identificatórios ofertados pelos pais que vão estruturando a noção de si mesmo e do mundo. Assim, a qualidade dos primeiros encontros é fundamental para a estruturação egoica e para a aquisição de recursos e condições que, na adolescência, serão importantes frente às exigências dessa etapa, como a intensidade de reedições conflitivas com as quais irá se deparar nesse tempo de vida (Macedo, Monteiro & Gonçalves, 2010).

Nessa direção, este estudo parte da aceção de que o psiquismo é constituído com base nas experiências com o outro, ou seja, considera-se que o encontro que se estabelece entre as figuras parentais e o infante é essencial no processo de construção do sujeito psíquico. É importante destacar que, além de uma presença física, o que de fato torna-se fundamental é a qualidade presente no exercício da função materna e da função paterna, cada qual com suas peculiaridades. Assim, propõe-se abordar o tema do ato transgressivo na adolescência a partir dos significados atribuídos por adultos que exercem, junto a estes jovens, funções parentais. Tratou-se de explorar aspectos que viabilizassem maior compreensão da leitura que os adultos tinham do ato infracional cometido pelos adolescentes pelos quais são responsáveis. O estudo priorizou conhecer a visão dos participantes a respeito desta situação de violência que teve desdobramentos no envolvimento do jovem com a Justiça. Os achados desta pesquisa foram explorados mediante a utilização de aportes da Psicanálise.

Nessa perspectiva, por meio dos aportes da Psicanálise encontra-se estímulo para investigar e buscar compreender os aspectos referentes ao exercício das funções parentais no cenário da adolescência em conflito com a lei. De acordo com esse pensamento, Dockhorn e Macedo (2008) afirmam que a Psicanálise sustenta uma compreensão em profundidade dos tempos atuais e se mostra como eficiente instrumento de reflexão e indagação a respeito da experiência humana. Dessa forma, os pressupostos psicanalíticos se apresentaram como importantes recursos de trabalho e compreensão do material obtido a partir das falas dos participantes. As entrevistas realizadas com os oito participantes permitiram constatar a complexidade presente no exercício de funções que se associam à oferta de amor, cuidado e apresentação dos registros simbólicos da lei.

Método

Participaram desta pesquisa quatro mães, três pais e um padrasto de quatro adolescentes de idades entre 15 e 18 anos que, após o envolvimento em atos infracionais, foram encaminhados para o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), instituição destinada ao acolhimento e julgamento de adolescentes em conflito com a lei. Após aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Anexo A), foram contatados os participantes após audiência realizada na instituição e mediante o auxílio de funcionário que atua junto aos adolescentes e seus pais. No contato pessoal inicial com os possíveis participantes, foram esclarecidos os objetivos e procedimentos da pesquisa. Após a obtenção da concordância em participar, foram realizadas as entrevistas no local ou marcadas entrevistas em data e horário convenientes para os entrevistados. As entrevistas foram realizadas separadamente com ambos os responsáveis pelo adolescente. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), bem como

participaram de uma entrevista semiestruturada com questões abertas, na qual foram contemplados os seguintes eixos-temáticos: 1) História de vida e significado da paternidade; 2) História de vida e significado da maternidade; 3) Aspectos facilitadores e conflitivos na relação com o(a) filho(a); 4) Compreensão/visão/e posicionamento frente à situação enfrentada pelo adolescente. Posteriormente a entrevista os participantes responderam a uma ficha de dados Sociodemográficos elaborada para este estudo. As entrevistas foram gravadas em áudio após a devida autorização do participante e, posteriormente, transcritas. A análise destas permitiu a identificação de conteúdos que foram codificados em categorias de respostas por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1991), na proposta de Moraes (1999). O processo de análise dos dados é dividido por Moraes (1999) em cinco etapas: a preparação das informações; a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; a categorização ou classificação do conteúdo em unidades; a descrição e a interpretação:

1. Preparação: Identificar as distintas amostras de informações a serem submetidas à análise. Para tal, faz-se necessária uma leitura de todo o material decorrente da coleta, verificando o que está de acordo com os objetivos da pesquisa. Depois disso, inicia-se o processo de codificação dos materiais, que permite ao pesquisador identificar, rapidamente, cada elemento da amostra de documentos a serem analisados, a fim de orientar o pesquisador na busca de um documento específico, quando desejar.

2. Unitarização: Nesta fase, a partir da releitura cuidadosa do material, são definidos os elementos unitários de conteúdo que são chamados de unidades de análise. Posteriormente, essas unidades são classificadas e isoladas para outras unidades mais amplas, denominadas unidades de contexto, servindo de referência e fixando limites contextuais. Destaca-se, que a unitarização

depende diretamente da natureza do problema, dos objetivos do estudo e do tipo de material a ser analisado.

3. **Categorização:** É um procedimento que consiste em agrupar dados e classificar os elementos de uma mensagem em categorias que devem ser válidas e significativas. A categorização é realizada em três níveis e produz categorias iniciais, intermediárias e finais. Esse procedimento se dá de acordo com critérios de semelhança ou analogia e requer uma capacidade de síntese por parte do pesquisador.

4. **Descrição:** É a etapa em que se dá a primeira comunicação dos resultados do trabalho. Trata-se do momento de expressar as significações captadas e intuídas a partir das mensagens analisadas, e que constam das unidades de análise que já foram agrupadas em categorias.

5. **Interpretação:** Nesta última etapa busca-se atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens por meio de recursos como a inferência e a interpretação. Essa compreensão deve ser realizada por meio dos pressupostos teóricos que fundamentam o estudo.

Resultado e Discussão

Os dados que caracterizam os participantes deste estudo podem ser observados na Tabela 1, 2 e 3. Estes foram obtidos a partir das informações contidas na Ficha de Dados Sociodemográficos e no conteúdo das entrevistas. Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes com o intuito de preservar a identidade dos mesmos.

Tabela 1. Sumarização dos dados dos participantes do sexo masculino obtidos na ficha de dados Sociodemográficos e na entrevista (n=4)

Participantes homens	José	Mário	Cláudio	Pedro
Idade	45	43	45	47
Nível de escolaridade	Ensino Fundamental Completo	Ensino médio Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo
Estado civil	Casado	Solteiro	Solteiro	Divorciado
Parentesco com o(a) adolescente	Pai	Pai	Pai	Padrasto
Profissão	Pintor e Locutor de Rádio	Vigilante	Conferente	Vendedor autônomo
Religião	Católico	Católico	Católico	Não
Envolvimento com a Justiça	Não	Não	Sim (cheque sem fundos)	Não

Tabela 2. Sumarização dos dados dos participantes do sexo feminino obtidos na ficha de dados Sociodemográficos e na entrevista (n=4)

Participantes mulheres	Maria	Helena	Márcia	Sílvia
Idade	45	43	43	36
Nível de escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto
Estado civil	Casada	Solteira	Solteira	Solteira
Parentesco com o(a) adolescente	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Profissão	Diarista	Dona de casa	Dona de casa	Orientadora de Estacionamento
Religião	Católica	Católica	Católica	Católica
Envolvimento com a Justiça	Não	Não	Sim (internação FEBEM por roubo)	Não

Tabela 3. Sumarização dos dados referentes aos adolescentes

Adolescentes Casal	Idade do(a) adolescente	Escolaridade do(a) adolescente	Ato infracional cometido pelo(a) adolescente	Medida Socioeducativa imputada ao adolescente
José/Maria	18	Ensino Fundamental Incompleto	Roubo e tentativa de homicídio	Internação Provisória
Mário/Helena	17	Ensino Fundamental Incompleto	Roubo	Internação Provisória
Cláudio/Márcia	15	Ensino Fundamental Incompleto	Roubo e tentativa de homicídio	Internação Provisória
Pedro/Sílvia	15	Ensino Médio Incompleto	Agressão e lesão corporal	Prestação de Serviço à Comunidade

Os dados obtidos permitem constatar que os participantes entrevistados neste estudo possuem idades entre 36 e 47 anos. A escolaridade predominante é o Ensino Fundamental Incompleto. Quatro participantes são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, sendo destes quatro mães biológicas, três pais biológicos e um padrasto.

Após a leitura do material obtido nas oito entrevistas, definiram-se as unidades de análise as quais, por sua vez, foram organizadas em categorias iniciais. A descrição de cada categoria final (ver Quadro 1) foi estruturada a partir das categorias intermediárias que lhe deram origem e, com a finalidade de proporcionar rigor e validade às categorias, foram transcritas, de maneira fiel, algumas verbalizações dos participantes entrevistados.

Quadro 1. Categorização Inicial, Intermediária e Final dos dados obtidos nas entrevistas com os participantes do estudo

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Atribuição do ato infracional do(a) filho(a) às amigas	Atribuição à causas externas ao ato infracional	A partir da ótica parental: uma leitura dos impasses à implicação no cuidado
Atribuição do ato infracional do(a) filho(a) ao uso de drogas		
Atribuição da sentença imputada a(o) filha(o) ao preconceito		
Atribuição do ato infracional da filha à influência do namorado		
Influência do uso de medicamento no comportamento da filha		
Atribuição do ato infracional ao acaso		
Internação na FASE como viabilizador de reflexão	Atribuição à instituição (FASE) de um poder "mágico" de transformação	
Internação na FASE como viabilizador de aprendizagem		
Internação na FASE como uma lição		
Expectativa e desejo que a FASE irá mudar a cabeça do filho		
Internação na FASE como um aspecto bom para o filho e a família		
Mudança de comportamento após internação na FASE		
Concordância no cumprimento da medida de internação na FASE	Regras e limites devem ser dados por agentes externos	
Quartel como lugar de aprendizado		
Internação na FASE como viabilizador de limites e regras	Tentativa de minimizar as dimensões do ato infracional e negar os possíveis problemas do(a) filho(a)	
Tentativa de amenizar o ato infracional do filho(a)		
Visão parental do(a) filho(a) como uma criança boa		
Adolescência como justificativa para o ato infracional do(a) filho(a)		
Negar que o filho cometeu o ato infracional	Efeitos nas figuras parentais frente ao ato infracional e suas consequências	
Reação ao saber que o(a) filho(a) estava na FASE		
Conduta dos pais ao perceber que o(a) filho(as) estava se envolvendo com atos infracionais		
Sentimentos em relação ao envolvimento do(a) filho(a) com a Justiça		
Medo dos efeitos da internação na FASE		
Desejo que o(a) filho(a) não tenha mais internações na FASE		
Medo de a filha ser internada na FASE		
Sentir falta do filho devido a sua internação na FASE		
Sofrimento com envolvimento da filha com o namorado infrator	Divergências de opinião sobre o impacto das experiências familiares do(a) filho(a) em seu envolvimento com atos infracionais	
Afirmção de que o envolvimento do filho com a Justiça não tem relação com algum problema na infância		
Não atribuição do ato infracional a questões na educação do(a) filho(a)		
Afirmção de que não faltava nada ao filho(a) e de que não tinha necessidade de cometer o ato infracional		
Perda do pai para a origem do ato		
Influência do comportamento estourado da família para a origem do ato		
Separação do casal como influência para o ato		
Influência da criação dos pais no comportamento do(a) filho(a)		
Erros na criação do(a) filho(a) como fator de influência em seu envolvimento com atos infracionais		
Questionamentos sobre possíveis erros na criação do(a) filho(a)	O não saber da vida do(a) filho(a)	
Mudança do(a) filho(a) percebida como algo repentino		
Desconhecimento do que se passa na cabeça do(a) filho(a)		
Desconhecimento das amigas do filho		
Incerteza quanto ao uso de drogas pela filha		
Mimo como origem do ato		
Impossibilidades de dizer não a solicitações da filha		

Filha assumindo um lugar de poder em relação à mãe	Ato infracional do(a) filho(a) como expressão de falhas na autoridade parental e no reconhecimento da assimetria	Nuances singulares das configurações e relações familiares no contexto da adolescência em conflito com a lei
Importância atribuída pelos filhos a artigos de consumo		
Ideia de que não se deve proteger demais o(a) filho(a)		
Justificativa para o comportamento explosivo da filha		
Concepção de que não há efeito conversar com o filho/enteada		
Falecimento do pai como sinônimo de não ter uma figura paterna		
Concepção do padrasto de que, para a enteada, não há consequências em seus próprios atos		
Concepção de que os pais são amigos dos filhos		
Dificuldades no relacionamento com o filho da companheira, fruto de outra relação		
Não interferir em problemas para não causar atrito		
Sentir-se atravessado, inválido ou que está se metendo na relação entre mãe e enteada		
Dificuldade em ter controle sobre o comportamento transgressor do filho	Visão do(a) filho(a) e do relacionamento estabelecido sob a ótica parental	
Bater na filha porque ela se mostrava desobediente		
Valorização das filhas e desvalorização do filho		
Colocar o(a) filho(a) como prioridade		
Fazer o possível para proporcionar uma vida melhor aos filhos		
Atribuição de aspectos negativos na relação com o(a) filho(a)		
Expectativas positivas em relação ao filho(a)		
Sobre o amor em relação aos filhos		
Expectativas negativas em relação ao filho(a)	Famílias reconstituídas	
Atribuição de aspectos positivos na relação com o(a) filho(a)		
Aceitação e bom relacionamento com filhos que são frutos de outras uniões	História de vida e significados da maternidade/paternidade	Descortinando o universo parental
Vontade de participar da criação da enteada		
Não se lembrar da data de aniversário do(a) filho(a)		
Uso de drogas durante a gravidez		
Referência a ter filhos de modo não planejado/pensado		
Criar uma filha sozinha		
Separação do ex-marido		
Trabalho como fator de dificuldade para acompanhar o filho		
Sentimentos em relação a ser pai		
Referência as suas próprias coisas no diminutivo		
Influência da diferença entre gerações na criação dos filhos		
Concepção de ser lutador ou guerreiro para conquistar coisas boas na vida		
Consideração da mãe de que o marido/ex-marido foi um bom pai	Importância da família na criação dos filhos	
História de vida marcada por agressão e abandono		
Importância da união da família como base para o sujeito		
Importância da avó para a criação da filha	Local de moradia como fator de influência para o envolvimento do filho com atos infracionais	
Ideia de que o casal deve participar junto na criação de um filho		
Dificuldade de criar o filho em uma vila	Desamparo frente a agentes protetivos	Espaços sociais e institucionais: fatores de incremento ao desamparo parental
Moradia como lugar no qual começou o envolvimento do(a) filho(a) com a Justiça		
Dificuldade em compreender a linguagem jurídica na audiência		
Descontentamento com os trâmites da audiência e com a sentença		
Procurar ajuda de Instituições (Polícia, Conselho Tutelar) e não conseguir		

A primeira categoria final foi nomeada *A partir da ótica parental: Uma leitura dos impasses à implicação no cuidado* e derivou das categorias iniciais e intermediárias conforme o quadro abaixo:

Quadro 2. Dados referentes à Categoria Final 1

Atribuição do ato infracional do(a) filho(a) às amizades	Atribuição de causas externas ao ato infracional	A partir da ótica parental: uma leitura dos impasses à implicação no cuidado
Atribuição do ato infracional do(a) filho(a) ao uso de drogas		
Atribuição da sentença imputada a(o) filha(o) ao preconceito		
Atribuição do ato infracional da filha à influência do namorado		
Influência do uso de medicamento no comportamento da filha		
Atribuição do ato infracional ao acaso		
Internação na FASE como viabilizador de reflexão	Atribuição à instituição (FASE) de um poder “mágico” de transformação	
Internação na FASE como viabilizador de aprendizagem		
Internação na FASE como uma “lição”		
Expectativa e desejo que a FASE irá mudar a cabeça do filho		
Internação na FASE como um aspecto bom para o filho e família		
Mudança de comportamento após internação na FASE		
Concordância no cumprimento da medida de internação na FASE	Regras e limites devem ser dados por agentes externos	
Quartel como lugar de aprendizado		
Internação na FASE como viabilizador de limites e regras	Tentativa de minimizar as dimensões do ato infracional e negar os possíveis problemas do(a) filho(a)	
Tentativa de amenizar o ato infracional do filho(a)		
Visão parental do(a) filho(a) como uma criança boa		
Adolescência como justificativa para o ato infracional do(a) filho(a)		
Negar que o filho cometeu o ato infracional	Efeitos nas figuras parentais frente ao ato infracional e suas consequências	
Reação ao saber que o(a) filho(a) estava na FASE		
Induta dos pais ao perceber que o(a) filho(as) estava se envolvendo com atos infracionais		
Sentimentos em relação ao envolvimento do(a) filho(a) com a Justiça		
Medo dos efeitos da internação na FASE		
Desejo que o(a) filho(a) não tenha mais internações na FASE		
Medo de a filha ser internada na FASE		
Sentir falta do filho devido a sua internação na FASE		
Sofrimento com envolvimento da filha com o namorado infrator	Divergências de opinião sobre o impacto das experiências familiares do(a) filho(a) em seu envolvimento com atos infracionais	
Afirmção de que o envolvimento do filho com a Justiça não tem relação com algum problema na infância		
Não atribuição do ato infracional a questões na educação do(a) filho(a)		
Afirmção de que não faltava nada ao filho(a) e de que não tinha necessidade de cometer o ato infracional		
Perda do pai para a origem do ato		
Influência do comportamento “estourado” da família para a origem do ato		
Separação do casal como influência para o ato		
Influência da criação dos pais no comportamento do(a) filho(a)		
Erros na criação do(a) filho(a) como fator de influência em seu envolvimento com atos infracionais		
Questionamentos sobre possíveis erros na criação do(a) filho(a)		

A primeira categoria final, denominada *A partir da ótica parental: Uma leitura dos impasses à implicação no cuidado*, aborda os diversos aspectos presentes na maneira pela qual as figuras parentais interpretam o ato infracional cometido pelo(a) filho(a). A denominação de funções parentais, segundo a Psicanálise, enfatiza aspectos referentes ao exercício simbólico destas funções, ou seja, trata-se de uma perspectiva que difere da visão comumente empregada, a qual tende a definir a partir de atributos apenas culturais e biológicos as modalidades de ser mãe ou ser pai (Vieira, 2011). Nesse sentido, no entendimento advindo do senso comum, as figuras parentais se estabelecem a partir do sexo biológico daqueles que a exercem. Logo, segundo Vieira (2011), os papéis usualmente atribuídos pela cultura às figuras parentais aludem à mãe como aquela que dá à luz e o pai como o parceiro da mãe e aquele que a fecundou. A Psicanálise, de acordo com o autor, faz uma importante distinção em relação a estas concepções advindas do *Imaginário Sociocultural*, propondo uma compreensão que se utiliza de singulares pressupostos que dão conta de uma especificidade que amplia aquela concepção própria ao senso comum.

Neste processo de ampliação são abarcadas as condições estruturais e psíquicas necessárias à constituição do sujeito. Assim, a Psicanálise propõe uma compreensão que amplia os papéis atribuídos ao pai e à mãe (Vieira, 2011). Ao enfatizar as condições simbólicas implicadas no exercício parental, para a Psicanálise, tanto a função materna como a função paterna poderão ser efetuadas por outras pessoas que não necessariamente pai e mãe biológicos. Destaca-se, segundo Silva (2011), que os aspectos biológicos presentes na definição da parentalidade se mostram insuficientes para vislumbrar os significados concernentes a ser pai e ser mãe. Também nessa direção, a autora afirma que estão em jogo na definição da parentalidade, de acordo com os aportes psicanalíticos, aspectos que vão além de uma visão genética, contemplando relações de trocas entre as pessoas que exercem funções parentais e seu

filho. Silva (2011) sustenta que a parentalidade alude, no que concerne à constituição do sujeito, muito mais ao simbólico do que a determinações biológicas.

As funções parentais, a partir das ideias propostas por Borges (2005), possuem uma série de atributos que podem ser exercidos por adultos que não são necessariamente pai e mãe biológicos. Para a Psicanálise, o exercício das funções parentais implica demandas de sentimentos, atitudes, e relaciona-se ao desejo dos pais pelo filho. As funções materna e paterna, para Borges (2005), se organizam a partir de um *interjogo* no qual estão envolvidos fatores conscientes e inconscientes, extrapolando a oferta de cuidados físicos e educação.

Salienta-se que, nas entrevistas realizadas com os participantes deste estudo, a fala dos pais foi marcada pela atribuição a agentes e fatores externos as possíveis “causas”, bem como as “soluções” referentes aos comportamentos transgressores de seus filhos. Com efeito, pode-se considerar que essa atribuição alude a uma importante dificuldade percebida nas figuras parentais no sentido de se implicarem em uma relação de cuidado com seu filho, conforme aportes da Psicanálise. Nessa perspectiva, surgem nas falas dos entrevistados Maria, Helena e José referências às amizades de seus filhos como causa do envolvimento destes com a Justiça:

Eu, pra mim, foi as más companhias que ele arrumou na rua, porque ele não era assim, ele não fazia essas coisas. (Maria)

Às vezes, é as más companhias, que nem disse o pai dele: “é bom pra dar um susto nele”, porque assim, agora, ele vai ouvir eu e o pai dele. Amigos dele somos eu e o pai dele e mais ninguém. (Helena)

Graças a Deus, até agora não incomodaram. É... tem as más companhias que tu sabe, né, a gente sempre deu força pra ele, mesmo assim, andando errado é raro o Douglas e coisa e tal... mas sempre, sempre, sempre dando conselho pro Douglas: “Meu filho...”. Tem dia que ele nem, nem olhava pra nós: “Mas aonde é que tu vai, Douglas?”, tudo dentro de casa, né. Eu não sei, isso aí é amizade, né, é amizade, amizade. (José)

As falas desses três participantes permitem considerar que os pais atribuem às amizades relevante papel no envolvimento do filho com atos infracionais. Tais falas se repetem ao longo das entrevistas com esses participantes e ocupam um lugar de destaque nas mesmas. Chama a atenção, contudo, que na fala dos entrevistados dificilmente se consegue identificar uma forma de pensamento reflexivo ou questionador sobre possíveis motivos que levaram o filho a estabelecer amizades consideradas como “negativas” pelos próprios pais. Nessa mesma linha, outro tema que se destaca é o envolvimento do filho(a) com drogas sendo apontado pelos pais como fator que deu origem aos comportamentos transgressivos. Sobre essa temática, os participantes se manifestam:

Pra mim, foi as drogas que levou ele nisso, sabe? Decerto não tinha dinheiro e foi pegar para os outros. Os tal de amigos dele aí que foram fazer isso aí com a cabeça cheia de droga, só pode, porque o meu guri, ele, quando ele não tá nessas drogas, ele tá, tava cheirando cola, até, assim, também, bah, tava cheirando, certo. Chegava em casa e o guri tava, assim, drogado de cola. Eu, ah, me sentia mal, sabe? Sabe o que é a mãe se sentir mal com o filho assim? Eu dizia pra ele: “um dia vamos se tratar, vamos tirar essa porcaria do teu corpo”, ele não queria. (Maria)

Aí de repente, de uns oito meses pra cá ela se desligou de tudo. Acho que talvez, não sei se ela tava usando drogas, alguma coisa assim, não sei. Ela mudou, mudou bastante.

(Cláudio)

Percebe-se que em ambas as situações ocorre a tentativa por parte das pessoas que exercem funções parentais de atribuir a origem da situação de conflito com a lei dos filhos a causas externas. Trata-se de um cenário no qual, mais do que atribuir a causas externas a situação vivida pelo filho, evidencia-se um contexto no qual os pais parecem se eximir da possibilidade de pensar em profundidade sobre a situação na qual seus filhos se encontram e, principalmente, abordar as possíveis falhas no exercício de suas funções. A partir de suas falas, é possível depreender que o ato infracional e os efeitos decorrentes deste são atribuídos prioritariamente ao uso de droga ou às amizades consideradas como más companhias. Ressalta-se, a partir das falas dos entrevistados, a repetição de um panorama no qual as figuras parentais parecem não se incluir no questionamento das possíveis causas que promoveram a situação de conflito com a lei na vida de seus filhos adolescentes.

A partir da repetição destas atribuições externas dos pais àquilo que ocasionou os atos infracionais dos adolescentes, é pertinente abordar o conceito psicanalítico de projeção. Freud (1895/1996) descreve a projeção como uma operação na qual o Eu rechaça uma ideia que considera como insuportável. Dessa forma, a projeção é considerada uma defesa do Eu contra conteúdos que não tolera, e, assim, busca ou atribui explicações no exógeno para a origem de tais conteúdos (Freud, 1895/1996). Com efeito, ao referirem os entrevistados que tanto amizades como drogas conduziram os filhos à criminalidade, pode-se inferir, a partir do material obtido nas entrevistas, que há uma leitura parental que exime os fatores próprios à participação do(a)

filho(a) nessas situações, bem como os deixa à margem de qualquer implicação no processo ocorrido.

A partir disso, pode-se pensar que buscar no exterior a origem da situação vivenciada pelos filhos seria uma tentativa desses pais de não entrarem em contato com possíveis falhas em suas funções. É pertinente destacar que tal conjectura pode ser observada em outras falas dos entrevistados as quais atribuem, por exemplo, a sentença judicial imputada ao filho à ocorrência de preconceito racial. Referem os participantes:

E agora, se tu olhar na janela e ver um branco e um preto, quem é que é o ladrão pra ti? É o preto. É o preto, é ou não é? Realmente, é. No Brasil, com a lei brasileira, é isso aí. É, não adianta. (Mário)

Eu não sei se ele fez, ele disse pra mim que tava junto, pra mim e pro pai dele, mas é que nem eu digo, eu não gostei assim, a primeira vez. Às vezes, o juiz deixa de dar uma oportunidade pra um adolescente, pro adolescente se defender, né, não, não deixa... Eu fiquei muito magoada pelo meu filho. Às vezes eu já acho que já é discriminação, porque é preto. (Helena)

No que tange ainda à leitura parental sobre o ato infracional do(a) filho(a), outra questão presente na fala dos entrevistados diz respeito a atribuir ao simples acaso a ocorrência do comportamento transgressivo. Na verbalização de Cláudio, o acaso é atribuído ao fato de a filha se relacionar com um namorado que já tinha cometido crimes. Trata-se, em ambos os casos, de uma leitura sobre o ato transgressivo que o associa a agentes externos:

Ele tava na hora errada e, na hora errada e lugar errado. (Mário)

Pra mim o que aconteceu foi uma fatalidade ela se envolver com esse cara e acontecer o que aconteceu. (Cláudio)

Nota-se, também, que nessas referências dos participantes há presença de uma espécie de pensamento mágico, como se o “destino” fosse responsável pela situação vivida pelo filho. Nesse sentido, Freud (1937/1996) assevera que em algumas situações nas quais perceber a realidade ocasionaria desprazer ao sujeito, o Eu lança mão de mecanismos defensivos no intuito de falsificar a percepção da realidade e afastar aquilo que considera como perigoso. Ao falsear a realidade, o Eu é alterado e se estabelece um estado de infantilismo e de alienação cada vez maiores em relação ao mundo externo (Freud, 1937/1996). A partir da análise do material obtido nas entrevistas, pode-se levantar a hipótese de que, nestas situações que envolvem o comportamento transgressivo dos filhos, os entrevistados parecem se defender contra percepções reais de falhas e de conteúdos que lhes são desagradáveis a partir do recurso a um funcionamento que se utiliza de mecanismos defensivos como a projeção. O recurso a essa modalidade defensiva, bem como a presença de um pensamento mágico que desconsidera ou minimiza a gravidade da situação permitem considerar, na análise do material obtido junto aos participantes, a fragilidade destes adultos no que se refere às de condições implicadas no exercício das funções parentais.

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que, quando questionadas sobre os efeitos das Medidas Socioeducativas imputadas aos filhos, as figuras parentais atribuem a tais medidas um poder transformador. É possível, assim, identificar, na fala da maioria dos participantes, a ideia

de que a FASE seria um local que viabilizaria a reflexão, o aprendizado e a possibilidade de obtenção de limites e regras por parte do adolescente. Os entrevistados exemplificam:

Tem que entender que é bom pra ele e é bom pra nós, né. É mais importante pra ele do que pra nós, porque se ele sair de cabeça erguida, coisa e tal, bah, vai ser bem melhor pra nós. Claro que ele não tá ali pra dar, pra poder trabalhar, a trapalhada ele fez, isso aí é... Mas ele tem que entender que ele vai sair com outra cabeça de lá, que se ele sair de lá, apoio total. (José)

Mas eu acho que, sei lá agora, acho que essa internação foi a melhor coisa. Agora eu acho que ela vai refletir o que tava fazendo de errado, vai dar uma melhorada, vai sair com outra cabeça. (Cláudio)

Eu sei que ele não vai voltar mais. Não, não tem por quê. Ele vai erguer a cabeça dele. Isso aí só uma liçãozinha pra ele. Eu e o pai dele conversamos, é bom pra ele, dar um “sacudão” na vida dele. (Helena)

Cabe salientar que a instituição FASE parece se constituir, na ótica dessas figuras parentais, como detentora de um poder “mágico” de transformação. Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996) aborda a questão do animismo, da magia e da onipotência de pensamentos, conceitos que podem auxiliar na compreensão do panorama que se apresenta nas falas que deram origem a esta categoria final. O animismo, para Freud (1913/1996), é compreendido como um sistema de pensamento característico de povos primitivos, e também presente em crianças. Nessa modalidade de pensar, segundo Freud (1913/1996), há uma supervalorização do pensamento e

uma crença irrestrita do poder de seus desejos, logo, no pensamento animista, aquilo que o sujeito deseja passa a ser sinônimo do que irá acontecer. A partir disso, caracteriza-se a onipotência de pensamento.

É necessário enfatizar que se explicita no discurso dos entrevistados a concepção de ser a FASE uma solução rápida e radical para as situações adversas dos filhos. Pode-se, portanto, considerar a hipótese do predomínio de um pensamento mágico e infantilizado, que denota a fragilidade psíquica destes adultos, impedindo-os de lançar um olhar interrogativo tanto para si mesmos, como para a origem e as consequências do ato transgressivo dos filhos. Assinala-se, entretanto, que o raciocínio desenvolvido a respeito da expectativa parental de resolução de problemas atribuída à FASE não tem como objetivo desconsiderar o fato de que se possam efetivar mudanças em jovens a partir de uma experiência de internação em uma instituição comprometida com ações de cuidado com a infância e a adolescência. O modo, porém, como esse tema foi enunciado pelos entrevistados, parece indicar uma certeza ilusória e mágica de resolução dos problemas do filho, os quais seriam solucionados por meio apenas da internação durante quarenta e cinco dias na instituição. A expectativa de Cláudio e José de que seus filhos saiam da FASE após este período de internação “com outra cabeça” explicita esta certeza.

Sobre *o pensamento mágico*, Lindenmeyer e Ceccarelli (2012) sustentam que este se refere à crença na qual determinados pensamentos levariam à realização de desejos e, ainda, à prevenção de situações desagradáveis. De acordo com os autores, a predominância desse tipo de pensamento nos adultos denota sinais de imaturidade e de tentativas de explicar e modificar a realidade, mediante a fuga de ansiedades e conflitos oriundos tanto do mundo externo como do mundo interno.

Nesse sentido, a entrevistada Márcia considera a internação da filha na FASE como algo positivo, porque nela a filha se confrontará com regras. Assim, também nesta atribuição de resolução dos problemas de sua filha a uma instituição, Márcia parece evitar se deparar com prováveis falhas no exercício de função materna. A participante refere:

Foi isso que ela quis, ela quis a tal de liberdade sem, como é que eu posso te dizer, uma liberdade sem futuro, totalmente sem futuro, sem regra. Tudo, igual como eu te falei, tu tem que ter regra, lá não tem regra? Lá onde ela tá [FASE], tem regra. (Márcia)

Nessa direção, Helena também refere a esperança do alistamento militar e das vivências em um quartel como importantes fontes promotoras de aprendizagem na vida do filho:

Ele era pra se alistar agora, essa semana que passou, semana passada, agora vai se alistar quando sair [da FASE]. Quando ele sair é capaz que vá pro quartel, porque o quartel vai ensinar pra ele o que que é ser homem. (Helena)

Tendo em vista o exposto, configura-se um cenário no qual o ato infracional do filho e suas consequências são compreendidos pelos entrevistados como originados em agentes externos, como as amizades, o uso de drogas, o preconceito racial, ou simplesmente o acaso. No que concerne a possíveis “soluções” para a situação do filho, as saídas são igualmente identificadas no mundo externo, como, por exemplo, a internação na FASE e o alistamento militar/ida para o quartel.

Sabe-se que as figuras parentais desempenham papel fundamental na constituição psíquica de um sujeito. A qualidade dos primeiros encontros que se dá entre as pessoas que exercem funções parentais e o bebê será marcante no modo como irá constituir-se. Destaca

Bleichmar (2005), nesse sentido, que, em um primeiro tempo de vida do bebê, o *outro humano* é encarregado de cuidados precoces que vão além de necessidades biológicas. O *outro* não é apenas um suporte, mas “produtor da constituição psíquica” (Bleichmar, 2005, p.115). Cabe aos adultos, assim, não somente em um tempo precoce da constituição psíquica da criança, se responsabilizar por seus cuidados (Bleichmar, 2012).

Ao abordar sobre as peculiaridades do cuidado e do trabalho feito por pessoas que exercem funções de cuidadores – pais, médicos, enfermeiros, psicanalistas – Figueiredo (2007) propõe que aquele que cuida deve desempenhar sua função por meio de uma *presença implicada*. Dessa forma, o cuidador ao se implicar no que faz, acolhe, reconhece e interpela, é comprometido e atuante. Cabe destacar que, para Figueiredo (2007), “cuidar é, basicamente, ser capaz de prestar atenção e reconhecer o objeto dos cuidados no que ele tem de próprio e singular” (p.18). Tendo em vista as contribuições teóricas (Bleichmar, 2005; 2012; Figueiredo 2007) que enfatizam a importância do cuidado e do outro na constituição psíquica, bem como as verbalizações das figuras parentais, cabe inferir que não há por parte desses pais uma efetiva implicação no cuidado de seus filhos, uma vez que se observa precariedade em refletir sobre a situação do filho, seu comportamento e seu envolvimento com atos infracionais. Tal compreensão pode ser observada, também, nas falas dos participantes Sílvia, José e Mário, no que se refere à tentativa de minimizar ou negar as dimensões do ato infracional imputado aos filhos:

Ela é uma adolescente normal. Ela é explosiva quando... é a mesma coisa. Se eu vou te perturbar, te incomodar, é óbvio que vai chegar uma hora que tu vai explodir. Não, a Vanessa é uma pessoa super, até tranquila demais, nesse sentido. Agora, se tu for... né, perturbar ela, claro que ela vai ser explosiva, né. (Sílvia)

Ah, ele ficou um tempinho ali [FASE], eu acho que ele não ficou vinte dias, não, não chegou, só deram um sustinho pra ver se ele ia melhorar, entendeu? (José)

Acho que não, porque eu, com certeza, ele não faria isso. Com certeza, pelo o que eu conheço o meu filho, ele não faria. (Mário)

A situação da filha de Sílvia se refere à condenação por agressão e à consequente pena de prestação de serviço à comunidade. É pertinente destacar que este caso se difere dos outros três adolescentes que foram condenados à internação provisória na FASE. Algumas peculiaridades, assim, observadas nas entrevistas com os pais de filhos que tiveram a internação sentenciada, não são verificadas nas falas de Sílvia. O que se observa, mesmo com essa distinção, são falas que se aproximam a tentativas de diminuir as dimensões implicadas no ato cometido pelos filhos, surgindo tentativas de justificá-lo ou mesmo de negá-lo. Conforme Laplanche e Pontalis (2004) o conceito de negação possui, na obra freudiana, definições terminológicas distintas, mas uma compreensão do termo assinala a negação como uma “recusa da percepção de um fato que se impõe no mundo exterior” (p. 293). Tendo em vista essas observações, cabe inferir que há por parte dessas figuras parentais, nas situações vivenciadas com o filho em decorrência do ato transgressivo, uma negação de seus reais problemas e da amplitude que isso pode ter em suas vidas. Nesta negação por parte das figuras parentais das dimensões do ato transgressivo do filho e nas tentativas de minimizá-lo, destaca-se a menção à etapa da adolescência como justificativa ao ato cometido.

Mas ele é um guri muito bom, estuda, tudo certo. Só foi isso. Da juventude, né. Dificilmente, chega nessa idade aí, é difícil querer controlar, não é fácil. (Mário)

A questão da adolescência... eu acho que no momento que ela ficar com uns dezessete, dezoito, que a pessoa começa a amadurecer, começa a ver o mundo diferente, né. (Pedro)

É, mas ele é gurizão, né, não dá nada, sabe aquela história de que sempre nunca dá nada. (José)

Refletir sobre a complexidade do ato infracional na adolescência é levar também em consideração uma série de peculiaridades contempladas nesse tempo de vida. A adolescência compreende um período no qual ocorrem profundas mudanças, tanto na esfera biológica quanto no campo do psíquico. Trata-se de uma etapa de transição entre a infância e a adultez, na qual acontece a emergência de demandas pulsionais (Savietto & Cardoso, 2006), bem como pode se fazer presente a fragilidade dos recursos egoicos. A adolescência caracteriza-se assim, por um período por si só turbulento, onde ocorrerem transformações corporais e a reorganização do Eu e de suas identificações. Assim, faz-se necessário, frente a essas demandas, um trabalho do psiquismo na busca de significar essas experiências (Macedo, Dockhorn & Iensen, 2010). Nessa perspectiva, a partir da compreensão de que as falas das figuras parentais referem-se à adolescência como forma de justificar ou diminuir as dimensões do ato infracional cometido pelos filhos, é necessário levar em consideração as vicissitudes que fazem parte do processo adolecer. O que se deve considerar, entretanto, é a necessidade de demarcar a diferença de atos e intensidades psíquicas que podem fazer parte do trajeto adolescente e aquilo que diz respeito a

“intensidades que podem levar ao fracasso dos recursos psíquicos de enfrentamento” (Macedo et al., 2010, p. 91).

Nessa perspectiva, pode-se depreender que a adolescência e suas características intrínsecas se configuram, para as figuras parentais, como mais uma forma de conferir a fatores extrínsecos a situação de conflito com a lei vivenciada pelos filhos. Ao considerar as dificuldades parentais de se implicarem em uma relação de cuidado ao outro bem como a leitura simplista feita por estes ao atribuírem a causas externas o ato infracional, pode-se constatar a implicação do narcisismo parental como um fator que promove falhas no exercício de suas funções.

Em seu texto *Sobre o Narcisismo: Uma introdução*, Freud (1914/1996) afirma que na relação afetuosa que se dá entre os pais e o bebê há a revivência e a atualização de aspectos do próprio narcisismo dos pais. Nesse sentido, estes buscam encobrir os defeitos de seus filhos, considerando-os imbuídos de todas as perfeições existentes, e, como bem destaca Freud (1914/1996), “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocadamente revela sua natureza anterior” (p.98). Cabe ressaltar que na constituição do Eu os cuidados dispensados pelo outro, a representação, o desejo e as condições de investimentos afetivos por parte das figuras parentais têm efeitos fundamentais na constituição de um sujeito psíquico. Moraes e Macedo (2011) sustentam que, ao desenvolver o conceito de narcisismo, Freud mostra a importância das identificações na construção do si mesmo. Com isso, as autoras ressaltam a referência no tema do narcisismo à importância da qualidade das relações que se dão entre o Eu e os objetos, principalmente, aquelas ocorridas nos primeiros tempos de vida.

Tendo em vista o exposto, pode-se empreender uma leitura de que, ao não se depararem com as reais condições de seus filhos e da situação vivenciada por estes, as figuras parentais não entrariam em contato, assim, com falhas em suas funções. Com isso, os pais se protegem de constatar feridas em seu próprio narcisismo, evitando se defrontar com sentimentos de fracasso e insuficiência. Podem-se identificar na fala de alguns participantes, entretanto, questionamentos e ponderações que podem denotar uma tentativa de realizar uma reflexão mais aprofundada quanto à situação transgressiva dos filhos. Referem os participantes:

Eu não sei se isso aí, de repente, não tenha alguma coisa a ver com a perda do pai dela, não sei dizer agora, ou também pela família, né, que a família é assim, eles têm aquele jeito estourado, de achar que eles tão certo, eu acho que é isso, sabe? (Pedro)

O que eu errei pra ele ter essa vida? Eu queria saber de mim, às vezes, eu fico pensando: o que que eu fiz pra meu filho dar nisso?, mas eu não descobri ainda. (Maria)

Me senti uma péssima mãe, me senti. Eu disse: Poxa vida, será que eu não ensinei a minha filha? (Sílvia)

Nota-se, a partir das falas de Pedro, Maria e Sílvia, estas tentativas de buscar analisar a situação dos filhos não atribuindo o ato infracional dos filhos unicamente a agentes externos, mas, sim, apontando outros fatores nas hipóteses formuladas a respeito do que poderia estar acontecendo. No que concerne a essas falas, nas quais pode-se inferir uma implicação maior das figuras parentais, cabe ressaltar que isso se apresentou de forma escassa ao longo das entrevistas. Nesse sentido, destaca-se, que houve uma leitura divergente das figuras parentais acerca dos

efeitos das experiências familiares e no envolvimento dos filhos em situações de conflito com a lei. Se por um lado se percebeu de forma escassa a menção por parte dos pais a aspectos relacionados a questionamentos e tentativas de maior reflexão sobre os filhos, por outro lado foram mais frequentes nas entrevistas falas que remetiam a uma compreensão superficial do ocorrido, buscando em causas externas, soluções mágicas e projetivas a leitura do ato infracional ocorrido.

Ao abordar os efeitos nas figuras parentais do ato cometido pelos filhos, percebem-se reações ou sentimentos dos pais que evidenciam certo sofrimento em relação à situação vivida.

Eu trabalhei dentro de uma instituição assim, já pensou se... juro por Deus que eu achei que minha filha fosse ser levada. (Sílvia)

Dá até uma tristeza de falar, entendeu? Porque, pô, não é fácil. Tu tá com a tua família ali, e está vendo o teu gurizinho guardado lá, fazer o quê? (José)

Tudo que eu tô passando com a Amanda, eu queria achar bastante força pra poder superar, porque tá muito difícil, sabe? Muito difícil, queria ela perto de mim. (Márcia)

Efetivamente há na fala dos participantes alguns questionamentos sobre possíveis falhas no exercício de suas funções, bem como a mobilização de sentimentos como tristeza, medo, decepção. Predominam, entretanto, falas que não aludem ou buscam conexões da história de suas vidas com o vivido pelos filhos, referências a experiências infantis dos filhos que os ajudem a compreender o ocorrido, ou narrativas que aludem a maiores implicações destes pais em uma relação de cuidado e de investimento afetivo em seus filhos.

Nesta categoria foi possível observar, por meio do material obtido nas entrevistas, falas das figuras parentais que demonstravam as formas com que estes enfrentavam uma situação de dor. Nesse sentido, destaca-se a atribuição do envolvimento dos filhos com atos infracionais a agentes externos (amizades, drogas, preconceito, acaso). Também surge a concepção de ser a Medida Socioeducativa de internação na FASE uma solução rápida e, portanto, mágica para os problemas vivenciados pelos filhos. É importante frisar que tais ideias correspondem a uma leitura que não tem, em suas hipóteses, a proposta de empreender um julgamento ou crítica moral em relação às figuras parentais, mas, sim, demonstrar a fragilidade de recursos psíquicos desses pais no que se refere ao cuidado consigo e com o outro, mais especificamente denunciando as frágeis condições de enfrentamento parental da situação transgressora dos filhos.

Diante do exposto, estrutura-se a segunda categoria final, chamada *Nuances singulares das configurações e das relações familiares*, que derivou das categorias iniciais e intermediárias, conforme o quadro a seguir. Essa categoria possibilitou ampliar a compreensão a respeito do exercício das funções parentais no cenário da adolescência em conflito com a lei. Tal categoria aborda questões referentes às modalidades de relações entre as figuras parentais e os filhos a partir de uma perspectiva que aborda aspectos como a questão da sustentação de um lugar de autoridade e assimetria, e a temática dos investimentos narcísicos por parte dos pais. Assim, ressalta-se a importância de efetuar uma leitura não moralista e acusatória sobre a fragilidade parental.

Quadro 3. Dados referentes à Categoria Final 2

Mudança do(a) filho(a) percebida como algo repentino	O não saber da vida do(a) filho(a)	Nuances singulares das configurações e relações familiares no contexto da adolescência em conflito com a lei
Desconhecimento do que se passa na cabeça do(a) filho(a)		
Desconhecimento das amizades do filho		
Incerteza quanto ao uso de drogas pela filha		
Mimo como origem do ato	Ato infracional do(a) filho(a) como expressão de falhas na autoridade parental e no reconhecimento da assimetria	
Impossibilidades de dizer não a solicitações da filha		
Filha assumindo um lugar de poder em relação à mãe		
Importância atribuída pelos filhos a artigos de consumo		
Ideia de que não se deve proteger demais o(a) filho(a)		
Justificativa para o comportamento explosivo da filha		
Concepção de que não há efeito conversar com o filho/enteada		
Falecimento do pai como sinônimo de não ter uma figura paterna		
Concepção do padrasto de que, para a enteada, não há conseqüências em seus próprios atos		
Concepção de que os pais são amigos dos filhos		
Dificuldades no relacionamento com o filho da companheira, fruto de outra relação		
Não interferir em problemas para não causar atrito		
Sentir-se “atravessado”, “inválido” ou que está se “metendo” na relação entre mãe e enteada		
Dificuldade em ter controle sobre o comportamento transgressor do filho		
Bater na filha porque ela se mostrava desobediente	Visão do(a) filho(a) e do relacionamento estabelecido sob a óptica parental	
Valorização das filhas e desvalorização do filho		
Colocar o(a) filho(a) como prioridade		
Fazer o possível para proporcionar uma vida melhor aos filhos		
Atribuição de aspectos negativos na relação com o(a) filho(a)		
Expectativas positivas em relação ao filho(a)		
Sobre o amor em relação aos filhos		
Expectativas negativas em relação ao filho(a)		
Atribuição de aspectos positivos na relação com o(a) filho(a)		
Aceitação e bom relacionamento com filhos que são frutos de outras uniões	Famílias reconstituídas	
Vontade de participar da criação da enteada		

As configurações familiares e as relações tecidas entre figuras parentais e seus filhos no contexto da adolescência em conflito com a lei são temáticas pertinentes a esta categoria final. Ao abordar as características da família na contemporaneidade, Roudinesco (2003) coloca em pauta o fato de que as transformações da família ocorridas nas últimas décadas, advindas da emergência/predominância de certos aspectos culturais, produziram importantes efeitos nas relações intrafamiliares. Nessa perspectiva, a psicanalista francesa, afirma que após a Segunda

Grande Guerra se estabeleceram as técnicas para o controle e regulação da fecundação, e com isso um maior planejamento familiar passou a ocorrer. A partir de então, foi possível que as mulheres pleiteassem direitos e poderes que asseguravam uma diminuição da dominação masculina no cenário familiar e social. Ressalta a autora que, aproximadamente a partir da década de 60, as separações, os divórcios e as reconstituições conjugais se tornaram mais frequentes e o pai passou a dividir com a mãe as responsabilidades sobre os filhos. Assim, os poderes patriarcais, nessa nova forma de organização da família, ficaram extremamente reduzidos. Os efeitos dessas transformações na dinâmica social e familiar, segundo Roudinesco (2003), podem ser vistos no “declínio da função paterna em favor de uma autoridade parental dividida” (p. 102) e na *transmissão da autoridade*, que se torna uma questão cada vez mais problemática.

Nesse panorama, Mayer (2001) sustenta que na atualidade há uma perda de coesão e comunicação entre os membros do *núcleo familiar*. Para o autor, vivem-se tempos nos quais os laços afetivos entre os membros da família estão mais inconsistentes, bem como há um enfraquecimento da força da autoridade parental. Tais aspectos estão contidos nas falas dos participantes ao referirem que:

Às vezes tem muita coisa que a gente faz que não vê, porque às vezes que a gente tá conversando e ela pega e se atravessa: “não, não, tá errado, tá errado, não é assim”. Daí, até a gente conseguir mostrar pra ela que tá certo o que a gente tá falando... [...] então a gente faz de conta que parece que não aconteceu. (Pedro)

Dezesseis, dezessete, dezoito anos, e ele queria até pular em mim. De dezessete anos o pai intimando o filho na Polícia, isso eu fiz. Ele queria agredir as crianças, as meninas.

Não minhas meninas, nem minha esposa. Não, não, não! Deixaram ele pular em mim, mas não brigar de soco e coisa e tal... tu sabe que na hora, na hora do, como ele falam, na hora da droga não segura ninguém. (José)

Por meio dos relatos dos entrevistados, é possível perceber a dificuldade desses pais de sustentarem um lugar de autoridade na relação com seus filhos. Seja na fala de desistência de Pedro frente à insistência da opinião da enteada, ou na fala de José ao necessitar reivindicar sua autoridade frente ao filho na Polícia, constata-se a presença das fragilidades parentais quanto à apresentação de limites. Nesse sentido, salienta Mayer (2001) a fundamental importância do respeito à autoridade proveniente do ambiente familiar e da representação firme e clara de limites no sentido de conter e amparar adolescentes no processo de desenvolvimento de suas identidades. Observa-se, segundo o autor, que as incertezas e as instabilidades que podem permear o *grupo familiar*, bem como a “perda da nitidez de contornos dos papéis (pai, mãe, filho, homem, mulher, criança) são fatores perturbadores para seus membros, mas, sobretudo, o são para o desenvolvimento emocional infantil” (Mayer, 2001, p. 88).

Ao refletir acerca do prolongamento da adolescência na contemporaneidade e do estatuto assumido por este tempo de vida como ideal da cultura nos dias de hoje, Savietto (2012) propõe que o efeito dessas marcas culturais é a emergência de um fenômeno no qual as figuras parentais parecem adotar um estilo de vida adolescente. Com isso, afirma a autora, há uma fragilização da autoridade simbólica, ou seja, uma fragilidade dos pais para sustentarem um lugar que designa uma função essencial para a estruturação do psiquismo de um sujeito. Savietto (2012) ressalta a necessidade da demarcação da diferença de lugares e de gerações na família, a fim de assinalar a existência de uma assimetria na qual pais e filhos não podem ser vistos como iguais. Nesse

sentido, é possível identificar, nas entrevistas com os participantes, falas que remetem à questão de falhas no reconhecimento dessa assimetria:

Antigamente não se tinha tanta liberdade pra falar com mãe, né? E eu sempre digo pra ela: Apesar de ser a tua mãe, antes disso eu sou tua amiga. Então, vem te abre, sabe? Tento sempre conversar com ela pra não intimidar. Para deixar ela liberada, para chegar pra mim e falar alguma coisa, né? (Sílvia)

Sabe, uma vez aconteceu um lance, que a mãe dela fez eu pedir desculpa, porque eu errei não sei o quê, eu tava sentado no computador daí errei não sei o quê, e aí a mãe dela pegou e me corrigiu. Daí a Vanessa, num canto, deu uma risada, daí perguntei: Por que tu deu risada? – “Não, porque eu gosto de ver ela te dando nos dedos”. Ela fala assim, né, o palavreado, “eu gosto de ver dar nos dedo”, mas eu disse: Eu acho que não tem nada a ver, né? Aí fiquei quieto na minha. (Pedro)

A partir das falas dos participantes Sílvia e Pedro, pode-se identificar uma modalidade de relação entre as figuras parentais e as filhas marcada pela simetria de lugares e pelo borramento quanto às diferenças entre as gerações. Com efeito, parece haver uma relação na qual há uma deturpação no entendimento destes adultos a respeito de importantes diferenças referentes ao exercício da liberdade e à prática do diálogo como elementos concernentes ao exercício de uma *autoridade simbólica* e uma definição de liberdade que deixa vazio o lugar do adulto e sua diferença. Nesse contexto, é fundamental sinalizar a distinção entre a necessária autoridade parental para a constituição de um sujeito psíquico e um exercício de poder próprio ao autoritarismo. As duas concepções não podem ser encaradas como sinônimos, pois se corre o

risco de uma interpretação errônea e perigosa na evocação nostálgica de outros tempos nos quais a liberdade de um sujeito era substancial e efetivamente restrita e censurada pelos contextos familiar e político. Ou seja, o risco reside na confusão entre liberdade e descuido pelo fato de que esta nostalgia parental a respeito de tempos nos quais talvez não lhes tenha sido possível usufruir de liberdade resulte em um impedimento de ocupar o lugar de adulto com uma condição de exercer o cuidado e reconhecer a diferença do tempo que toca a seus filhos.

Constata Birman (2008) que, nos tempos atuais, a *autoridade simbólica* das figuras parentais se fragilizou de maneira tal que os filhos passaram a olhar seus pais como “quase iguais e quase como parceiros na aventura inquieta da existência, produzindo com isso uma transformação radical na economia simbólica da família” (p.18). Nessa configuração, segundo o autor, parece haver a inexistência *de hierarquia simbólica e assimetria geracional* entre figuras parentais e seus filhos. Quanto a esse tema, Pedro refere:

Às vezes dá alguma situação que o casal tá brigando, mas isso é normal, conflito, mas, é, eu acho que a Sílvia assume muita coisa que a Vanessa faz, ela assume. Aí, então, eu acho que isso dá uma liderança ou alguma coisa assim para a Vanessa: “Ah, se eu fizer, não vai dar nada comigo”. (Pedro)

Identifica-se a partir dessa fala de Pedro uma relação que extrapola até mesmo a presença de relações simétricas. Apresenta-se uma inversão em relação às gerações, ou seja, Vanessa assume uma posição hierárquica superior em relação aos adultos, posicionando-se como detentora de poder em relação à mãe e ao padrasto e incólume frente a possíveis consequências de seus atos.

Conforme salientam Mograbi e Herzog (2006), a problemática da *autoridade simbólica*, para a Psicanálise, refere-se ao modo como a lei foi internalizada pelo sujeito. A questão da lei e de sua internalização se dá, segundo as autoras, por meio de um processo em que estão implicadas questões identificatórias, narcísicas e da construção de um ideal de Eu. Desse modo, esse complexo percurso se dá, segundo Mograbi e Herzog (2006), na medida em que os pais se apresentam como modelos identificatórios a seus filhos. Com efeito, isso corresponde à determinação de proibições e exigências, bem como ao investimento libidinal por parte das figuras parentais. Para as autoras, mediante a ameaça da perda do amor parental, os filhos renunciariam a satisfações pulsionais. Logo, a partir de um processo que ocorre pela internalização de regras provenientes da cultura, da influência dos pais (que também são representantes da cultura) e de investimentos amorosos, dar-se-á a construção de um ideal de Eu, que servirá como parâmetro ao sujeito em relação àquilo que deve ou não ser feito (Mograbi & Herzog, 2006).

Nota-se que, no processo de internalização da lei por parte do sujeito, se destaca a temática dos modelos identificatórios apresentados aos filhos tanto pelos pais como pela cultura. Hornstein (2008) afirma que a formação do Eu dar-se-ia a partir da soma de uma série de identificações, tendo como referência sua própria imagem, que por sua vez está relacionada com as imagens que os outros lhes oferecem. O processo de internalização de leis, portanto, também está relacionado com o modo como os filhos foram investidos narcisicamente. Nesse sentido, nas falas dos participantes é possível observar o quanto tais questões se fazem presentes, logo, nota-se a pertinência em abordar esses dois eixos referentes ao processo de internalização da lei: as questões identificatórias e as questões narcísicas.

Ao compreender, a partir de Freud (1923/1996), o Eu como um precipitado de identificações, da importância do outro na constituição psíquica, e entender que o sujeito só se constrói a partir dos intercâmbios com a cultura na qual está inserido, é necessário apresentar algumas características dos tempos atuais e dos modelos identificatórios oferecidos pela contemporaneidade.

Nesse sentido, as proposições de Pinheiro (2001) oferecem uma importante compreensão da sociedade atual. Afirma a autora que a sociedade nos dias de hoje oferece modelos de ideal de Eu pautados em imagens destituídas de valores e de subjetividade. De acordo com as ideias sustentadas pela autora, vive-se hoje em uma sociedade do consumo na qual a construção de um ideal relaciona-se muito mais com o “ter” do que com o “ser”. Pinheiro (2001) propõe que o ideal social sustentado hoje parte da premissa de que, se o sujeito possuir determinados objetos, sua felicidade estará garantida. Logo, nessa lógica consumista, o sujeito tem a ilusão de que usar determinada roupa ou marca lhe dará um sentido de ser alguma coisa, de pertencer a algo. Sobre as questões referentes ao consumismo, é possível observar nas falas das figuras parentais a importância atribuída pelo filho aos artigos de consumo:

Ô! Tristeza, cara, tristeza! Vendo ele ali, e ele nem chegava dentro de casa, vinha no outro dia pra dentro de casa, não chegava, dois, três dias chegava ele com tenizinho de marca que, bah, eu morria trabalhando meses, e dois, três dias comprava um tenizinho de quinhentos pila aí, e em uma hora ele vem com tênis de quinhentos pila, nem uma hora. Pô, daí é dose, né! (José)

Porque tudo o que ela pede, ela ganha, sabe? Ela quer um computador, ela tem, se ela quer um tênis, ela tem, se ela quer uma calça, ela tem. A Sílvia pensa nem tão nela, ela

pensa mais é na Vanessa, tudo é para Vanessa. E eu tento ajudar nisso também, pra jogar, quer dizer, a gente tem... Às vezes eu tento mostrar pra Sílvia que não é tudo tão assim, né, não pode ser só para ela, ela tem que viver também. (Pedro)

Aí, ele pede alguma coisa e eu dou pra ele, sabe? “Ó, mãe, quero comprar um tênis, tu tem como me dar?” Eu disse: Eu tenho, te dou. (Maria)

Nota-se, a partir do material das entrevistas, a importância que os filhos adolescentes imprimem à compra de bens de consumo, assim como a importância atribuída à marca de tais produtos. Destaca-se também que, além das demandas de consumo dos filhos, parece haver dificuldades das figuras parentais em não atender a tais solicitações.

Ao abordar a relação entre violência, subjetividade e laço social, Marin (2002) caracteriza os tempos atuais a partir da ocorrência de fenômenos como a expansão do individualismo, a perda de referências, a presença de critérios estéticos como reguladores sociais e a multiplicação das passagens ao ato. Nesse sentido, segundo a autora, nos tempos atuais evidencia-se a hipervalorização de ideais de autossuficiência, liberdade e autonomia, caricaturadas por expressões em voga como: “cada um estar na sua”, do bem-estar “aqui e agora” ou, ainda, na expressão “ser mais eu”. Destaca Marin (2002) que, em uma sociedade na qual há o império do narcisismo e do prazer imediato, o desamparo tende a ser intensamente suscitado. Logo, ao mesmo tempo em que o discurso social oferece para alguns a promessa de poder ter tudo o que desejarem, também o sujeito se vê sozinho para descobrir e se responsabilizar na escolha do que é melhor para si próprio. Diante de características contemporâneas que incrementam o sentimento de desamparo e considerando a adolescência como um período de fragilidade

psíquica, torna-se fundamental a qualidade do investimento das figuras materna e paterna para que o adolescente possa ter recursos na construção de projetos futuros (Monteiro, Gonçalves, Refosco & Macedo, 2012). Nessa direção, a capacidade de reconhecer limitações e de sustentar um lugar de contraponto às demandas sociais de completude por parte dos pais são elementos a serem considerados no rol de modelos identificatórios ofertados a um filho. Em relação à necessária qualidade do investimento afetivo demarcar o vínculo com experiências de cuidado, amor e amparo aos filhos, ela muitas vezes não se dá no atendimento das demandas de consumo e liberdade solicitadas pelo adolescente. Tendo em vista o material proveniente das entrevistas com os participantes do estudo, observa-se repetidas vezes, nas manifestações dos adultos, falas nas quais há um distanciamento ou mesmo um desconhecimento quando a aspectos da vida dos filhos. Nesse sentido, referem os participantes:

De repente ela não apareceu mais, não ia ou ia de vez em quando. Aí, quando do nada assim apareceu tudo isso aí, um monte de coisas que eu nem sabia que estava acontecendo. Na verdade agora que eu estou a par do que... (Cláudio)

Daí quando eu fui me flagrar, a história já estava muito longa, sabe, longa demais, ela já estava assaltando, ela já fugiu de casa com um cara. (Márcia)

Eu sei que foi roubo, na rua, eu acho. Que ele andava na rua, né, eu não sabia por onde que ele andava. Ele disse que dormiu até em coisa de, desses menino de rua, sabe? Eu não sabia. E era isso que ele andava, eu acho que estava dormindo na rua aí, e não precisava disso, né, então, não precisava mesmo, porque ele tem casa. (Maria)

Mas, pra nós, ele é um cara, um guri bom. Só que a gente não sabe o que faz na rua, né? Não se sabe o que eles estão fazendo na rua. (Mário)

Para Lerner (2006), a constituição de um sujeito tem como eixo central a problemática do narcisismo. O autor traz importantes contribuições ao processo de constituição do sujeito ao propor diferenciações entre um Eu que consegue seguir navegando frente às tormentas próprias da adolescência e um Eu que naufraga em *águas psicopatológicas*. De acordo com Lerner (2006), o colapso ou não do Eu dependerá da história de suas identificações, de como foi *narcisizado*, sempre, é claro, levando em consideração o intercâmbio com o contexto social.

Nessa direção, é pertinente abordar modalidades de relações estabelecidas entre as figuras parentais e seus filhos sob a ótica dos entrevistados. Trata-se aqui de explorar a leitura parental sobre a relação com os filhos. É possível observar, por meio das falas dos pais, a referência tanto a aspectos negativos como positivos em suas relações, a menção às expectativas relacionadas ao futuro dos filhos e considerações a respeito da experiência de terem tido filhos. Sobre estes aspectos os participantes se manifestam:

Era ruim a minha relação com ele, estava sempre em cima dele assim, sabe? Ele era muito de andar com más companhias, mas não adiantava, a gente falava, não adiantava, estava sempre com um ou outro. (Maria)

Ela se sente meio... Então, ela às vezes, ela fala mais com o Pedro do que comigo. Sobre, sabe, qualquer coisa, assim, que possa... ela me acha muito explosiva. Ela: “Ah, mãe, tu é explosiva, tem que ver como é que eu vou falar contigo”, essas coisas assim. (Sílvia)

Eu não sei [sobre o futuro da filha]. Hoje em dia eu não sei mais te dizer. Eu não sei se vai mudar alguma coisa. (Márcia)

Todos bem dizer ele quis [as gestações dos filhos], eu é que ficava meio brava por engravidar, mas, graças a Deus, ele nunca pediu pra abortar, nunca pediu para nada. Nunca, nunca, nunca! (Helena)

Chamam a atenção nas falas acima as diferentes nuances presentes na forma desses pais se referirem ao relacionamento com os filhos. Em relação à participante Márcia, parece haver uma desesperança no que concerne a mudanças do comportamento da filha e à possibilidade de vislumbrar um futuro melhor. Cabe ressaltar que toda a entrevista com a participante foi marcada por uma falta de perspectivas em relação tanto à filha como a si própria. Maria referiu que sua relação com o filho era ruim, uma vez que sempre necessitava fazer-lhe cobranças as quais não obtinham resultados. Na menção de Sílvia ao relacionamento com a filha, observa-se a dificuldade de dialogarem, em virtude de a filha alegar que a mãe tem um comportamento “explosivo”. Já, a partir da fala de Helena, é possível inferir que o fato de engravidar parece não ser análogo a um desejo por essas gestações. Nesse sentido, Hornstein (1989) resalta que uma criança só poderá constituir-se como unidade na medida em que duas condições estiverem presentes, ou seja, o investimento libidinal da pessoa encarregada de seus cuidados e que esta tenha uma visão da criança como um ser discriminado e separado de si. Dessa maneira, é imprescindível, segundo Hornstein (1989), que na mãe haja um projeto de filho e um desejo de tê-lo.

Nota-se, mais uma vez, a relevância de investimentos narcísicos por parte das figuras parentais para a construção de um sujeito psíquico. A partir de tais investimentos abre-se a possibilidade para a construção, no sujeito, de recursos com os quais possa enfrentar, por exemplo, as demandas próprias à adolescência e os imperativos da contemporaneidade que exacerbam ainda mais a fragilidade psíquica já própria a esse tempo de vida.

É importante salientar que nas falas dos participantes há referência a vivências consideradas como positivas no relacionamento entre figuras parentais e filhos. Destaca-se, por exemplo, nas falas de Helena e Sílvia, a preocupação em proporcionar, por meio da aquisição de bens materiais e da garantia de uma boa alimentação, uma condição de vida melhor para seus filhos. Sobre esses aspectos as participantes referem:

Às vezes, nós deixamos de nos vestir pra vestir eles. Claro que a gente não tem aquela vida, mas a gente também não é aqueles pobres, como se diz, pobre desgraçado, né. Sim, a gente se levanta, tem o café, tem o almoço, tem o café da tarde, tem a janta. Meus filhos tomam Nescau, comem uma boa fruta. Meu marido faz o possível pra dar pros filhos dele. (Helena)

Acho que quando a gente pode alcançar uma coisa [referência a conseguir comprar roupas para a filha e a ela estar sempre bem vestida] pra um filho, é aquilo que a gente pode fazer, é o que eu tento fazer. (Sílvia)

Mesmo com a presença de falas dos participantes que aludem a vivências positivas na relação com seus filhos, identificam-se preponderantemente nesses entrevistados falas que aludem a uma configuração familiar na qual parece não haver por parte dos pais cuidado e

amparo efetivos com os filhos. Nota-se um considerável desconhecimento sobre o dia a dia dos filhos, sua rotina, parece não haver uma *presença implicada*, como afirma Figueiredo (2007), no sentido de um comprometimento em relação aos filhos. O conceito de *presença implicada*, de acordo com Figueiredo (2007), remete à consideração por parte daquele que exerce uma função de cuidado apresentar-se de maneira segura, continente e atuante. Frente às falas dos participantes deste estudo, tal conceito poderia se traduzir, por exemplo, em um maior comprometimento e responsabilização dos pais em relação a conhecer e intervir, a partir da ótica do cuidar, na rotina de seus filhos, suas amizades, seu desempenho escolar, seus projetos futuros. Segundo Lerner (2006), é possível verificar que, em casos onde há uma configuração familiar na qual um adolescente experimentou em sua história vivências de desamparo e experiências que obstaculizaram a sua narcisização, os efeitos deste vivido poderão ser sentidos na dificuldade do adolescente em sustentar projetos e de investir no futuro.

A partir de sua prática com adolescentes que realizaram atos infracionais, Steffen (2006) problematiza a questão da delinquência na adolescência relacionando-a com falhas na estruturação psíquica, que dão conta de um aparelho com dificuldades de estabelecer a contenção da demanda pulsional e de reconhecer os limites entre si e o outro. Tais considerações, segundo a autora, levam à reflexão sobre possíveis falhas no estabelecimento de um ideal, devido à precariedade de acesso a modelos identificatórios. Steffen (2006) propõe, ainda, que as falhas no exercício das funções parentais podem ser evidenciadas no discurso dos próprios pais, que não se apresentam como figuras de referência. Nessa linha de raciocínio, Ceccarelli (2001), ao abordar a intersecção entre violência na adolescência e fatores sociais, propõe que o adolescente se envolve com a delinquência na medida em que lhe faltam figuras de amparo e qualidade de modelos com os quais possa se identificar, tanto modelos parentais quanto sociais.

Diante do exposto na presente categoria, foi possível observar, a partir das entrevistas com os participantes, configurações familiares marcadas pela precariedade na assimetria, pela fragilidade quanto ao exercício da autoridade parental e dificuldade na apresentação de limites. Tais proposições conduzem ao questionamento a respeito de fatores envolvidos na constatação da precariedade dos investimentos narcísicos por partes dos pais, remetendo à reflexão sobre os efeitos na relação com os filhos de suas próprias histórias de vida. No que concerne a essa temática, apresenta-se a terceira categoria final, intitulada *Descortinando o universo parental*, a qual derivou das categorias iniciais e intermediárias expostas no quadro abaixo:

Quadro 4. Dados referentes à Categoria Final 3

Não se lembrar da data de aniversário do(a) filho(a)	História de vida e significados da maternidade/paternidade	Descortinando o universo parental
Uso de drogas durante a gravidez		
Referência a ter filhos de modo não planejado/pensado		
Criar uma filha sozinha		
Separação do ex-marido		
Trabalho como fator de dificuldade para acompanhar o filho		
Sentimentos em relação a ser pai		
Referência as suas próprias coisas no diminutivo		
Influência da diferença entre gerações na criação dos filhos		
Concepção de ser “lutador” ou “guerreiro” para conquistar coisas boas na vida		
Consideração da mãe de que o marido/ex-marido foi um bom pai		
História de vida marcada por agressão e abandono	Importância da família na criação dos filhos	
Importância da união da família como base para o sujeito		
Importância da avó para a criação da filha		
Ideia de que o casal deve participar junto na criação de um filho		

No processo de constituição de um sujeito psíquico, o vínculo estabelecido com as pessoas responsáveis por fornecer cuidado e amparo é essencial. No percurso de sua constituição psíquica, o modo como o sujeito foi desejado e pensando no imaginário dos pais, mesmo antes de seu nascimento, deixará marcas que trarão significativos desdobramentos nas modalidades de relação consigo mesmo e com seus pares. Ressalta-se que os encontros que se dão entre figuras

parentais e filhos remetem a outros encontros e experiências vividas na história singular da dupla parental, ou seja, remetem a narrativas que contam sobre o vivido em tempos anteriores ao ser pai e ser mãe. O vínculo que se estabelece entre o bebê e o grupo familiar, segundo Correa (2003), constitui o que a autora denomina de *berço psíquico do sujeito*. Nesse sentido, a constituição do sujeito se dá por meio de um processo no qual está envolvida uma modalidade de *transmissão psíquica* que atravessa as gerações.

Constatam-se, nas falas dos participantes, referências a importantes acontecimentos em suas vidas como, por exemplo, separações, vivências que remetem ao abandono, ao descuido ou mesmo a alusão a nuances singulares de configuração familiar e social. Tais considerações dos participantes permitem refletir sobre os efeitos de suas histórias de vida nas relações estabelecidas com os filhos.

No que se refere a esta temática, a participante Maria relata que sua história de vida foi marcada pelo sofrimento e Márcia conta sobre vivências de violência e de uma relação com a mãe permeada pela agressão e pelo abandono:

Ah, eu sou uma mulher muito complicada, assim, sabe? Eu sou uma mulher que luto para trabalhar, para dar pra eles [os filhos] essas coisas. Faxina, tudo o que for dessas coisas assim, sabe? Já trabalhei muito desde pequena. Sofri muito quando era pequena também, mas eu nunca quis passar pra eles essas coisas. (Maria)

Eu tinha uma vida que não era muito boa, minha mãe me batia muito, por qualquer coisinha, ela era muito nervosa, muito, muito, muito nervosa. Qualquer coisinha que eu fazia... quando ela não podia me bater, porque ela já tinha me dado o suficiente, ela me pegava e me mordida, de tanta gana que ela tinha [...] daí eu me criei no mundo. (Márcia)

Ao abordar o tema das passagens ao ato na adolescência e seu enlace com as transformações familiares ocorridas nas últimas décadas, Savietto (2007) propõe que a família na contemporaneidade se caracteriza predominantemente por um modelo igualitário, no qual os pais parecem, muitas vezes, se comportar como seus filhos adolescentes. Tal constatação, segundo Savietto (2007), pode estar atrelada a vivências parentais em um período histórico correspondente às décadas de 60 e 70, caracterizadas pela transição de valores e de referências. Assim, os pais de hoje podem ter dificuldades em sustentar um lugar de autoridade que ofereça suporte aos filhos. Nesse sentido, tomando como ilustração as falas dos participantes, é pertinente aproximar tal afirmação ao que destaca Savietto (2007) a respeito do fato de uma história de vida parental desestabilizadora e traumática poder gerar efeitos significativos na história de vida de seus filhos. Também a autora assinala que nessas configurações familiares pode-se constatar que o predomínio da passagem ao ato surge como recurso utilizado pelos filhos adolescentes. Desse modo, Savietto (2007) sugere que os modos de subjetivação dos adolescentes na contemporaneidade, que têm na predominância de passagens ao ato sua expressão característica, possuem estreita ligação com a “transmissão inconsciente dos elementos traumáticos parentais não elaborados” (p. 451).

A partir das falas das participantes Maria e Márcia e considerando as proposições de Savietto (2007) sobre a relação entre as vivências parentais traumáticas e desestabilizadoras na história de vida dos pais frente aos efeitos no processo de subjetivação de seus filhos, pode-se explorar uma possível relação entre os prejuízos e maus-tratos referidos pelos participantes e a história de vida de seus filhos. Nessa perspectiva, a participante Márcia conta sobre o uso de drogas durante a gestação de sua filha Amanda. Cabe ressaltar que a adolescente, na época da entrevista, encontrava-se cumprindo medida de internação em uma instituição da Justiça:

Ah, eu usei muita droga na gravidez da Amanda. Uma época que foi difícil para mim...[...] era dia e noite, não comia, não bebia, só me drogava. Inclusive quando fui fazer o pré-natal, já estava com quatro meses de barriga, e eu fui num posto lá perto de casa, a doutora disse pra mim: “Olha, mãe...”, porque eu falei a verdade, né, que eu me drogava, “tu sabia que isso aí pode prejudicar teu bebê? 50% ele pode nascer sem a metade do cérebro ou ter algum problema físico, por causa da droga injetável que tu usa?”. Mas Deus me abençoou. Nem HIV ela tem. (Márcia)

Durante a entrevista, Márcia contou que ainda criança foi viver na rua, pois a relação com sua mãe era conturbada e violenta. Relatou que havia conhecido o pai de Amanda quando tinha onze anos e ele quatorze, sendo que, mesmo tão jovens, passaram a viver juntos. Em relação à gravidez de Amanda, a participante contou ter sido nessa época que contraiu HIV positivo, confidenciando não fazer tratamento para a doença, sendo que está sempre enferma e pensa que não terá muito tempo de vida. É pertinente ressaltar que as falas de Márcia têm um destaque maior na presente categoria, uma vez que em sua entrevista a participante abordou aspectos de sua própria história que contribuem para a temática proposta neste estudo. Nesse sentido, Márcia se refere à gravidez de Amanda e ao uso de drogas durante a gestação:

A Amanda é um amor diferente, porque, sabe, quando eu me drogava, quando eu tive nessa fase da droga, que eu tava grávida da Amanda... eu me lembro como se fosse hoje, cada dose que eu tomava, ela se virava dentro da minha barriga e ficava tipo uma bolinha, assim, sabe? Aquilo ali eu não consigo esquecer na minha imaginação. (Márcia)

A partir da fala de Márcia se faz presente uma história na qual parece haver a reprodução de sofrimento e maus-tratos também em relação a seu exercício como mãe. O abandono e maltrato maternos levaram Márcia a ser moradora de rua:

Fui internada também, lá onde ela está [FASE], há 30 anos atrás... Eu usava drogas quando era pequena, vivia em meio de drogados. Igual te disse, fui menina de rua [...] e eu sou meio brigona, também. Às vezes brigo, não sei se tem alguns fatores que... eu sou meio brava. (Márcia)

É pertinente retomar conceitos que se referem ao exercício da função materna e sua importância no processo de construção do sujeito psíquico. Para Fernandes (2006), o desamparo vivido pelo bebê nos primórdios de sua vida o faz dependente dos cuidados da mãe ou de seu substituto. O outro maternal, segundo a autora, no sentido da mediação que promove, fornece ao bebê formas de significar o mundo à sua volta, seja por meio de sua percepção ou de seus sentidos. Dessa maneira, a mãe vai garantir a satisfação das necessidades do bebê no sentido de apaziguar seu estado de tensão interna. Assim, Fernandes (2006) ressalta que para a mãe atender às demandas do bebê e apaziguar suas sensações desprazerosas, ela precisa escutar e interpretar os sinais do corpo do bebê. Logo, é fundamental que a mãe possa investir libidinalmente o corpo do filho, ou seja, ter prazer em estar junto com o bebê, nomear as partes que o compõem e também oferecer significados às sensações provenientes deste corpo diferenciado de si.

Nessa perspectiva, no encontro que se dá entre mãe e criança estão envolvidos, segundo Rother Hornstein (2006), projetos, ideais e desejos que fazem parte de um processo complexo de constituição. O sujeito é, assim, produto de uma trama de relações que tem as marcas da cultura, do corporal, da sexualidade e de um percurso identificatório. De acordo com a autora, o discurso

materno funda-se no modo como a criança é pensada e desejada pela mãe, sendo fator decisivo na constituição de sua história. Nesse sentido, Rother Hornstein (2006) afirma que, mesmo antes de compreender a significação daquilo que lhe é imposto pelo discurso materno, a criança é impregnada de sentidos a partir das vivências nesse encontro.

Tendo em vista a história de vida de Márcia, atravessada por experiências de abandono e maus-tratos e, principalmente, considerando seu relato sobre o intenso uso de drogas durante a gravidez da filha, pode-se vislumbrar um panorama que teve a marca do descuido e do desamparo como predominantes nos registros do campo intersubjetivo. Ao partir da concepção de que a função materna tem como atribuições a atenção às demandas do bebê, o cuidado, a necessidade de investimento narcísico, e ao levar em consideração o descuido de Márcia consigo e com o bebê que estava gestando, é possível inferir, nesse caso, importantes falhas no exercício da função materna. Se, nessa mesma linha de entendimento, o sujeito é engendrado a partir do modo como é desejado e pensado no discurso materno, e que mesmo ainda não compreendendo os significados desse discurso, o sujeito é “banhado” por essa “pré-história”, pode-se considerar que tais situações podem ter gerado efeitos nocivos na história de Amanda, filha de Márcia.

No intuito de explorar as condições que marcam as histórias de vida parentais trazidas pelos participantes e os possíveis efeitos nas relações entre estes pais e seus filhos, cabe destacar falas das participantes Sílvia e Márcia que dizem respeito a separações de seus ex-companheiros. Sobre essa temática, referem:

Quando ela tava com seis meses o pai dela convidou para gente sair na noite. Aí eu disse para ele: Não, não vou sair, porque a Vanessa ainda mama no peito. – “Ah, mas a tia Lurdes...” – a tia Lurdes era a tia dele, a tia dele que morava na frente da nossa casa – “Ah, deixa a Vanessa com a tia Lurdes! A tia Lurdes dá a mamadeira pra ela”. Eu disse:

Não, eu nunca dei mamadeira para a Vanessa, então não vou. E ele insistiu, né? Eu disse: Não, não vou sair, bem capaz! E ele disse: “Ah, se tu não for eu vou”. Aí eu falei pra ele: Tu que sabe![...]Mas, eu disse: Eu não casei pra eu ficar dentro de casa com uma filha pequena e tu sair. Então vamos fazer assim: se tu sair, eu vou embora! E foi o que eu fiz [...] Então eu arrumei a roupa dela, arrumei a minha roupa e vim embora. E nunca mais voltei. (Sílvia)

Um dia eu decidi que não queria mais ele, que eu não gostava mais dele, que eu não sentia mais amor por ele, que eu estava me sentindo usada, que ele só queria me usar, sabe? Só queria aquilo. E fui-me embora, enlouqueci e fui-me embora e consegui um amante que me deu uma casa. Fui lá e busquei todos meus filhos, tinha deixado todos meus filhos, e deixei a casa pra ele, ele vendeu, vendeu tudo. (Márcia)

Nas falas das participantes, é possível identificar situações de rompimentos bruscos com os pais de suas filhas, com os quais mantinham um relacionamento conjugal. São mulheres cujas histórias de vida dão conta não apenas dos efeitos resultantes de relações marcadas pelo sofrimento e pelo abandono, mas também de efeitos de dor psíquica que se atualizam na fragilidade dos investimentos e na precariedade dos vínculos estabelecidos com os companheiros. Com efeito, tais modalidades de relacionamento parecem anunciar a fragilidade que marcará, também, a condição de cuidar do outro, função tão essencial ao exercício parental.

Freud (1914/1996), em seu texto *Sobre o narcisismo: Uma introdução*, postula que, em um primeiro tempo de constituição do sujeito, há a revivência nos pais de seu próprio narcisismo, ou seja, atribui-se à *Sua Majestade o Bebê* uma gama de expectativas, sonhos e

desejos que muitas vezes não foram por estes realizados. Nesse sentido, aborda-se o desejo ou não de ter filhos, aspectos concernentes aos significados da maternidade e paternidade e sobre a “decisão” de ter filhos. De acordo com Sigal (2003), o desejo da mãe de ter um filho tem relação com sua história singular na qual estão implicadas as relações com sua sexualidade infantil, a história de seu percurso identificatório, as relações estabelecidas com suas figuras parentais e questões narcísicas. No intuito de buscar compreender como advém o desejo de ser mãe, a autora afirma que, para tal, é necessário levar em consideração o lugar que o pai de seu filho ocupa em sua vida e a relação amorosa entre a mulher e seu parceiro. Sigal (2003) afirma, portanto, que a condição para ser mãe se constitui a partir de um percurso o qual se dá principalmente por meio de inscrições simbólicas realizadas. Nesse cenário, a participante Helena refere a respeito de suas experiências de maternidade:

Ah, foi bem, todos bem dizer ele [pai] quis, eu é que ficava meio brava por engravidar [...] essa última agora já foi meio complicada, porque eu não queria, foi bem problemática porque eu não queria. E aí dela, eu fiquei doente. Foi dessa última que eu fiquei doente, que eu fiquei com a diabete, daí foi indo... porque eu não queria, eu tava muito, não queria mais... aí veio, né [...] o Henrique foi bem também. Todos eles foram bem aceitos, todos eles, todos eles. Só a Cristina que me deu trabalho, essa última, mas todos eles... Ele [pai] nunca rejeitou os filhos dele, nunca! (Helena)

É possível observar, a partir da fala de Helena, que suas gestações são encaradas como algo que não pensado e que a deixava “brava”. Ao mencionar que os filhos “foram bem aceitos” parece que a gravidez se insere em uma lógica na qual não há escolha. Cabe ressaltar que a palavra “aceitar” remete a sentidos como “assentir” ou mesmo “acatar”, como se o desejo de ser

mãe não estivesse implicado. Sigal (2003) afirma que nessa forma a maternidade inscreve-se no campo da naturalização, uma vez que leva em consideração somente os laços sanguíneos que unem mãe e filho. O desejo inconsciente de maternidade fica à margem e o que está em jogo é a natureza com suas pré-definições já estabelecidas. Assim, a maternidade, para a autora, deve ser pensada a partir de elementos simbólicos, e não apenas como uma função biológica.

Nessa perspectiva identificam-se, nas entrevistas, falas de participantes que se referem a ter os filhos de forma não pensada ou planejada. Tal constatação é identificada também nas falas dos pais dos adolescentes. Assim se manifestam os participantes no que diz respeito à vinda dos filhos:

A gente se conheceu, fomos morar juntos, ela tinha os filhos dela, eu aceitei os filhos dela. Daí, agora já estão todos casados, os filhos dela estão todos grandes, só estou com os meus em casa [...] eu era novo, eu tinha quase uns vinte, vinte e um anos, foi a minha primeira mulher, e é até agora. Deu tudo certo. É, daí eu queria ter o meu, né. Tinha os dela. Daí, quando vê, veio um, veio outro... (Mário)

Aí eu já tive um bebezinho, aquela história, né, já veio cinco, né. (José)

Eu era nova, não me cuidei, não tomava remédio nem nada, daí engravidei do outro. Filho atrás do outro, filho atrás do outro. (Márcia)

Considerando-se aspectos relativos à maternidade, à paternidade e ao desejo de ter filhos, nas falas de Mário, José e Márcia surgem semelhanças no que diz respeito ao não planejamento em ter os filhos. Parece haver, nesses casos, uma precariedade de recursos parentais em escolher

ter ou não os filhos, refletir se o momento em que vivem é propício ou não para a chegada de um novo membro da família. A partir de tais elementos, é concebível levantar a hipótese de que ocorram importantes dificuldades no imaginário parental em relação a criar um espaço necessário para contemplar expectativas e atender às demandas próprias ao exercício parental, contemplando investimentos afetivos e de cuidado em relação aos filhos.

Ao discutir sobre o processo de narcisização e a conflitiva edípica como importantes conceitos quando se trata da constituição do sujeito, Hornstein (2008) aborda a questão da função paterna e peculiaridades relacionadas à paternidade. Propõe o autor que as relações entre pai e filho estão atravessadas necessariamente pelo lugar que o pai ocupa em sua cadeia geracional, logo, suas relações com seu próprio pai terão efeitos nas modalidades relacionais com o filho. Dessa maneira, quando se fala na importância de investimentos narcísicos e na necessidade de criar um espaço psíquico para que o filho seja pensando, antes mesmo de seu nascimento, é pertinente salientar que tais ideias não se relacionam apenas com a maternidade. Trata-se também de uma questão que diz respeito à paternidade e ao modo como o pai investe afetivamente sua cria. Nessa direção, ao serem questionados sobre a relação com seus filhos e o significado da paternidade, os participantes abordam de forma restrita esta temática. Identifica-se nas falas de Cláudio, Mário e Pedro referências a esses aspectos:

A gente nunca brigou, nada. Até às vezes quando a gente ia jogar pife com a minha mãe, amanhecia jogando, às vezes eu bebia, ela “Ah pai não bebe tanto”, ficava me cuidando, ela me cuidava. Sempre foi amorosa... daí desse tempo para cá que ela conheceu esse cara foi a gota d’água... (Cláudio)

Ah, eu sempre gostei [ser pai], eu tenho orgulho, né. Me sinto tranquilo. Sempre dependi, não, nunca dependi de ninguém, criei eles, criei os dela, agora tão tudo grande, né, normal. (Mário)

Eu quero ajudar, porque eu gosto da Vanessa como se ela fosse minha filha. Eu tenho uma filha de quinze anos também e daí eu gosto dela como eu gosto da minha filha. Para ela também, tudo eu tento fazer para poder ensinar, ajudar a Sílvia a ensinar para ela o que é a vida, mas daí tu tem medo de pegar e... a mãe dela pensar que eu estou me atravessando, que estou me metendo numa coisa que não é comigo. (Pedro)

Nota-se que Cláudio se refere à filha como uma menina amorosa e conta na entrevista que a relação entre eles é muito boa, pois segundo ele a filha “desde pequena sempre foi apegada” a ele. Identifica-se, entretanto, na fala deste pai a referência a uma situação na qual é a filha que lhe cuida quando bebe demais, fato este corroborado pela mãe. No que se refere à fala de Pedro, é possível perceber a alusão ao afeto sentido pela enteada e o desejo em participar de sua educação e de ajudá-la. Contudo, aparece o tema da dificuldade de exercer a função paterna por pensar que, ao se posicionar em relação à criação da enteada, poderia configurar uma situação que a mãe da menina considere um “atravessamento” em razão de ele ser padrasto e não o pai da adolescente. Evidencia-se, assim, a percepção do entrevistado quanto à não autorização da companheira para que ocupe um lugar paterno junto à enteada.

No intuito de abordar a temática dos investimentos narcísicos por parte das figuras parentais em relação a seus filhos e o lugar que estes ocupam em suas vidas, é relevante frisar

que, nas entrevistas, identificam-se referências à importância de ter construído uma família e a importância atribuída a esta:

Para mim é difícil, porque ela tem mais cinco irmãs e nenhum vai lá ver ela, e eu acho que a família é a base de tudo. Se ela tivesse pelo menos um irmão para chegar lá e ver ela... muito difícil. (Márcia)

Temos aí vinte e dois anos de casados. É, construí uma família aqui, né [...] na família, a gente é tudo unido, entendeu? Somos unidos... bah, sempre! E domingo então? Domingo é a pior coisa que tem. O Douglas [na ocasião da entrevista estava cumprindo medida de internação na FASE] sempre brincalhão, coisa e tal, sempre faz falta na família. (José)

Identifica-se, nas falas tanto de Márcia como de José, atribuições de importância à família e sua união enlaçadas com situações como o não poder contar com seus membros e o sofrimento em não poder ter o filho junto devido à internação na FASE. Cabe salientar que nas entrevistas realizadas com as figuras parentais foram poucas as falas no que se refere à família como importante núcleo para a construção do sujeito, pois o que prepondera são menções a dificuldades nas relações intrafamiliares, as quais muitas vezes têm a marca da dor. Nessa direção, a fala de Sílvia se destaca por aludir a relações intrafamiliares nas quais o afeto e o amparo aparecem de modo significativo. A participante comenta sobre o significado de ter sua mãe por perto para auxiliar nos cuidados com a filha:

Perto da minha mãe também e para quê? Porque, hoje em dia, se tu deixa a tua filha sozinha, olha quantas... Eu conheço duas pessoas com duas meninas adolescentes, né? Ela sai para trabalhar e as meninas enchem de molecada a casa dela, então imagina

como é que ia ficar. Sabe? Não que isso seria o caso da Vanessa fazer. Más companhias, sabe como é que é... Então, pra mim, morando com a minha mãe, perto da minha mãe, pra mim, é melhor. Sempre foi. Até porque, como ela não foi criada pelo pai dela, então, pra mim, sempre seria melhor a minha mãe estar ali, né? Presente. Pra me auxiliar.

(Sílvia)

Outro tema que chama a atenção na fala de Sílvia é a questão da preocupação em trabalhar e não poder estar perto dos filhos. Trata-se obviamente de uma questão que amplia a problemática do exercício de funções parentais, pois leva em conta demandas do campo social.

A partir do exposto, o conceito de *contrato narcisista* proposto por Aulagnier (2004) pode ser um elemento relevante no sentido de frisar a importância dos investimentos libidinais por parte das figuras parentais nos filhos. A autora refere que a construção subjetiva de um sujeito é marcada pelos enunciados e representações parentais. Assim, o conceito de *contrato narcisista*, além de aludir à capacidade parental de investimento libidinal nos filhos, refere-se à influência do discurso social no modo como tais investimentos parentais ocorrerão. Para Aulagnier (2004) deve-se considerar o campo social como um aspecto que contribuirá no modo pelo qual os pais investirão psiquicamente seus filhos, uma vez que a relação dos pais com seus filhos será, necessariamente, atravessada pelos enunciados oriundos do campo social.

Ao considerar a importância de pensar as relações parentais e filiais sob uma dimensão que leve em conta aspectos do social e seus efeitos em tais relações, é pertinente destacar a fala de José, pois ela também se refere a dificuldades em conciliar os cuidados com o filho e a necessidade de trabalho. No que concerne a esse tema, José refere:

Mas a gente sempre dando conselho, né? E eu também nem podia ficar em cima dele, porque eu trabalho, a minha mulher também trabalha [...] eu vou te dizer, que o erro também é nosso, mas é que a gente também não pode, não tinha como acompanhar ele, não tinha, não tinha, está entendendo? (José)

Ao abordar as mudanças socioculturais traçadas principalmente a partir dos anos 50, Birman (2006a) aponta que a inserção da mulher no mercado de trabalho provocou profundas transformações na organização familiar. Com sua entrada no mercado de trabalho e sua busca por espaço e reconhecimento, as figuras parentais se voltaram cada vez mais para projetos independentes da vida familiar. Com isso, aponta o autor, a *economia dos cuidados* foi bruscamente afetada, resultando em novas formas de construção subjetiva da juventude.

Constata-se que, ao mencionar as peculiaridades do universo parental, suas histórias de vida e os efeitos destas nas condições do investimento direcionado aos filhos, é necessário considerar que o sujeito, para a Psicanálise, é concebido a partir de um complexo processo no qual está em jogo uma série de determinantes. Trata-se de considerar os vínculos estabelecidos pelo sujeito, os elementos intrapsíquicos que dizem respeito à singularidade da constituição psíquica, e os fatores implicados na construção da subjetividade que reportam ao campo social e às características de um tempo histórico.

Percebe-se, nas narrativas dos participantes deste estudo, que o sofrimento e a dor presentes em suas histórias fomentam a ampliação do olhar sob os dramáticos efeitos da repetição destas histórias na relação que estabelecem com os filhos adolescentes que se encontram envolvidos em situações de transgressões. Trata-se de considerar a fragilidade de recursos psíquicos das figuras parentais em virtude de suas experiências de vida, que resultam

em desdobramentos que denunciam a fragilidade das condições de cuidado para consigo e para com seus filhos. Contata-se, assim, uma situação evidente de desamparo parental, o que remete ao questionamento das necessárias condições de proteção e cuidado que deveriam ser ofertadas pelo entorno social destas pessoas. Nesse cenário, constrói-se a última categoria final, intitulada *Espaços sociais e institucionais: fatores de incremento ao desamparo parental*, a qual derivou das categorias iniciais e intermediárias expostas no quadro a seguir. Essa categoria remete à reflexão a respeito de características sociais conforme descrição e relato feitos pelos participantes.

Quadro 5. Dados referentes à Categoria Final 4

Dificuldade de criar o filho em uma vila	Local de moradia como fator de influência para o envolvimento do filho com atos infracionais	Espaços sociais e institucionais: fatores de incremento ao desamparo parental
Moradia como lugar no qual começou o envolvimento do filho com a Justiça		
Dificuldade em compreender a linguagem jurídica na audiência	Desamparo frente a agentes protetivos	
Descontentamento com os trâmites da audiência e com a sentença		
Procurar ajuda de Instituições (Polícia, Conselho Tutelar) e não conseguir		

A articulação entre sujeito e campo social se mostra imprescindível na compreensão dos fatores próprios aos fenômenos humanos. Desde suas origens, a Psicanálise utilizou elementos oriundos da esfera social e coletiva na busca da compreensão de questões individuais. O pensamento freudiano, ao explorar temas como o processo de construção da civilização, a estruturação de leis no psiquismo, a religião e a guerra, evidencia o quanto o enlace entre psíquico e social é fundamental. No texto *Psicologia de grupo e a análise do Ego*, Freud (1921/1996), ao abordar a importância das identificações e do grupo na constituição do sujeito, deixa claro que indivíduo e sociedade não podem ser vistos isoladamente e afirma que “algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse

sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (p. 81).

Ao abordar a questão da adolescência infratora, Viñar (2004) sustenta que tal temática, bem como os fenômenos humanos como um todo devem ser contemplados a partir de um olhar multifatorial ou multicausal. Para o autor os campos intrapsíquico e social não devem ser concebidos como campos heterogêneos, mas sim como fatores que mantêm uma relação estreita, influenciando-se mutuamente. Dessa forma, abre-se a possibilidade, segundo Viñar (2004), de alcançar uma compreensão do ser humano e de sua organização pautada na consideração ao enlace entre o que é singular a cada sujeito e a cultura na qual habita.

Na busca de melhor compreender o exercício das funções parentais no cenário do adolescente em conflito com a lei, faz-se necessário ampliar o entendimento de tal temática, levando em consideração fatores presentes no campo social. Trata-se de investigar, a partir do emergente nas falas dos participantes, peculiaridades do contexto social em que vivem e que resultam no incremento das dificuldades e do desamparo parental. É relevante abordar os fatores sociais explicitados pelas figuras parentais neste estudo como elementos que incrementam e/ou intensificam o desamparo já presente em suas histórias de vida. Nessa perspectiva, os participantes José e Cláudio contam das dificuldades decorrentes do fato de morarem em bairros na periferia da cidade:

Começou assim, eu vou dizer pra ti... um dia eu morei no “local X”, tudo começou ali, no “local X”, as amizades... [...] a primeira vez [que o filho cometeu ato infracional] foi ali no “local X”. Eu saí daqui de onde moro hoje, deixei a casa fechada, e fui morar nesse “local X” lá, que eu gostei, tem uns terreninhos bons lá, né, comprei dois terrenos.

Daí, começou a trapalhada dele, né, que eu tenho dois terrenos lá, daí, um terreno até eu perdi por causa dessas coisas de confusão de droga e coisa e tal. (José)

Como eu digo pra ti, é difícil a gente criar os filhos da gente ali... é drogado, é ladrão... tem gente trabalhador, tem gente de tudo, tem muita gente... mas não é como tu criar os teus filhos no, né... [...]. No meio de uma Vila é traficante do lado, é não sei o que do outro lado, é ruim criar os filhos da gente. (Cláudio)

De acordo com o relato de José, o fato de viver em zonas menos favorecidas da cidade é um fator decisivo no envolvimento do filho com as drogas e com atos infracionais. Para o participante, o início das amizades do filho, as quais considera como “más companhias”, derivaram de sua mudança para o bairro em questão. Já a fala de José se refere à dificuldade de “criar” um filho em um bairro no qual há presença de um contexto inseguro e violento.

A violência hoje se expressa, de acordo com Birman (2008), como um signo do mal-estar nos dias atuais. Tal fenômeno deve ser encarado, segundo o autor, sob uma perspectiva abrangente na qual se deve considerar a articulação entre os registros simbólico, econômico, social e político. Constata-se, na atualidade, uma precariedade de condições sociais das classes mais baixas, o que, de acordo com Birman (2008), favorece a entrada “nos universos da delinquência e da criminalidade, como estratégia de sobrevivência” (p.7). Nessa direção, José e Cláudio mencionam o contexto social do bairro no qual residem como promovendo a convivência de perto com o problema do narcotráfico. José atribui o envolvimento do filho com drogas e com a criminalidade ao fato de morar nesse contexto:

Mas o que eu já aguentei, como eu disse, eu perdi até uma casa de esquina, o valor da casa era de sessenta mil, por causa de drogas. Perdi porque a gente morava no “local X”, daí, ele tava lá e pegou umas pedras de crack para vender. Colocaram na mão dele, “Vai lá e vende”. Só que ele queria, claro, eu não vou dizer que ele não queria vender. E pegava escondido da gente. Ao invés dele querer vender, ele queria ser o patrão. Tu imagina, queria ser o patrão, ele queria. Como eles dizem a palavra, “a casa caiu” e coisa e tal, daí, eu tive que vender uma casa, ficou devendo para o patrão lá. (José)

Costa (2005) afirma que se vive hoje uma epidemia de atos violentos. Tal panorama pode ser constatado no dia a dia pelos noticiários e se mostra como fonte de preocupação comum a muitas pessoas. Segundo o autor, o aumento da violência está relacionado a níveis mais altos de pobreza e de concentração de renda, e pela desorientação do sujeito frente à perda de valores tradicionais. Ao referir a questão da Justiça no Brasil, Birman (1996) amplia esse raciocínio, ao considerar que o modo como se opera a economia política de bens e valores no âmbito social terá efeitos na economia libidinal do sujeito. Nesse contexto, o autor afirma que o funcionamento da sociedade brasileira se baseia em relações de apropriação, nas quais predominam condutas como tomar o público pelo privado, formas violentas e autoritárias (não alteritárias) de poder e a desconsideração do outro como sujeito de direitos. Para o autor há uma perversão nas relações sociais praticadas pelo Estado que desconsidera os direitos básicos de cidadania do sujeito.

Nessa linha de raciocínio, a Constituição Federal, lei maior que organiza o Estado brasileiro, consagra em seu artigo 6º os direitos sociais de acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e a proteção à maternidade e à infância

(Brasil, 1988). A Carta Magna reconhece e assegura também, como princípio fundamental da República do Brasil, a dignidade humana.

A partir do exposto e da constatação de que tais direitos fundamentais dos cidadãos não são efetivamente atendimentos pelo Estado, faz-se necessário um questionamento acerca dos efeitos no sujeito de tal cenário social e político. No campo do Direito, Sarlet (2010) afirma que tanto o Estado como a Constituição estão imersos em uma crise de efetividade e identidade, denominando-a como um *mal-estar constitucional e pessimismo pós-moderno*. De acordo com o magistrado e pesquisador em Direito Constitucional e teoria dos Direitos Fundamentais, vive-se tempos nos quais há o incremento da exclusão social, da fragilização das instituições estatais e o fortalecimento de alguns setores de poder econômico em um mundo hiperglobalizado. Desse modo, para Sarlet (2010) a manutenção de um Estado social e democrático de Direito e o tema da efetividade na implementação da justiça social são problemas fundamentais dos tempos atuais.

Nessa perspectiva, Birman (2006b) comenta sobre os desdobramentos no sujeito de tal cenário de descuido e, muitas vezes, de descaso do Estado em relação à suas garantias. Para o autor, a ausência do Estado, principalmente em se tratando de saúde, segurança pública e educação, incrementaria a sensação de desamparo inerente à condição humana, assumindo, assim, níveis extremos. O efeito disso, de acordo com Birman (2006b), é o aumento maciço da violência, da criminalidade e da delinquência, que se transformam em patologias sociais no Brasil.

Contata-se, assim, que os fatores sociais devem necessariamente ser colocados em pauta, uma vez que desconsiderá-los é negar os graves problemas de insegurança, o precário acesso à saúde e educação, entre outras tantas dificuldades enfrentadas pela população, principalmente a de

baixa renda. É imprescindível considerar, entretanto, que a violência hoje não pode ser restringida às classes populares, pois, como bem afirma Birman (2008), torna-se cada vez mais frequente o envolvimento de jovens de classe média em atos transgressivos e, muitas vezes, atos cruéis.

Ao propor uma reflexão mais específica sobre a violência nas escolas, Bleichmar (2012) sustenta que a violência como um fenômeno mais amplo não deve ser encarada apenas como resultante da pobreza, mais sim como sendo o produto de duas coisas. A autora aponta de um lado o ressentimento de promessas que não foram cumpridas e, por outro, a falta de perspectivas dos adolescentes em relação ao futuro. Ressalta Bleichmar (2012) que há na contemporaneidade uma cultura do desrespeito associada a um sistema perverso, no qual há a instrumentalização do outro, visto este como meio, ferramenta ou obstáculo, ou seja, visto não como alguém, mas como *algo*.

É presente nas entrevistas com os participantes a dificuldade nomeada por estes em vislumbrar um projeto de futuro, bem como se constata a desesperança em relação a poder contar com agentes do Estado ou órgãos protetivos, como a Polícia e o Conselho Tutelar. Referem os participantes:

Pensei em dar parte na Polícia, dizer que ele tinha pegado ela à força, alguma coisa assim. Pra ver se ele ia preso. Daí as minhas gurias diziam: “Não adianta, a mãe já foi, ela já fez tudo e eles não fazem nada”. A gente fica de mão atada. Até ela ver o que ela arrumou pra ela, na verdade agora eu acho que ela... E mesmo assim ele liga da penitenciária lá ameaçando a mãe dela. Diz que cadeia não é pra vida toda, quando ele sair ele vai dá um jeito nela, na mãe dela. Pra mim ele não liga, mas pra ela liga. Que ele vai dar um jeito nela, cadeia não é pra vida toda. (Cláudio)

Procurei ajuda, procurei ajuda aqui pra tirar ela, porque ele [namorado] já era maior de idade, ela tinha catorze. Não me ajudaram, procurei no bairro, lá em um Conselho Tutelar, três vezes fui lá e não me ajudaram. Disseram que eu tinha que ter o nome dele completo, endereço certinho, e eu não sabia. Ela se envolveu na rua, no colégio, com ele. Nós só sabíamos da fama dele, mas não sabíamos onde ele morava, não conhecíamos os familiares dele, nem nada. Eu procurei um monte de ajuda, ninguém me ajudou, ninguém me ajudou, sabe? (Márcia)

Observa-se o incremento do desamparo, evidenciado em falas como a de Cláudio “a gente fica de mão atada”, ou mesmo nas palavras de Márcia: “procurei um monte de ajuda e ninguém me ajudou”. Diante da situação da filha, seu envolvimento com atos infracionais e com um namorado que, segundo os pais, a agredia e a matinha em cárcere privado, identifica-se a sensação de impotência parental frente à dificuldade em contar com a ajuda de agentes do Estado ou órgãos protetivos, como as referências à Polícia e ao Conselho Tutelar.

Com o propósito de discutir a articulação entre violência e desamparo, Almeida e Coelho (2007) apontam que as relações sociais hoje têm a violência como marca. Na análise das autoras, o desamparo – inerente à existência do ser humano – é legitimado por práticas de instituições públicas, privadas e estatais que se mostram como agentes de violência na contemporaneidade. Trata-se de uma violência estrutural que tem como efeito a desilusão, uma vez que, imerso em um contexto de pobreza e exclusão social, o sujeito se encontra à própria sorte. Nessa direção, Minayo (1994) compreende que na violência estrutural é negado ao sujeito o acesso às conquistas da sociedade, tornando-o mais vulnerável ao sofrimento. Tal modalidade de violência

é praticada por estruturas organizadas, instituições, sistemas econômicos, culturais e políticos. Para a autora, a delinquência, por exemplo, só pode ser compreendida levando-se em consideração a questão da violência estrutural, pois questões como a desigualdade, a decadência de valores e normas e a alienação do trabalho e das relações contribuem para o aumento de atos delinquentes, como, por exemplo, furtos, roubos e disputas entre quadrilhas.

Para abordar os fatores que incrementam o desamparo já vivido pelas figuras parentais, cabe aqui referir a dois temas pertinentes que se fazem presentes nas falas dos participantes. Trata-se de dificuldades em entender a linguagem jurídica na situação da audiência de seus filhos adolescentes e o descontentamento com os trâmites da mesma. O participante Mário se refere à questão de não compreender o que está sendo dito na audiência, ficando em situação de desconforto e desalento por não saber o que acontecerá com o filho:

É que a gente não entende os códigos que eles falam, realmente não entende nada o que eles falam entre o juiz, entre o promotor, defensor público, ali. Tu não entende o que eles falam. Ele só falou ali o que eu fazia só, deu! A gente é muito... a gente realmente não entende. Isso aí até foi bom, da gente participar disso aqui [pesquisa]. Tu, realmente não sabe, né, o filho tá lá, tu não sabe o que eles conversaram entre eles ali, tu não entende nada. Só o negócio que eu entendi ali é que ele estava preso em preliminar, eu não sei o que que é isso aí. (Mário)

Na entrevista Mário relatou que estava muito nervoso durante a audiência e que apenas depois, após conversar com o técnico responsável pela aplicação da Medida Socioeducativa, lhe foi possível compreender um pouco mais sobre a situação do filho. Ao explorar a intersecção entre Direito e Linguagem, Viana e Andrade (2011) afirmam que hoje os operadores do Direito

estão afetados pelo denominado uso do “juridiquês”, ou seja, de uma linguagem rebuscada e desnecessária. Tal prática, segundo os autores, tem como resultado um abismo entre aquele que busca seus direitos – o jurisdicionado – e o operador jurídico. Dessa forma, há um evidente prejuízo para o cidadão, o qual vê distante o alcance de seus direitos, o que resulta também em prejuízo “para o profissional do direito, visto que há o descrédito da justiça e, por conseqüência, do próprio operador jurídico” (p. 39). De acordo com Moreira et al. (2010), o “juridiquês” corresponde a termos utilizados por operadores da área do Direito no intuito de adornar ou embelezar o texto processual ou a fala de tais profissionais. Os autores destacam que muitos desses jargões e expressões fazem parte de termos técnicos singulares ao campo do Direito, entretanto, deve prevalecer o bom senso por parte dos profissionais para que consigam se fazer entender pela população.

Em relação ainda ao tema dos trâmites das audiências, os participantes Sílvia, Pedro e Helena mencionam o descontentamento em relação aos procedimentos jurídicos que resultaram na sentença imputada aos filhos. Para os participantes houve falhas da Justiça na apuração dos fatos envolvidos na acusação, bem como a desconsideração quanto à defesa do adolescente. Dessa forma, se manifestam os participantes:

Eu acho assim, quando acontece um julgamento as pessoas têm que ir atrás dos fatos, não é assim que funciona? E ali [audiência], em algum momento houve alguma prova, de alguma coisa? Não! A não ser aquilo que foi relatado pela suposta vítima, né? Que foi ela quem foi procurar a briga! Então essa foi a verdade. Não estou passando a mão na cabeça da Vanessa, até porque eu sempre digo pra ela que respeitar o próximo é essencial. Então ela passou o ano inteiro evitando essa menina, e aí pra chegar aqui

hoje... ah! Eu achei aquilo ali sabe... a Justiça realmente aqui, realmente, a Justiça é cega. (Sílvia)

O que aconteceu realmente, eu achei errado também, porque ela está sofrendo uma pena, e a menina, a outra, não vai... [...] se elas erraram juntas, a pena é das duas. Daí, o que acontece, daí, as duas iam sentir, iam se cuidar mais no colégio, não iam mais fazer isso. (Pedro)

Mas é que nem eu digo, eu não gostei assim, ó, a primeira vez, né, às vezes, o juiz deixa de dar uma oportunidade para um adolescente, para o adolescente se defender... não, não deixa. (Helena)

A não compreensão da linguagem jurídica nas audiências, as dúvidas acerca da confiança na Justiça e a respeito dos procedimentos legais necessários para a deliberação da sentença imputada aos filhos, por parte dos pais dos adolescentes, parecem incrementar o desamparo parental e a desesperança. Nesse sentido, também os pais ficam impossibilitados de receber uma orientação por parte de órgãos competentes que os ajude no exercício de suas funções junto a seus filhos.

Os pais participantes deste estudo, ao chegarem para as audiências de seus filhos, já carregavam consigo histórias de vida marcadas pelo sofrimento e desamparo. Trata-se de histórias nas quais, muitas vezes, não puderam contar com a ajuda e o apoio de pessoas significativas em suas vidas, ou seja, a grande parte dos entrevistados teve vivências de abandono e desamparo. Em certas ocasiões, frente a conflitos com os filhos, procuraram o apoio

de instituições ou organizações que deveriam prestar auxílio a suas demandas, porém, tais reivindicações não foram atendidas. Os entrevistados referiram importantes dificuldades ao relatarem problemas relativos aos lugares que moravam e nos quais a violência era um problema constante. Com efeito, as figuras parentais, frente à convocatória da Justiça para prestarem esclarecimentos sobre a conduta transgressiva de seus filhos, mostram-se extremamente fragilizadas e sem condições de compreender, muitas vezes, a gravidade da situação. O sentimento parental de desamparo frente à instituição jurídica e a desesperança frente ao futuro encontram, na dificuldade de compreensão do que é dito e na visão de descrédito atribuída à Justiça, fatores que não contribuem para uma mudança nesta grave situação. Ao contrário, esses impasses incrementam um abismo que não beneficia a sociedade. É necessário frisar que não se trata de criticar os procedimentos jurídicos ou fazer um juízo sobre quem está certo ou errado, mas sim de demonstrar que em tais situações o desamparo parental parece ser intensificado e o objetivo de intervir ou prevenir situações de violência representadas no ato transgressivo adolescente não é alcançado.

Constatam-se, nas entrevistas com os participantes, referências a importantes questões sociais e institucionais que devem ser consideradas na busca de compreensão das modalidades do exercício parental no contexto da adolescência em conflito com a lei. Trata-se de contemplar fatores que aludem à precariedade das condições sociais nas quais viviam os participantes deste estudo. Com isso, abre-se a possibilidade de ampliar a leitura sobre os fatores implicados no exercício das funções parentais, evitando uma visão de causa e efeito, uma vez que é imprescindível, mediante a gravidade dessas condições, ressaltar a efetiva existência de insuficientes e precárias condições de auxílio oriundas do campo social. A complexidade dos fatores presentes na situação da adolescência em conflito com a lei exige este olhar ampliado e

reflexivo a respeito de todos os elementos nela implicados. As condições sociais e as instituições poderiam ser fatores que contribuissem fortemente para a promoção de recursos de enfrentamento de situações de desamparo e violência que marcam o cotidiano destas pessoas.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender as modalidades de exercício parental na situação de filhos em conflito com a lei, bem como a visão atribuída pelas figuras parentais sobre o ato infracional dos filhos. Nesse sentido, esta Seção Empírica teve como objetivo, também, explorar os significados que os participantes atribuíam ao exercício da paternidade e da maternidade. A partir do investigado, pôde-se perceber e reforçar uma concepção anterior a respeito da complexidade e diversidade de elementos inerentes a esta temática. Em virtude de tal compreensão, o objetivo do estudo foi ampliar a investigação sobre as funções parentais, levando em consideração, também, o contexto social no qual os participantes se inserem.

No intuito de investigar o tema proposto, foram utilizadas contribuições psicanalíticas que auxiliaram na interpretação do material obtido nas entrevistas com os participantes. Destaca-se que a Psicanálise segue como ferramenta vigente nos dias atuais ao oferecer uma compreensão aprofundada e interrogativa de fenômenos humanos e sociais.

Usualmente o que se percebe é uma leitura simplista em relação à situação de transgressão na adolescência. O discurso predominante é de que há falhas e fragilidades no reconhecimento da lei por parte desses jovens. Com efeito, tal constatação é pertinente e verdadeira, entretanto, o que muitas vezes não se considera é o fato de que, sob a ótica da Psicanálise, a questão da lei, seu reconhecimento e sua internalização no sujeito, se dão a partir de complexos elementos que se referem aos vínculos e ao processo identificatório estabelecido com as figuras parentais e com os demais modelos ofertados no campo social.

As quatro categorias provenientes da análise dos dados deste estudo permitiram constatar, portanto, a complexidade de elementos que interagem no tema das funções parentais e da adolescência em conflito com a lei. Identificaram-se como fatores importantes os sentidos atribuídos pelas figuras parentais ao ato adolescente. Também identificou-se no relato dos participantes a relevância de considerar as experiências das histórias de vida parental. Constatou-se que estes pais tiveram histórias frequentemente marcadas pelo sofrimento e descuido. Foi frequente durante as entrevistas a presença de narrativas que desvelavam o quanto estas figuras parentais carregavam consigo importantes registros de fragilidades em suas relações.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que na escuta a estes pais a respeito do ocorrido com seus filhos, se faz presente uma importante repetição de um cenário de dor nas reproduções de narrativas que têm a marca do descuido. A dificuldade de oferecer cuidado e investimentos afetivos aos filhos podem estar atreladas, assim, às fragilidades parentais de acordo com o que relataram em suas histórias. Talvez o exercício de funções parentais exigisse deles o que não conseguiam dispor nem mesmo em relação a si mesmos.

Com isso, podem-se inferir condições que aludem à precariedade das figuras parentais na internalização da lei em si mesmos. Evidenciam-se, assim, desdobramentos na dificuldade parental de apresentação de limites e na sustentação de um lugar de autoridade simbólica frente a seus filhos. Verificaram-se configurações familiares nas quais há dificuldades parentais em estabelecer uma demarcação necessária de limites, como, por exemplo, frear demandas dos filhos em relação ao consumo, característica esta própria ao cenário contemporâneo atual. Ainda, pôde-se observar que, em algumas situações, havia relações entre pais e filhos que se caracterizam pela simetria, como se não houvesse diferença de lugares entre as gerações.

Ainda, neste cenário de fragilidade de recursos, ao buscarem em instituições auxílio e apoio para intervir na situação vivida com seus filhos, os pais se veem frustrados e muitas vezes não são atendidos. Observa-se, assim, a intensificação do desamparo parental. Dessa maneira, ao relatarem a precariedade das condições sociais que os rodeiam, contata-se que fatores sociais, como a violência e o parco acesso a condições básicas de cidadania, produzem efeitos a serem considerados no exercício de suas funções. Nota-se em falas das figuras parentais a desesperança e a dificuldade de vislumbrar e armar projetos futuros. Parece que os pais veem, em certas ocasiões, com descrédito o Judiciário, suas práticas e intervenções.

O que se deve necessariamente considerar, portanto, é uma leitura do exercício parental, na situação de filhos envolvidos com atos infracionais, que leve em consideração as precariedades sociais nas quais podem estar inseridos bem como as fragilidades de suas histórias de vida. Caso contrário, é insistir em uma visão preconceituosa que não conduz a nenhuma possibilidade de abertura, reflexão e busca de alternativas acerca do tema em questão.

O intuito deste estudo não foi esgotar o tema, mas sim propiciar elementos para uma discussão de maior amplitude. Trata-se, portanto, de afirmar a necessidade de seguir investigando a partir de uma visão multifatorial, na qual são considerados vários elementos, como aspectos sociais, históricos, políticos e econômicos, a fim de abordar a complexidade deste cenário. Nesse sentido, é inegável a necessidade de um modelo dialético de compreensão dos fatores mencionados e a importância da busca e estímulo à produção de conhecimento interdisciplinar, na qual a Psicanálise pode contribuir de forma importante em relação ao tema das funções paterna e materna no contexto da adolescência em conflito com a lei.

Referências do Empírico

- Almeida, N. K. D., & Coelho, M. T. A. D. (2007). A violência estrutural. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, 11, 1-11.
- Aulagnier, C. P. (2004). *La violencia de la interpretación: Del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Benhaim, M. (2008). O materno e a delinquência. *Ágora*, 1, 9-16.
- Birman, J. (1996). A economia do gozo e os impasses da Justiça: Uma leitura psicanalítica da Justiça. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, 6 (12), 121-134.
- Birman, J. (2006a). Tatuando o desamparo: A juventude na atualidade. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 25-43). São Paulo: Escuta.
- Birman, J. (2006b). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2008). Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano. In M. R. Cardoso, F. Marty (Org.). *Destinos da adolescência* (pp. 81-105). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bleichmar, S. (2005). *Subjetividad en riesgo*. Buenos Aires: Topía Editorial.
- Bleichmar, S. (2012). *Violencia social – violencia escolar: De la puesta de limites a la construcción de legalidades*. Buenos Aires: Noveduc.
- Borges, M. L. S. F. (2005). *Função materna e função paterna: Suas vivências na atualidade*. Dissertação de Mestrado. UFU.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

- Caccarelli, P. R. (2001). Delinquência: Resposta a um social patológico. *Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo*, 5-13.
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.
- Costa, J. F. (2005). *O vestígio e a aura: Corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dockhorn, C. N. F. B., & Macedo, M. M. K. (2008). A complexidade dos tempos atuais: Reflexões psicanalíticas. *Revista Argumento Psicologia*, 54(26), 217-224.
- Fernandes, M. H. (2006). Entre a alteridade e a ausência: O corpo em Freud e sua função na escuta do analista. In *O corpo, o eu e o outro em psicanálise*, E. U. Cintra. (Org). Goiânia: Dimensão.
- Figueiredo, L. C. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, 21, 13-30.
- Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 381-511). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913/1996). Totem e Tabu e outros trabalhos. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 13, pp.21-163). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/1996). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp.77-81). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1921/1996). Psicologia de grupo e a análise do Ego. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp.13-86). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1923/1996). O Ego e o Id. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp.13-86). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1937/1996). Análise terminável e interminável. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 231-270). Rio de Janeiro: Imago.
- Hornstein, L. (1989). *Introdução à Psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Hornstein, L. (2008). *As depressões: Afetos e humores do viver*. São Paulo: Via Lettera.
- Hurstel, F. (2010). A Função Paterna, Questões de Teoria ou – das Leis à Lei. In S. Altoé (Org.), *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo: Direito e Psicanálise* (pp. 107-133). Rio de Janeiro: Revinter.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B (2004). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lerner, H. (2006). Adolescência, trauma, identidade. In M. C. R. Hornstein (Org.), *Adolescência: trayectorias turbulentas* (pp. 27-50). Buenos Aires: Paidós.
- Lindenmeyer, C., & Ceccarelli, P. R. (2012). O pensamento mágico na constituição do psiquismo. *Reverso, Belo Horizonte*, 34(63) , 45-52.
- Macedo, M. M. K., Monteiro, R. A., & Gonçalves, T. G. (2010). Adolescência e funções parentais: Especificidades contemporâneas. In M.M.K. Macedo (Org.), *Adolescência e Psicanálise: intersecções possíveis*, (pp. 91-109). Porto Alegre: Edipucrs.
- Macedo, M. M. K., Dockhorn, C. N. B. F., & Iensen, S. (2010). A questão do padecimento na clínica psicanalítica com adolescentes. In M. M. K. Macedo (Org.), *Adolescência e Psicanálise: intersecções possíveis* (pp. 91-109). Porto Alegre: Edipucrs.
- Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta.

- Mayer, H. (2001). Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 81- 101). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Minayo, M. C. S. (1994). Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 10(1), 07-18.
- Mograbi, D., & Herzog, R. (2006). Sob o signo da incerteza: autoridade simbólica e desamparo. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 127-133.
- Monteiro, R. A., Gonçalves, T. G., Refosco, L. L., & Macedo, M. M. K. (2012). O processo adolescente e as funções parentais na realidade contemporânea. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 12(1), 107-113.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Educação*, 37(22), 7-32.
- Moraes, E. G., & Macedo, M. M. K. (2010). *Vivência de indiferença: Do trauma ao ato dor*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Moreira, N. S., Martelli, F., Makowski, R. M., & Stumpf, A. C. (2010). Linguagem jurídica: Termos técnicos e juridiquês. *Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba*, 1(2), 139-146.
- Pinheiro, M. T. S. (2001). Narcisismo, sexualidade e morte. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 69-79). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Rother Hornstein, M. C. (2006). Entre desencantos, apremios e ilusiones: Barajar y dar de nuevo. In M. C. Rother Hornstein (Org.), *Adolescencias: Trayectorias turbulentas* (pp. 117-135). Buenos Aires: Paidós.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Sarlet, I. W. (2010). A eficácia do Direito Fundamental à segurança jurídica: Dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibições de retrocesso social do direito constitucional brasileiro. *Revista sobre a reforma do Estado, Salvador, 21*.
- Savietto, B. B., & Cardoso, M. R. (2006). Adolescência: Ato e atualidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, 6, (1), 15-43*.
- Savietto, N. B. B. A. (2007). Passagem ao ato e adolescência contemporânea: Pais “desmapeados” filhos desamparados. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., 10 (3), 438-453*.
- Savietto, B. B. (2012). Juventude e Família na Contemporaneidade: Um Desamparo Sem Fim? *Revista Interinstitucional de Psicologia, 5 (1), 23-35*.
- Sigal, A. M. (2003). A psicanálise o feminino e sua relação com as novas técnicas de fertilização assistida. *Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial*, Rio de Janeiro. Disponível em http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5b_Sigal_27260803_port.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2012.
- Silva, M. C. (2011). *Implicações subjetivas da definição biológica e judicial da paternidade: Efeitos do psicanalista no Tribunal de Família*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- Steffen, M. (2006). Delinquência: Privação, trauma e passagem ao ato. *Pulsional Revista de Psicanálise, 188, 82-86*.
- Viana, D. R. & Andrade, V. S. R. (2011). Direito e linguagem: Os entraves linguísticos e sua repercussão no texto jurídico processual. *Revista de direitos e garantias fundamentais, 5*.
- Vieira, R. S. (2011). *Homoparentalidade: Estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos*. Dissertação de Mestrado. USP.
- Viñar, M. (2004). *Los niños fuera de la ley. Adolescencia desamparada e infractora en la frontera de lo psíquico y lo social*. Manuscrito não publicado.

Viñar, M. (2006). *Ser adolescente hoy*. Manuscrito não publicado.

Considerações Finais da Dissertação

Os estudos realizados durante o percurso de elaboração desta Dissertação de Mestrado tiveram como objetivo explorar os conceitos de função paterna e materna e compreender, a partir da ótica das figuras parentais, o exercício de tais funções no cenário de filhos adolescentes em conflito com a lei. Buscou-se conhecer as modalidades de exercício parental, as nuances das relações estabelecidas com os filhos, os efeitos das histórias de vida parentais nesses encontros, bem como os significados atribuídos pelos participantes à paternidade e à maternidade.

No intuito de abordar tais temáticas, optou-se pela utilização de aportes psicanalíticos como fundamento teórico e como ferramenta de discussão do material obtido. Entende-se que a Psicanálise efetivamente contribuiu para a compreensão do fenômeno estudado, oferecendo recursos que promoveram a prioridade da escuta a aspectos singulares relatados pelos entrevistados. Dessa forma, as contribuições psicanalíticas oportunizaram alcançar o objetivo deste estudo, ou seja, viabilizaram investigar as particularidades das relações estabelecidas entre os pais e seus filhos.

Pôde-se constatar que, mesmo frente às intensas modificações culturais nos últimos tempos que acarretaram alterações nas configurações familiares, o tema da família e da importância das relações estabelecidas entre seus membros continua sendo um elemento fundamental na vida de um sujeito. Nesse sentido, as figuras parentais desempenham funções, sem dúvida, importantíssimas na construção do sujeito psíquico.

Ressalta-se como um aspecto importante do estudo a constatação de que ambas as funções, mesmo com peculiaridades próprias, não necessitam ser exercidas por pais biológicos, mas, sim, por pessoas que possam desempenhar tais atribuições. Com efeito, os aportes psicanalíticos contribuem nessa temática ao propor o conceito de *função*, o qual se insere muito

mais em uma lógica simbólica do que em aspectos genéticos e biológicos quando se refere ao exercício parental.

Ao abordar a temática das funções parentais na situação de filhos em conflito com a lei, contou-se com a contribuição, além dos aportes psicanalíticos, de outras áreas do conhecimento, pois se entende que, pela complexidade da temática, esta deve ser estudada a partir de um olhar interdisciplinar e multifatorial. Assim, contribuições da Antropologia, Sociologia e do Direito foram colocados em pauta na perspectiva de ampliar a leitura sobre a temática proposta.

As contribuições do estudo mostram o significativo papel de demandas contemporâneas como o imediatismo, o imperativo ao consumo e a fragilidade dos vínculos no processo de construção da subjetividade, e permitiram explorar, também, seus efeitos nas modalidades de exercício parental. Trata-se de fatores do campo social e cultural referidos pelos participantes nas entrevistas, os quais evidenciam a importância de considerar as fragilidades e precariedades no exercício de cuidado e na percepção da assimetria entre pais e filhos. A partir das entrevistas com os participantes foi possível verificar fragilidades pessoais, as quais muitas vezes repercutiam na dificuldade do cuidado consigo e conseqüentemente com o outro.

Compreendeu-se, a partir do relato de suas histórias de vida, marcado muitas vezes pelo signo da dor e do intenso descuido experimentados, que as figuras parentais pareciam dispor de frágeis recursos psíquicos que dessem conta do cuidado e do investimento necessários na relação com seus filhos. Tal constatação evidenciou a pouca pertinência de uma leitura preconceituosa ou acusatória em relação aos pais quando a temática é o envolvimento dos filhos com transgressões à lei.

Os achados deste estudo permitiram constatar também que, em tais configurações familiares, se estabelecem relações entre pais e filhos nas quais há uma frouxidão na autoridade

parental e na assimetria necessária quanto ao reconhecimento de lugares geracionais distintos. Trata-se de dificuldades parentais em exercer um lugar de autoridade frente aos filhos e de promoverem a apresentação e a representação clara de limites. Foi possível observar tênues delimitações entre as figuras parentais e os filhos, como se pais e filhos fossem vistos como iguais. Logo, o necessário reconhecimento e exercício da autoridade simbólica, imprescindível para a construção do psiquismo de um sujeito que reconheça na lei um valor protetivo e marca de alteridade, mostrou-se frágil.

É importante destacar que no percurso necessário para chegar aos participantes do estudo, bem como para obter condições de aceite para realizar as entrevistas com as figuras parentais, foram assistidas muitas audiências com adolescentes que cometeram atos infracionais. Tal experiência foi de grande importância para obter uma visão mais ampla dos fatores envolvidos na situação de transgressão, bem como para conhecer o funcionamento jurídico. Pôde-se, mediante essa experiência, constatar que, mesmo as situações não contempladas no processo de entrevistas para este estudo, apresentavam durante as audiências temáticas muito semelhantes às referidas pelos pais que concordaram em participar da pesquisa. A partir da oportunidade de tais vivências pôde-se verificar o quanto, muitas vezes, as figuras parentais estão pouco presentes e implicadas na vida de seus filhos, o que se observou de modo concreto na ausência, principalmente da figura paterna, nas audiências dos filhos adolescentes.

Nesse sentido, percebeu-se que durante as audiências, muitas vezes, os pais não compreendiam aquilo que lhes era dito, o que acarreta em uma distância entre o operador jurídico e o cidadão. Dessa forma, uma alternativa interessante, e que já está sendo implementada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, diz respeito ao programa “Conhecendo o Judiciário”. Tal proposta visa aproximar o Poder Judiciário e o cidadão, e tem como prioridade

tornar mais acessível a linguagem jurídica à população, bem como esclarecer dúvidas frequentes sobre os trâmites legais de um processo. Sem dúvida uma ação importante que merece ser ampliada e implementada em outros locais.

A partir do exposto, pode-se pensar em possibilidades de intervenção, por exemplo, na proposta de que o Sistema Judiciário abra um espaço para que as figuras parentais possam ser escutadas durante o processo judicial que envolve seus filhos. Um espaço no qual, mais do que oferecer esclarecimentos técnicos sobre a situação do filho perante a Justiça, fosse possível dialogar com os pais sobre a importância de suas implicações e envolvimento de cuidado na vida de seus filhos. Trata-se de uma proposta, portanto, que tem como objetivo propiciar que as figuras parentais, mediante auxílio de profissionais, reflitam com responsabilidade e comprometimento sobre os fatores envolvidos na situação transgressiva do filho.

É importante frisar que o presente estudo buscou o aprofundamento da compreensão das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei, por meio de entrevistas com figuras parentais. Cabe destacar que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar tal temática, uma vez que se percebe a complexidade e a amplitude de fatores envolvidos no exercício parental e no tema da delinquência na adolescência.

Com efeito, o que se evidencia é a necessidade de mais estudos que ofereçam reflexões amplas e ferramentas de intervenção apropriadas a estas questões referidas. É fundamental considerar um olhar que leve em conta outras esferas do conhecimento, enlaçando aspectos referentes à realidade psíquica e às condições de realidade do campo social e econômico destas pessoas. Prioriza-se, com o estudo realizado, a modalidade de produção de conhecimento que se situa na contramão do proposto nos dias atuais, ou seja, não se trata de oferecer respostas prontas ou na linha de explicações que recorram a uma leitura linear de causa e efeito para compreender

os elementos desta complexa situação. Dessa forma, o estudo retratou a problemática do exercício das funções parentais no cenário da adolescência em conflito com a lei a partir da ótica dos entrevistados, permitindo, pelo caráter de incompletude que marca os estudos a respeito dos fenômenos humanos, que ocorram outras investigações a fim de se seguir somando esforços na compreensão de temáticas que denunciam dramáticos efeitos no campo humano e social.

ANEXOS

ANEXO A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF. CEP- 270/12

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2012.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 11/05692 intitulado **“Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei”**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Monica Medeiros Kother Macedo
FAPSI
Nesta Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000
Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/cepa/cep

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos por meio deste documento convidando para participar da presente pesquisa que tem como objetivo compreender como ocorre o exercício das funções parentais (função materna e função paterna) na situação de filhos adolescentes envolvidos com atos infracionais. Este estudo está relacionado a uma Dissertação de Mestrado desenvolvida pela mestranda Lísia da Luz Refosco, junto ao grupo de pesquisa Fundamentos e Intervenções em Psicanálise, coordenado pela Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade Psicologia da PUCRS.

Tal estudo prevê a participação de pais (ou responsáveis) de adolescentes que se encontram em situação de conflito com a lei. Para tanto, será realizada uma entrevista semi-estruturada com questões abertas, que será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita. Os achados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins de publicações científicas, mas fica assegurada a preservação do sigilo quanto à identificação dos participantes. O maior desconforto para você será o tempo que irá dispor para participar da entrevista, bem como recordar situações que podem ter sido difíceis e que possam vir a provocar alguma mobilização afetiva. O benefício será a contribuição pessoal para o desenvolvimento de um estudo científico e, também, poderá ser uma oportunidade que lhe permitirá expressar suas percepções acerca da situação enfrentada por seu filho ou filha.

A concordância em participar desta pesquisa abrange a possibilidade de publicação dos dados em formato de artigo científico e/ou exposição em eventos, seguindo as normas éticas de pesquisa.

Eu, _____, declaro, pelo presente consentimento, que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos da pesquisa. Terei também total liberdade para, a qualquer momento, retirar o meu consentimento de participação neste estudo, sem prejuízo algum a minha pessoa. Entendo que eu não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações registradas relacionadas com a minha privacidade. Aceito participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Informações sobre procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo poderão ser solicitadas através de contato com a psicóloga Lísia da Luz Refosco no telefone (51) 92624296, com a Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo, professora orientadora da pesquisa, pelo telefone (51) 3320-3633 ou entrar em contato com a instituição responsável – Comitê de Ética em Pesquisa – pelo número 33203345.

_____	_____
Assinatura do participante	Data
_____	_____
Mônica Medeiros Kother Macedo CRP: 07/03039	Data
_____	_____
Lísia da Luz Refosco CRP: 07/19314	Data

ANEXO C - Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos

Data: ____/____/____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ADOLESCENTE

Nome: _____

Sexo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Idade: _____

Naturalidade/ Nacionalidade: _____

O(a) adolescente está estudando?

 Sim Não

Série Atual: _____

Repetiu alguma série?

 Não Sim

Quantas vezes? _____

Qual série? _____

Como tem sido, atualmente, seu desempenho na escola?

 Ótimo Bom Regular Ruim

Já foi suspenso(a) ou expulso(a) da escola? Por que?

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPOSÁVEL

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Parentesco com o adolescente: _____

Profissão: _____

Religião: _____

Contato telefônico: _____

Situação de envolvimento com a Justiça: _____

DADOS FAMILIARES

Com quem mora o(a) adolescente?

- () Pai Idade: _____ Ocupação: _____
- () Mãe Idade: _____ Ocupação: _____
- () Irmãos Quantos? _____
- Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____
- Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____
- Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____
- () Avô/ Avó
- () Outros _____ (Especifique)

Alguém na família faz/ fez tratamento médico e/ ou psicológico? () Não () Sim

Quem? _____

Motivo: _____

Se faz, há quanto tempo? _____

Se fez, por quanto tempo? _____

RENDA FAMILIAR:

Até 1 salário mínimo ()

1 a 3 salários mínimos ()

3 a 5 salários mínimos ()

Acima de 5 salários mínimos ()